

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2017



INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017

OBJETO: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de ***“O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.”***

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil), compreendendo os meses de Maio/2017 à Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DO INICIO DO PROCESSO: 16/05/2017



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: O SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO



Solicito informar se há saldo de dotação para a Inexigibilidade de Licitação para a regularização do Repasse de subvenção a **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) compreendendo os períodos de Maio/2017 à Abril/2018, num valor mensal de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Para cumprimento do Objeto como segue.

"O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida."

Alto Paraíso - PR., 16 de Maio de 2017.

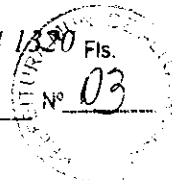
JOB REZENDE NETO
Secretário Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESERVA DE SALDO E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

Saldo de dotação para a Inexigibilidade de Licitação para a regularização do Repasse de subvenção a **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) compreendendo os períodos de Maio/2017 à Abril/2018, num valor mensal de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Para cumprimento do Objeto como segue:

"O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida."

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1484	3.3.50.43.99.99.00	DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	10.06.0824100052.069000	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	570
------	--------------------	------------------------------------	-------------------------	---------------------------------------	-----

Alto Paraíso - PR., 16 de Maio de 2017.

RENATO APARECIDO BONÇALVES JORGE
Contador



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Alto Paraíso - PR., 16 de Maio de 2017.

Exmo. Sr.
DERCIO JARDIM JUNIOR
DD. Prefeito Municipal de Alto Paraíso
NESTE



Senhor Prefeito,

Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência para que realize um processo para Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017, num valor de até R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) compreendendo os períodos de Maio/2017 à Abril/2018, num valor mensal de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Para cumprimento do Objeto como segue:

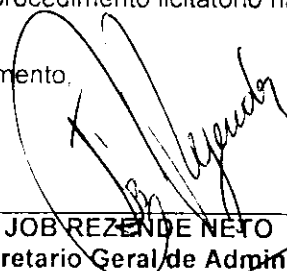
“O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.”

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada dotação:

1484	3.3.50.43.99.99.00	DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	10.06.0824100052.069000	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	570
------	--------------------	------------------------------------	-------------------------	---------------------------------------	-----

Necessário a realização de abertura de procedimento licitatório na modalidade de: INEXIGIVEL DE LICITAÇÃO

Sendo só o que se apresenta para o momento,


JOB REZENDE NETO
Secretario Geral de Administração

Autorizo, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 16/05/2017.


DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ORIGEM: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESTINATÁRIO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prezados,



Venho por meio deste, requerer a Inexigibilidade de Licitação para a regularização do Repasse de subvenção conforme decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017.

132.000,00 (cento e trinta e dois mil), compreendendo os meses de Maio/2017 à Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

A presente Subvenção objetiva ajudar a **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO** do nosso Município, com o objeto de **"O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida."**

Os recursos que estão previstos nesse repasse obedecerão ao ordenamento legal da Lei Federal 13.019 de 31 de Julho de 2014 e suas alterações bem como o Decreto Municipal nº 1472/2017 de 30 de Janeiro de 2017 que regulamentou a referida Lei e ainda as normas de Prestação de Contas e acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado Paraná através da plataforma de Sistema Integrado de Transferência – SIT.

Cabe ressaltar que, o Processo na Modalidade Inexigibilidade de Licitação é previsto no Decreto nº 1472/17, o qual regulamentou a Lei 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, como segue:

"Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

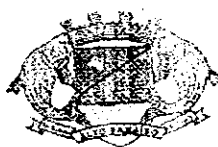
I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; e

II - autorização em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

A vigência da contratação será de 12 meses, ressalvado o direito de prorrogação.

Alto Paraíso-Pr., 16 de Maio de 2017

JOB REZENDE NETO
Secretário de Administração



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900

DECRETO Nº 1472

DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 01/1 01/2 2017

Edição N.º 10.885

REGULAMENTA AS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, de acordo com o que estabelece o art. 19, inciso I, da Constituição Federal, arts. 16, 17 e 21, da Lei Federal n. 4.320, de 1964, arts. 25 e 26 da Lei Complementar n.º 101, de 2000 - LRF, e as determinações contidas na Lei Federal n. 13.019, de 2014,

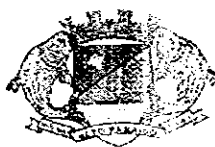
DECRETA:

Capítulo I Disposições Gerais

Art. 1º A liberação dos recursos financeiros do Município às organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, dar-se-á por meio de termo de colaboração, termo de fomento ou em acordos de cooperação, dentro dos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento Municipal e em observância aos dispositivos da Lei Federal n.º 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 1º Para fins deste Decreto consideram-se as seguintes naturezas de concessão:

I - subvenções sociais: transferências de recursos destinados a atender despesas com ações a serem desenvolvidas por instituições privadas de caráter social, assistencial ou educacional, sem finalidade lucrativa, de acordo com os arts. 16, parágrafo único, e 17 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000 - LRF;

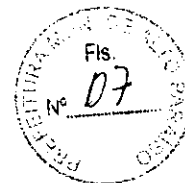


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



II - contribuições: transferências de recursos com a finalidade de atender despesas correntes as quais não correspondam diretamente em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pela entidade, bem como as destinadas a atender as despesas de manutenção de entidades de direito privado de caráter comunitário, cultural, esportivo, saúde pública ou de classe e outros, sem finalidades econômicas e/ou lucrativas, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar n. 101, de 2000 - LRF; e

III - auxílios: cobertura de despesas de capital, destinadas a atender investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos, de caráter comunitário, cultural, esportivo ou de classe e outros, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar n. 101, de 2000 - LRF;

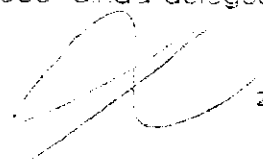
§2º Para fins deste Decreto considera-se:

I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, frutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou partes do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

II - unidade gestora: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou indireta, que representa o Município na celebração da parceria afim à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - administrador público: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda delegue competência a terceiros; e



2



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



V - gestor: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

Capítulo II Das Modalidades de Parceria

Art. 2º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 3º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 4º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Capítulo III Dos Procedimentos para o Chamamento Público

Art. 5º A celebração de parcerias entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Art. 6º O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 7º O edital do chamamento público deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município e Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contendo as seguintes exigências:

- a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

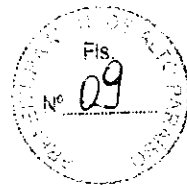


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

V - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive na que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VI - o valor previsto para a realização do objeto;

VII - as condições para interposição de recursos administrativos;

VIII - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

IX - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idosos.

Art. 8º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

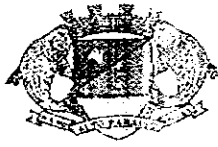
I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria; e

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 9º Poderá ser dispensável a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - autorização em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil;

Art. 11. Nas hipóteses dos arts. 9º e 10 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será detalhadamente justificada pelo administrador público:

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Órgão Oficial do Município e Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência;

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa desde que apresentada em até 05 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pela Unidade Gestora responsável, em até 05 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo;

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto.

Art. 12. O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública municipal.

Capítulo IV **Da Atuação em Rede**

Art. 13. Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua:

- I - mais de 05 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e
- II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 14. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando a celebrante, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

II - comunicar à administração pública em até 60 (sessenta) dias a assinatura do termo de atuação em rede.

Capítulo V **Da Manifestação de Interesse Social**

Art. 15. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



chamamento público objetivando a celebração de parceria. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

- identificação do subscritor da proposta;
- indicação do interesse público envolvido; e

1 - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 16. Preenchidos os requisitos, a Unidade Gestora deverá tornar pública a proposta no Órgão Oficial do Município e no Diário Oficial Eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema. A realização deste procedimento não implicará necessariamente na execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com os interesses da administração pública.

§ 1º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 2º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de parte ou no eventual chamamento público subsequente.

Capítulo VI Das Vedações

Art. 17. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil que:

a - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estender-se-á a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

a) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

a) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

a) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

a) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; e

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício do cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992.

VII - Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

IX - Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

X - Não serão considerados débitos, os que decorrirem de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

XI - A vedação prevista no inciso III, do art. 17 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, tendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

XII - Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 18. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 19. Não será firmado termo de colaboração ou termo de fomento com as entidades inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenha

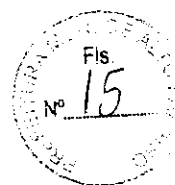


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos, ou dentro do prazo fixado no § 6º do art. 57 e § 6º do art. 58 deste Decreto, tenha deixado de atender a notificação do órgão de controle interno, para regularizar a prestação de contas.

Capítulo VII Do Plano de Trabalho

Art. 20. O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com este Decreto e constar as seguintes obrigações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

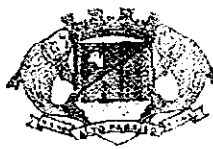
V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Art. 21. A Unidade Gestora poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada, da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, inclusive para acréscimo de novos elementos de despesa, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, quando for o caso, observadas as seguintes condições:

i - os recursos sejam utilizados para a consecução do objeto pactuado; e

ii - não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento; e

Parágrafo Único. A Unidade Gestora deverá autorizar ou não o remanejamento de recursos do plano de trabalho, no prazo de até 15 (quinze) dias.



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Art. 22. Além da hipótese prevista no art. 21 deste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

i - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e à melhor consecução do objeto pactuado ou para utilização do saldo remanescente, por simples apostilamento; ou

ii - na ocorrência de ampliação dos recursos da parceria oriundos de aplicações financeiras ou suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor já repassado, mediante celebração de termo aditivo;

a) a Unidade Gestora deverá autorizar ou não a alteração do plano de trabalho, no prazo de até 15 (quinze) dias.

Capítulo VIII

Da Documentação Exigida para participar do Chamamento Público

Art. 23. Serão consideradas aptas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Alto Paraíso.

i - ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;

ii - preenchimento do formulário "Dados Cadastrais";

iii - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

iv - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;



Município de Alto Paraíso - Paraná
CNPJ/MF 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



V - certidão Negativa de Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta; Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Certidão de Débito Trabalhista;

VI - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

VII - cópia da ata de eleição do quadro d'origente atual;

VIII - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

IX - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

X - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que previnjam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

XI - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

XII - comprovar experiência prévia na realização com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XIII - possuir instalações, condições materiais e capacidades técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

a) na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto na alínea "a)", inciso X, do art. 23;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



XIV - apresentar registro da organização da sociedade civil, em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XV - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XVI - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XVII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste Decreto;

XVIII - declaração de atendimento ao inciso V, do art. 9º, da Lei Municipal n. 5.454, de 1998; e

XIX - plano de trabalho.

Art. 24. A experiência prévia solicitada no inciso XII, art. 23, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo do profissional ou equipe responsável;

VI - declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

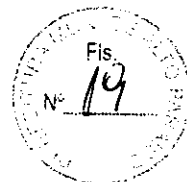


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



VIII - atestados de capacidade técnica emitidos por reaes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

Capítulo IX Da Comissão de Seleção

Art. 25. A Comissão de seleção indicada pela Unidade Gestora será nomeada por portaria sendo composta por no máximo 05 (cinco) membros, que deverá emitir relatório técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros, servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e 2/5 (dois quintos) de seus membros, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º A Comissão não será remunerada.

§ 3º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos.

§ 4º Serão impedidos de participar das comissões servidores que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 5º Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Capítulo X Da Seleção e Julgamento das Propostas

Art. 26. A seleção consistirá em duas etapas, na seguinte ordem:

I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo os dados e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



II - abertura do envelope com os documentos da organização selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 23, deste Decreto;

b) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactado, as condições físicas e materiais da entidade devem ser validadas pela Comissão de seleção através de visita in loco;

III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

IV - a Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento em sua plataforma eletrônica, no site oficial da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso;

V - Na hipótese de a organização selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para a concorrente desclassificada;

VI - Caso a organização convidada nos termos do inciso V deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;

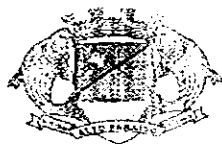
VII - O procedimento dos incisos V e VI deste artigo, serão seguidos, sucessivamente, até que se conclua a seleção prevista no edital;

VIII - Caso a Comissão entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no inciso II deste artigo;

Art. 27. O julgamento da proposta deverá apresentar:

I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das organizações da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e



III - emissão de relatório técnico da Comissão de seleção, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolsos; e

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 28. A assessoria jurídica da Unidade Gestora obrigatoriamente deverá emitir parecer acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 29. Caso o relatório técnico emitido pela Comissão de seleção ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria ou, ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

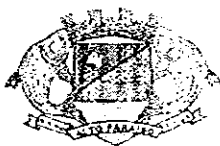
Art. 30. O resultado do julgamento deverá ser homologado pelo responsável da Unidade Gestora e será divulgado no Órgão Oficial e Diário Oficial Eletrônico do Município.

Capítulo XI

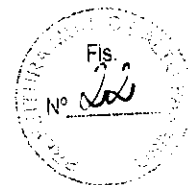
Dos Procedimentos para a Celebração e Formalização

Art. 31. Para formalização das parcerias, as organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos:

- comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da organização da sociedade civil;



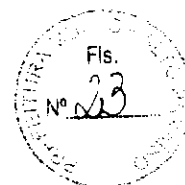
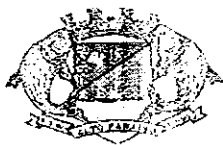
Município de Alto Paraíso - Paraná
CNPJ/MF 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



II - declaração assinada pelo Presidente atual da entidade responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da Parceria, bem como os da devida contrapartida;

Art. 32. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

- I - a descrição do objeto postulado;
- II - as obrigações das partes;
- III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;
- IV - a contrapartida, quando for o caso, observando o § 1º do art. 35 da Lei Federal n. 13.019 de 2014;
- V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;
- VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;
- VII - a forma de monitoramento e avaliação;
- VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;
- IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;
- X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;
- XI - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XII - a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;



XIII - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicação dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XV - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVI - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

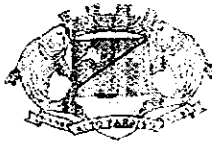
XVII - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

XVIII - Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que dele será parte integrante e in dissociável.

Capítulo XII **Das Prorrogações**

Art. 33. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitado pela organização da sociedade civil, devidamente formalizado e justificado, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no máximo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Capítulo XIII



Da Não Liberação dos Recursos

Art. 34. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas, em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplência da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Capítulo XIV ***Do Gestor do Termo***

Art. 35. Será designado um Gestor que deverá ser agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo, e



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - Será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das organizações da sociedade civil participantes.

Capítulo XV

Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Art. 36. Nos casos de chamamento público a Unidade Gestora deverá constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria sendo composta por no máximo 05 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e 2/5 (dois quintos) de seus membros da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º A Comissão não será remunerada.

§ 3º Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º Serão impedidos de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 5º Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.



§ 6º A administração pública municipal poderá instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação nos casos de inexigibilidade ou dispensa do chamamento público quando julgar conveniente.

Art. 37. Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

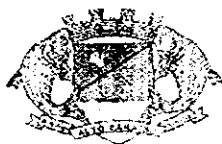
d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou termo de fomento;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizada por esta Comissão; e

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 38. Os procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.

Parágrafo Único. Nas parcerias, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários da parceria e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

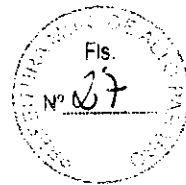


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Art. 39. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes.

Parágrafo Único. As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 40. A liberação de recursos obedecerá os limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Município e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a organização da sociedade civil deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - apresentar as certidões negativas, desde que vencidas, de acordo com o inciso IV do art. 23 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas; e

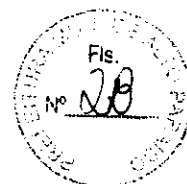
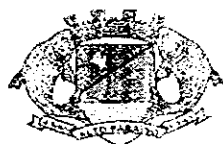
III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho.

Capítulo XVII *Da Vedação da Despesa*

Art. 41. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;



III - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria; e

IV - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria;

Art. 42. É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros.

Art. 43. É vedado à organização da sociedade civil remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em Comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

Capítulo XVIII **Da Transparência e do Controle**

Art. 44. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no site oficial da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

i - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;

ii - nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF;

iii - descrição do objeto da parceria;

iv - valor total da parceria e valores liberados quando for o caso;

v - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

vi - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



VII - a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 45. A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 46. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, que contenham no mínimo as informações descritas no caput do art. 44 e seus incisos.

Capítulo XIX *Da Execução da Despesa*

Art. 47. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo; e

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivo e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; e

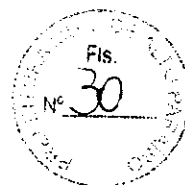


Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

c) caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

V - A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

VI - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

VII - A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência dos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação.

VIII - Não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

- a) contra a administração pública ou o patrimônio público;
- b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; e
- c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

IX - A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

Capítulo XX Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Art. 48. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 49. A organização da sociedade civil terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

Art. 50. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Art. 51. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

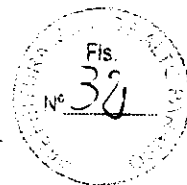
Parágrafo único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Art. 52. O Município somente poderá autorizar pagamento em data posterior à vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, em base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

Capítulo XXI Da Prestação de Contas

Art. 53. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, dada em duas partes, para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução íntegra do objeto e o alcance dos resultados previstos.



Parágrafo Único. As fases de apresentação das contas pelas organizações da sociedade civil e de análise e manifestação conclusivas das contas pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, iniciam-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

Art. 54. Transcorridos o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a organização da sociedade civil, está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 1º O disposto no caput não impede que o instrumento de prestação de prestação de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 2º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no §1º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 55. O processo de prestação de contas deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo.

De responsabilidade da organização da sociedade civil:

I - relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotografias, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, o composto dos seguintes documentos:

- a) parte integrante deste Decreto;
- b) ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;
- c) plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos; e



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



d) declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados;

II - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, porventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite;

e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

De responsabilidade da Administração Pública:

III - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de ineligibilidade e dispensa do chamamento público, e Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

IV - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

Art. 56. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer a noção de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 57. As prestações de contas para os casos de chamamento público serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes:

§ 1º Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 15 (quinze) dias, encaminhando posteriormente ao gestor.

§ 2º O gestor, após apreciação dos relatórios citados nos incisos I, II e III do art. 55, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Órgão de Controle Interno ou a Comissão de Análise de Prestação de Contas, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias para a sua realização.

§ 3º Compete ao Controlador Interno analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo ouvir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho - havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 4º Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controlador Interno devolverá o processo ao



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

§ 5º Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado ao Secretário de Administração.

§ 6º A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período, para a correção de

§ 7º Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, o Controlador Interno certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

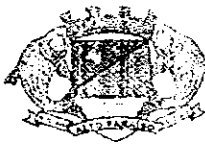
Art. 58. As prestações de contas para os casos de inexigibilidade e dispensa serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

§ 1º Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado ao Chefe do Executivo.

§ 2º O Chefe do Executivo, após apreciação dos relatórios citados nos incisos I e II do art. 55, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Controlador Interno, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias para a sua realização.

§ 3º Compete ao Controlador Interno analisar as prestações de contas composta dos incisos I, II e IV do artigo 55, deste Decreto, emitindo parecer de admissibilidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário. O processo será analisado quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho, e, havendo a aprovação, encaminhará ao responsável que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 4º Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controlador Interno devolverá o processo ao



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências;

§ 5º Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado ao Secretário de Administração.

§ 6º A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las a organização da sociedade civil torna-se inadimplente e deverá devolver os recursos parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise;

§ 7º Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, o Secretário Municipal de Administração certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

§ 8º Nos casos de constituição de Comissão de Monitoramento e Avaliação previsto no § 6º, do art. 36, deste Decreto a prestação de contas deverá seguir as regras estabelecidas no art. 57, deste Decreto.

Art. 59. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

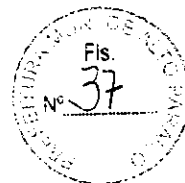
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e

d) destaque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



Município de Alto Paraíso - Paraná
CNPJ/MF 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Art. 60. Vendido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, a Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha do erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Controlador Interno para as devidas providências.

Art. 61. O Controlador Interno, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º Instaurada a Tomada de Contas Especial, o Controlador Interno informará a fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

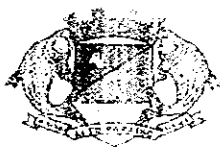
§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o Controlador Interno certificará o as encaminhará para caixa contábil e arquivamento do processo, comunicando a fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a organização da sociedade civil envolvida ficará impedida de receber recursos públicos do Município.

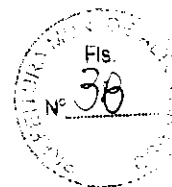
Art. 62. Será permitido o livre acesso dos servidores da Controladoria Interna e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução da obra.

Art. 63. A organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 64. O Controlador Interno responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação às autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.



Município de Alto Paraíso - Paraná
CNPJ/MF 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



Capítulo XXII
Das Disposições Finais

Art. 65. A concessão do termo de colaboração ou do termo de fomento, em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento das prazos e providências nele determinados, sujeita a Unidade Gestora e a organização da sociedade civil receptora do recurso público, às penalidades previstas na legislação em vigor, e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 66. A Controladoria Interna Municipal está autorizada a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 67. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da administração pública com entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regidas por termos de parceria.

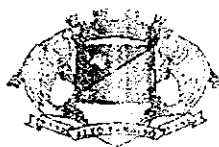
Art. 68. As organizações da sociedade civil suspensas ou declaradas inidôneas em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade do Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

Art. 69. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o Controlador Interno, garantida a prévia defesa, aplicará à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

§ 1º advertência;

§ 2º suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionada, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

§ 3º declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



Município de Alto Paraíso - Paraná

CNPJ/MF 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900



sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no § 2º deste artigo.

I - A sanção estabelecida no § 3º do caput deste artigo é de competência do Controlador interno, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

II - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 70. Aplicam-se, na que couber, a Lei Federal n. 13.019, de 2014, o art. 70 da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos da Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 71. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 72. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Alto Paraíso, 30 de Janeiro de 2017.

DERCIO JARDIM JÚNIOR
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

PORTARIA N.º 015/2017



SÚMULA: Altera Membr os da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2017

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

1º) Altera Membr os da Comissão de Licitação para o exercício de 2017, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Presidente: Valdenir Ribeiro Roderbach

Secretário: Jesiel Gonçalves Rodrigues da Silva

Membr os: Vilma Medeiros Ferreira de Melo

Ana Paula Colombo Pereira

Marcia Rosa do Nascimento da Silva

2º) Esta portaria terá vigência de 1 (um) ano a partir desta data

3º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edição da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, dos 04 (quatro) dias úteis de Janeiro de 2017.

DÉRCO GUARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 01/01/2017

Edição N.º 1000

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 01/01/2017

Edição N.º 1000



Alto Paraíso – Pr, 27 de Abril de 2017

Ofício n.º 012/2017

Assunto: Solicitar Termo de Fomento

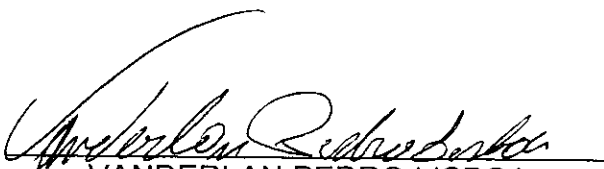
Prezado Senhor Prefeito:

Tem o presente à finalidade especial de solicitar junto a Vossa Excelência a formalização do Termo Fomento, junto à entidade **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, tendo em vista a necessidade da entidade em cumprir com suas obrigações juntos aos seus funcionários e fornecedores, para um bom desempenho dos objetivos firmado no plano de trabalho, pois sem esse recurso fica impossível cumprir as metas.

O valor correspondente para a Casa Lar é de R\$ 146.172,00 e Lar do Idoso de R\$ 132.000,00.

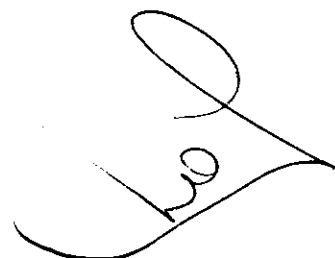
Sem mais para o momento, aproveitando o ensejo para elevarmos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,



VANDERLAN PEDRO LISBOA
"Presidente"

Excelentíssimo Senhor
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal
Alto Paraíso - Pr.





PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320
CNPJ:01.827.715/0001-85
e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



PLANO DE AÇÃO 2017

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Provopar Municipal de Alto Paraíso - Lar do Idoso	
CNPJ: 01.827.715/0001-85	FONE: (44) 3664-1320
ENDEREÇO: Av. Pedro Amaro do Santos nº900	CEP: 87.528-000
Natureza: Privada sem fins lucrativos	

Finalidades Institucionais:

A Instituição de Longa Permanência apresentam característica de residência destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com a função de integrar a rede de assistência social à rede de assistência à saúde.

Sumarizando, que a instituição atende tanto idosos independentes da situação de vulnerabilidade social, financeira e/ou de familiar quanto aqueles com dificuldades para o desempenho das atividades diárias, que necessitem de cuidados prolongados.

De acordo com o Art. 49 do estatuto do Idoso, as instituições de longa permanência devem adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantias dos idosos;



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320
CNPJ: 01.827.715/0001-85
e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Missão:

Esta Instituição de longa permanência tem como missão promover e defender os direitos dos idosos acolhidos. Tem como objetivo prestar atendimento os idosos dependente, semidependente ou independente, mas de alguma forma em situação de incapacidade para suprir sua subsistência com moradia, alimentação, saúde, cuidados pessoais e convivência familiar.

Público Alvo:

Pessoas com 60 anos ou mais de ambos os sexos triadas, avaliadas e aprovadas pela equipe técnica e Diretoria, por se encontrarem de acordo com o atendimento oferecido, e amparado nas leis de proteção ao segmento que visa atendimento à idosos em situação de vulnerabilidade, não capazes de prover seu sustento ou cuidados pessoais básicos. Sem distinção ou preconceito de origem familiar, raça, cor, sexo, religião e outras formas de discriminação. conforme previsto no Artigo 43 do Estatuto do Idoso

II – JUSTIFICATIVA

O Lar do Idoso sendo única entidade que presta assistência ao idoso em forma de internato de longa permanência nessa cidade, tem como proposta atender a 10 idosos de ambos os sexos, que estejam em vulnerabilidade social, sem vínculo familiar ou que tendo, não encontre na mesma, condição de receber os cuidados básicos que estejam necessitando. Esse serviço é prestado ao idoso dependente, semidependente ou independente, mas de alguma forma em situação de incapacidade para suprir sua subsistência com moradia, alimentação, saúde, cuidados pessoais e convivência familiar. O trabalho é realizado em conjunto, onde todos são adequadamente atendidos, dependendo do grau de necessidade que se encontrem. É proporcionado ao idoso a oportunidade de continuar a convivência com outras pessoas que estejam condições

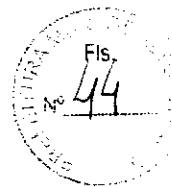


PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320

CNPJ:01.827.715/0001-85

e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



parecidas, animando-o a aceitação e esforço para sua recuperação ou melhora, prestando a sua saúde a assistência necessária para seu restabelecimento. O atendimento é voltado ao exercício de oferecer vida integrada a sociedade, garantido o direito de continuar ativo, fortalecendo os laços familiares.

III - Objetivos

Geral:

Oferecer atendimento em regime residencial, a idosos de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, que estejam em vulnerabilidade social, para que recebam cuidados com seu bem estar geral, saúde, alimentação e lazer.

Contando com serviço na área social, técnico enfermagem, procurando oferecer uma vida digna, integrados a comunidade, fortalecendo os laços de família e amizades.

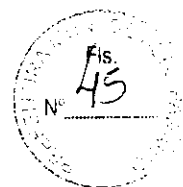
Específicos:

- Oferecer acolhida e garantir proteção integral.
- Oferecer local fixo que comprove sua residência.
- Oferecer todos os cuidados com alimentação, higiene, saúde.
- Oferecer maior qualidade de vida, estimulando a autoconfiança e vontade de viver.
- Resgatar e fortalecer o vínculo familiar.
- Prestar atendimento a família quanto a evolução e ocorrências com idoso na Instituição
- Prover cuidados e acompanhamento de saúde, oferecendo serviços de técnico enfermagem na instituição.
- Garantir seus direitos e supervisão dos serviços contratados oferecendo serviço social.
- Promover a amizade entre os usuários por meio das atividades realizadas.



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320
CNPJ:01.827.715/0001-85
e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



- Promover o idoso na vida comunitária.
- Estimular a participação em eventos culturais e de lazer.
- Preservar e respeitar sua privacidade, inclusive possibilitando uso de equipamento de comunicação como celular de posse pessoal.
- Fortalecer a individualidade, o direito, a opinião e o respeito.
- Sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de uma maior participação na Instituição.
- Promover a integração com grupos de serviço, facilitando o mutuo conhecimento e troca de experiência que possam melhorar e estimular os serviços..

IV - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

De acordo com o Estatuto do Idoso no seu artigo 49, Parágrafo único: “O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.” Portanto, mais do que um administrador do lar de idoso, o dirigente é o responsável legal pelas ações de assistência material e moral. Além disso, deve propiciar apoio à equipe técnica e aos demais funcionários nas suas atividades diárias.

A Equipe Técnica deverá contar com equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, técnicos de enfermagem e outros profissionais.

A Equipe de Apoio será formada pelos cuidadores: auxiliar de serviços, motorista, cozinheira e outros

Todos devem trabalhar de forma integrada e todos devem ser ouvidos visando o melhor atendimento aos idosos acolhidos.

Devem trabalhar com a finalidade de garantir o cumprimento dos direitos dos idosos e a efetivação do plano de trabalho.



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900

CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320

CNPJ:01.827.715/0001-85

e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



Compete à Coordenação

- Responsável pelo funcionamento do lar do idoso;
- Exigir documentação e cumprir a legislação trabalhista em vigor, dos funcionários contratados pela diretoria;
- Presidir e coordenar as reuniões de ordem administrativas, tanto com a equipe técnica com os demais funcionários;
- Elaborar planejamento pedagógico;
- Elaborar relatório das atividades desenvolvidas no lar do idoso;
- Dar ciência por escrito aos funcionários que lhe são subordinados, de toda ordem e resolução emanadas pela Diretoria e das autoridades competentes;
- Verificar se o horário de trabalho está sendo cumprido, advertindo verbalmente aqueles que não cumprirem, devendo entretanto ser por escrito, quando da reincidência;
- Zelar pela conservação do prédio, suas dependências, móveis, utensílios, além de manter inventário dos bens e objetos;
- Exigir atestado médico de funcionários faltosos por motivo de doença;
- Comparecer às reuniões da Diretoria, sempre que isso for solicitado;
- Cumprir o horário de trabalho;
- Responsabilizar-se pelo expediente da Secretaria do Lar, mantendo em ordem o fichário dos idosos e funcionários;
- Providenciar atendimento social, médico e odontológico, através de programas municipais e rede de serviços aos acolhidos;
- Zelar pelo bem estar dos acolhidos.

Compete ao Cuidador/Auxiliar:

- Zelar pela conservação do prédio, suas dependências, móveis, utensílios, além de manter inventário dos bens e objetos;
- Apresentar atestado médico em caso de falta por motivo de doença;
- Comparecer às reuniões da Diretoria, sempre que isso for solicitado;

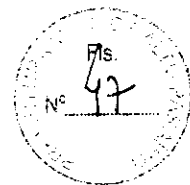


PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320

CNPJ: 01.827.715/0001-85

e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com



- Planejar e executar atividades lúdicas, pedagógicas, culturais, esportivas aos acolhidos;
- Elaborar relatório mensal das atividades executadas;
- Prestar cuidados diretos aos acolhidos, tais como: higiene, alimentação;
- Zelar pelo bem estar dos acolhidos.
- Manter a Casa limpa;
- Lavar as roupas dos Acolhidos;
- Passar as roupas dos Acolhidos;
- Cumprir o horário de trabalho;

Compete ao Técnico de Enfermagem

- avaliar cuidados da assistência, dar acessória, planejar e coordenar serviços;
- orientações e avaliações das ações relacionadas á saúde dos idosos;
- comandar no tratamento de feridas, úlceras de pressão, planejando ações de proteção ao surgimento de escaras e complicações das doenças do idoso;
- estimulando deambulação precoce, e gerenciando procedimentos em saúde, deve saber investigar e identificar os casos em prioridade, abordar corretamente o idoso,
- agir coordenadamente com outros profissionais, traçar intervenções eficazes para cada caso.
- Preventivamente, pode utilizar-se de estratégias educativas a saúde, em todos os níveis de complexidade.
- Estimular o autocuidado, atuando na prevenção e não na complicação das doenças inevitáveis,
- Individualizando o cuidado a partir do princípio de que todos os idosos vão apresentar um grau diferente de dependência, diferindo assim a maneira de assistência;



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Av. Pedro Amaro do Santos, 900
CEP: 87528-000 Fone: 44 – 36641320
CNPJ: 01.827.715/0001-85
e-mail: tecnicasprovoparap@hotmail.com

48

- zelar para que o idoso consiga aumentar os hábitos saudáveis, diminuir e compensar as limitações;

Visita das Famílias:

As visitas acontecem todos os dias no período da tarde 13:00 as 17:00 sendo aberta para os familiares e amigos.

VI – AVALIAÇÃO/MONITORAMENTO

As ações interventivas serão avaliadas a partir dos registros do Diário de Campo, bem como da emissão de relatórios mensais das atividades desenvolvidas.

Alto Paraíso/PR 30 de Janeiro de 2017.

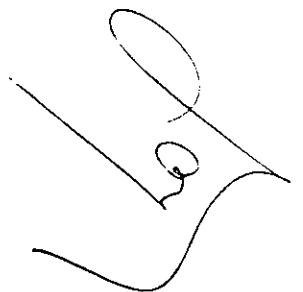

Adriana Tavares Rezende Revesso

Assistente Social

CRESS/PR: 8277


Vanderlan Pedro Lisboa

Presidente do Provopar

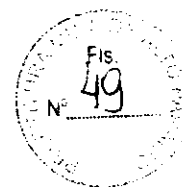


PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0XX44) 3664-1320

CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO			CNPJ 01.827.715/0001-85	
Endereço do Órgão / Entidade AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900, CENTRO				
Cidade ALTO PARAÍSO		UF PR	CEP 87.528-000	DDD/Telefone 44 - 3664 - 1320
Conta Corrente 13.452-X	Banco Brasil	Agência 2119-9		Praça de Pagamento Icaraíma
Nome do Responsável VANDERLAN PEDRO LISBOA				CPF 607.560.559-20
Órgão Exp. 4.957.398-7 - SSP/PR		Cargo Presidente		Função Presidente
Endereço Residencial RUA JOSUE BALTAZAR RODRIGUES, 1147, CENTRO,				CEP 87.528-000

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
Subvenção Municipal de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO.	Início mai/17	Término abr/18
Identificação do Objeto		
O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO, destinados ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.		
Público Atingido (Quantitativo)		
15 (quinze) pessoas.		
Identificação das Metas e Atividades/Projetos		
Promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos em situação de risco, auxiliando na retirada da vulnerabilidade social, assim como, organizar ações de voluntários para melhoria dos serviços prestados nas diferentes áreas de atendimentos aos idosos.		
Forma de Execução e Cumprimento das Metas		
Executar a manutenção do Lar do Idoso de Alto Paraíso através do pagamento de despesas relativas a manutenção e o bom atendimento dos idosos em situação de acolhimento institucional, garantindo os direitos preconizados pelo Estatuto do Idoso até o momento que seja atingida a meta prevista da garantia de seus direitos estão sendo cumpridos fora do Lar do Idoso.		
Parâmetros para Aferição do Cumprimento das Metas		
O cumprimento das metas propostas serão aferidas com o acompanhamento dos atendimentos dos idosos em situação de vulnerabilidade social reintegrados a sociedade, sendo garantidos os direitos preconizados no Estatuto do Idoso.		

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.
Plano de Trabalho

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)



Repasse do Concedente

MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR A DESEMBOLSAR
mai/17	11.000,00
jun/17	11.000,00
jul/17	11.000,00
ago/17	11.000,00
set/17	11.000,00
out/17	11.000,00
nov/17	11.000,00
dez/17	11.000,00
jan/18	11.000,00
fev/18	11.000,00
mar/18	11.000,00
abr/18	11.000,00
TOTAL	132.000,00

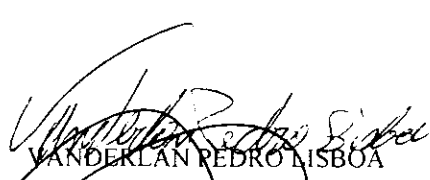
Natureza da Despesa - Concedente

10.06.082410005.2.069000.3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL (R\$)
1	Salário de Funcionários	26.988,00
2	Férias - Abono Constitucional	750,00
3	13º Salário	2.249,00
4	FGTS	2.400,00
5	Contribuição Previdenciárias - INSS	6.601,00
6	Pis sobre Folha de Pgto	306,00
7	Material de limpeza e produtos de higienização	26.100,00
8	Gás e outros materiais engarrafados	6.000,00
9	Gêrenos Alimentícios	50.000,00
10	Locação de Imóveis	1.874,00
11	Material Farmacológico	8.732,00
TOTAL GERAL		132.000,00

Pede Deferimento:

Data: 27/04/17


VANDERLAN PEDRO LISBOA

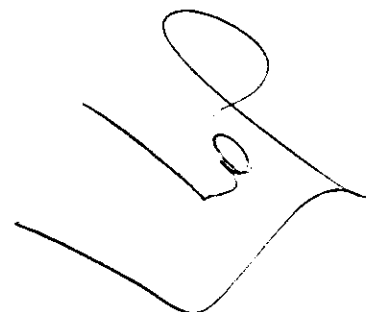
Presidente

Aprovado conforme parecer da Comissão de Seleção:

Data: 16/05/17


DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 003/2017, REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Local: Sala da Secretária Municipal de Promoção Social, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, na Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, em Alto Paraíso – Paraná

Data: 27 de Abril de 2017

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, teve início a terceira
2 reunião do Conselho Municipal da Assistência Social, sob a Presidência da Senhora Fabiane
3 Cardoso Zagoto do Conselho Municipal da Assistência Social. Estiveram presentes os
4 seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes do CMAS: Fabiane Cardoso Zagoto, Cinthia
5 Laize Zagoto, Lucia Maldonado, Ana Paula Leme gestora da Secretaria Municipal de
6 Promoção Social e Adriana Tavares Rezende Revesso, Assistente Social da Provopar todos
7 convocados a participarem da reunião. **Abertura.** A Presidente iniciou a reunião agradecendo
8 a presença de todos. **Pauta.** 1. Apresentação do Plano de Trabalho e Plano de Ação da
9 Entidade PROVOPAR, que presta serviço de apoio aos idosos, e tem por objeto a
10 transferência de recursos financeiros à Instituição. Foi passada a palavra para a Senhora
11 Adriana Tavares Rezende Revesso, Assistente Social da Provopar, que apresentou o Plano de
12 Trabalho e o Plano de Ação do Lar do Idoso. Com a finalidade de promover a melhoria da
13 qualidade de vida dos idosos em situação de risco, auxiliando na retirada da vulnerabilidade
14 social. Foi observado pelos membros presentes que para ser ofertado um serviço de qualidade
15 é necessário que os funcionários que cuidam dos idosos e das crianças, façam curso de
16 “cuidador de Idoso” e tenham ensino médio completo, para proporcionar um serviço de
17 qualidade, e após ficou aprovado por unanimidade às ações, e serviços, conforme arquivo
18 anexo a presente ata, logo em seguida foi elaborada a Resolução n.º 002/2017, que deverá ser
19 publicada em diário oficial. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente
20 agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Segue anexa lista de
21 presença, parte integrante desta ata.

Li

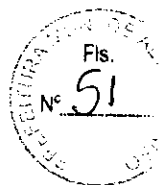
Adriana T. Rezende

Cinthia L. Zagoto

Ana Paula Leme

Flávia Maria Perantoni

Lucia Maldonado



[illegible]



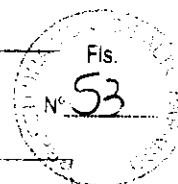
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



PARECER JURÍDICO

Consulta-nos o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Alto Paraíso, a respeito da interpretação dos artigos 5º a 12, do Decreto nº 1472 de 30 janeiro de 2017, ou seja Dos Procedimentos para o Chamamento Público.

A dúvida do consulente se restringe à possibilidade da inexigibilidade do chamamento público, tendo em vista a existência de uma única entidade assistencial.

A prova de tal argumento está consubstanciada na declaração da lavra do Secretário de Administração do Município, afirmando que na cidade de Alto Paraíso existe apenas uma entidade de assistencialismo, ou seja, PROVOPAR.

O art. 10 e o inciso I, do sobredito decreto assim estatuem:

Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I – na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; e

Assim, considerando-se os dispositivos legais, essa Assessoria Jurídica opina pelo chamamento da única entidade (PROVOPAR), para manutenção do **Lar do Idoso**, que presta serviços de apoio ao idoso, com a dispensa da expedição do edital para o chamamento público.

É o parecer, SMJ.

Alto Paraíso/PR, 28 de Abril de 2017.


Paulo Arantes Medeiros
OAB/PR 56.967
Assessor Jurídico Vinculado ao Prefeito



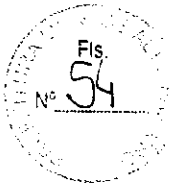
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



DECLARAÇÃO

Declaramos que no município de Alto Paraíso Estado do Paraná, existe apenas uma Entidade de Assistencialismo que presta serviços de apoio ao Idoso , Provopar Municipal de Alto de Alto Paraíso CNPJ. 01.827.715/0001-85, com domicílio á Avenida Pedro Amaro dos Santos, MUNICIPIO DE ALTO PARAÍSO PR.

E, por ser a expressão da verdade para que produza os efeitos legais, vai abaixo devidamente datada e assinada.

ALTO PARAÍSO PR, 28 DE ABRIL DE 2017

ASSINATURA

Jób Rezende Neto
Jób Rezende Neto
Sec. Geral Administração
Port. 003/2017



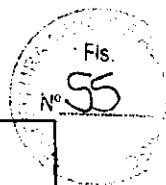
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 001/2017

Considerando, a regulamentação das parcerias entre o município e as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Por intermédio do presente vimos até Vossa Senhoria, solicitar declaração de quantas entidades existe no município que prestam serviços de apoio a crianças e adolescentes e serviços de apoio a idosos, vinculadas a assistência social.

Alto Paraíso – PR, 28 de Abril de 2017.



ANA PAULA LEME
Secretaria de Promoção Social



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

CGC 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1159 - CEP 87.528-000 - Fone/Fax: (044) 664-1187

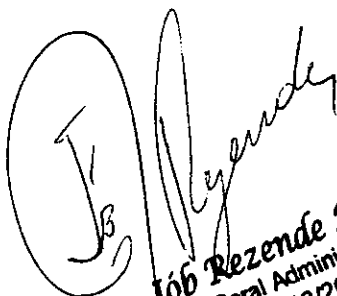


CERTIDÃO N°64/2017

Certificamos, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento protocolado nesta repartição sob n° 94/2017 datado de 19/04/2017, que revendo os arquivos do cadastro geral de contribuintes desta entidade, consta que, PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO-PR, pessoa jurídica de direito privado, com domicílio fiscal e comercial na Av. Pedro Amaro dos Santos, Município de ALTO PARAISO – PR, inscrita no CNPJ/MF nº 01.827.715/0001-85, se encontra em situação regular para com os cofres desta municipalidade, pelo que na forma dos dispositivos vigentes, forneço a presente **Certidão Negativa** para firmar convênio.

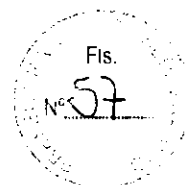
E, por ser a expressão da verdade para que produza os efeitos legais, vai abaixo devidamente datada e assinada.

A presente Certidão terá validade por 60 (sessenta) dias após a data de sua emissão.



Job Rezende Neto
Sec. Geral Administração
Port. 003/2017

ALTO PARAISO/PR, 19 ABRIL DE 2017

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 01.827.715/0001-85

Certidão nº: 128664479/2017

Expedição: 11/05/2017, às 10:24:10

Validade: 06/11/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.827.715/0001-85**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

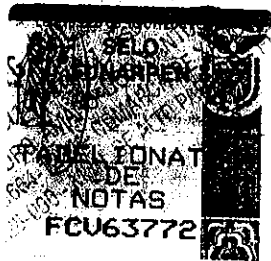
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TERMO DE REGISTRO E REG. CIVIL "ALTO PARAISO"
/ PEDRO ALBUQUERQUE SAN - REG. DE ALTO PARAISO
LUGAR DE REGISTRO - ESQUELO DO PARAISO

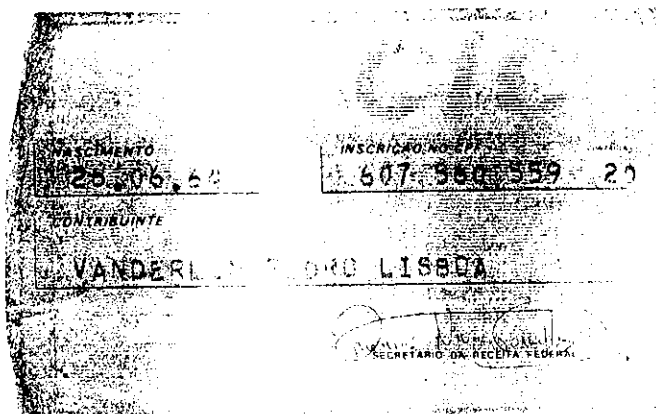
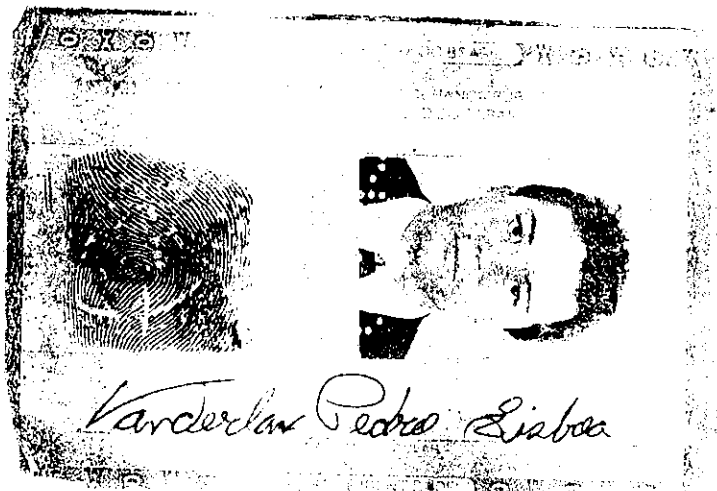
AUTENTICAÇÃO

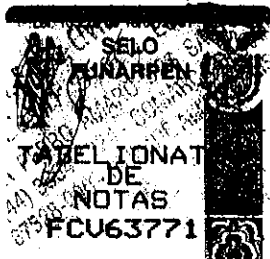
A presente reprodução é fiel do documento apresentado neste cartório. O referido é verdade e dou fé.

Alto Paraíso, 17 de 09 de 2015

Paulo Cesar Berra - Tabelião Designado

Ana Paula Monteiro Rodrigues
Escritório de Registro





AUTENTICAÇÃO
A presente reprodução é fiel do documento apresentado neste cartório, e referente a verdade e validade.

Ata, Poras 17 de 08 de 2015

[Signature]
José Paulo Monteiro Rodrigues
Esc.vente Juran.ado

4.957.398-7

16/03/1967

VANDERLÁN PEDRO LISBOA
DECIO DA SILVA LISBOA
LEONILDA CRISTOFOLI LISBOA

26/06/1964

STA. ISABEL IVAI/PR
COMARCA=STA ISABEL IVAI/PR, DA SEDE
E:RASC 6939, LIVRO=9A, FOLHA=10V

[Signature]
Bel. Douglas Hequm

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENADORIA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

LA TACIL. ENTENÇÃO DO CONTRIBUINTE

PROTEÇÃO DA INSCRIÇÃO NO
SISTEMA DE IMPOSTOS FISCAIS

EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

[Signature]
Pedro Lisboa

Empresa: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Registro no Cartório: 151 Data: 27/08/2015
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015
Balanco encerrado em: 31/12/2015



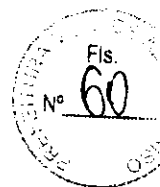
Folha: 0058
Número livro: 0001

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2015	2014
	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO	168.485,61D	0,00
ATIVO CIRCULANTE	168.485,61D	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	0,00	0,00
BANCO C. MOVIMENTO - RECURSOS PROPRIOS	100,00D	0,00
C/C: 540524-6 - Bradesco - 70% Idoso	100,00D	0,00
BANCO C. MOVIMENTO-CONVENIOS GOVERNAMENTAIS	141,97D	0,00
C/C: 14.906-3 - Brasil - Seds Fia	141,97D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REC. PROPRIOS	118,92D	0,00
Ap. Fin. C/C: 540524-6- Bradesco - 70% Idoso	118,92D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONVENIOS GOVERNAMENTAIS	138.957,97D	0,00
Ap. Fin. C/C: 13.452-X - Brasil - Idoso Alto Paraíso	4.325,85D	0,00
Ap. Fin. C/C: 13.451-1 - Brasil - Casa Lar Alto Paraíso	952,65C	0,00
Ap. Fin. C/C: 14.906-3 - Brasil - Seds Fia	135.584,77D	0,00
TANGIVEIS	29.166,75D	0,00
IMOBILIZADO ASSISTENCIA SOCIAL	7.866,00D	0,00
Movéis e Utensílios Fia	7.866,00D	0,00
DEPRECIACAO ACUMULADA ASSISTENCIA SOCIAL	261,09C	0,00
(-) Deprec. Acum. Mov. e Utensílios Fia	261,09C	0,00
IMOBILIZADO ADMINISTRATIVA	23.957,52D	0,00
Computadores e Perifericos	1.580,00D	0,00
Movéis e Utensílios	22.377,52D	0,00
DEPRECIACÃO ACUMULADA ADMINISTRATIVA	2.395,68C	0,00
(-) Deprec. Acum. Comput. Perifericos	157,92C	0,00
(-) Deprec. Acum. Mov. e Utensílios	2.237,76C	0,00
PASSIVO	168.485,61C	0,00
PASSIVO CIRCULANTE	3.502,46C	0,00
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	3.502,46C	0,00
ENCARGOS S/ FOLHA À PAGAR	2.014,46C	0,00
INSS a Pagar	1.927,44C	0,00
IRRF s. Folha a Pagar	3,46C	0,00
Pis a Pagar	83,56C	0,00
CONTAS DE CONSUMO	1.488,00C	0,00
Aluguéis e Condomínios a Pagar	1.488,00C	0,00
PATRIMONIO SOCIAL	164.983,15C	0,00
FUNDO PATRIMONIAL	23.957,52C	0,00
FUNDO PATRIMONIAL	23.957,52C	0,00
Fundo Patrimonial	23.957,52C	0,00
SUPERAVIT/DEFICIT	141.025,63C	0,00
SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	141.025,63C	0,00



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



JUSTIFICATIVA

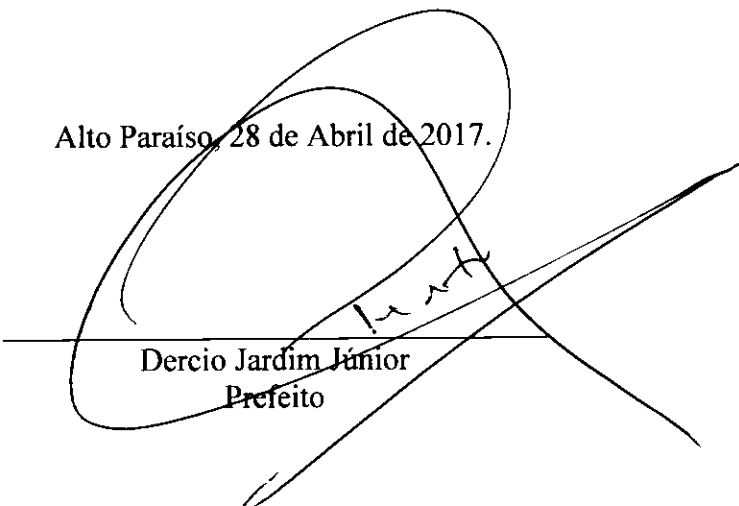
A justificativa da ausência de Chamamento Público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica no caso, a PROVOPAR, mantenedora da Casa Lar e Lar do Idoso, referente ao Decreto nº 1.472 de 30 de Janeiro de 2017, prende-se ao fato de que o Regulamento das Parcerias entre Município de Alto Paraíso e as Organizações da Sociedade Civil, está de acordo, também, com a Lei Federal nº. 13.019, 31 de Julho de 2014.

Tendo em vista que no Município de Alto Paraíso, PR, somente existe uma Entidade de Assistencialismo, ou seja, a **PROVOPAR**, não há necessidade de Chamamento Público para os objetivos delineados no Decreto Municipal nº. 1.472 e na Lei Federal nº 13.019.

E com base no Parecer da Assessoria Jurídica do Município de Alto Paraíso, a inexigibilidade do referenciado chamamento está caracterizado para os fins de direito.

Assim, ficam os interessados intimados para procederem à impugnação à justificativa, desde que apresentada em até 05 (cinco) dias a contar da publicação.

Alto Paraíso, 28 de Abril de 2017.


Dercio Jardim Júnior
Prefeito

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 29 / 04 2017

Edição N.º 10.956

Estado do Paraná

DECRETO Nº 174/2017

Data: 28.04.2017

EMENTA: cria Fontes de Despesas e abre Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 293.043,09 (duzentos e noventa e três mil, quarenta e três reais e nove centavos), por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da Lei 2.099 de 25/04/2017, e considerando o memorando on-line sob o nº 2017000053,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor R\$ 293.043,09 (duzentos e noventa e três mil, quarenta e três reais e nove centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 1 - Departamento de Educação

Ação: 1009 - CONSTRUÇÕES, REFORMAS, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS E AQUISIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL - OUTROS RECURSOS

Funcional: 0012.0301.0026

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

999 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 144 1.000,00

Ação: 1010 - AMPLIAÇÃO, REFORMA, ADEQUAR E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional: 0012.0305.0028

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1000 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 141 1.000,00

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 1 - Departamento de Educação

Ação: 2037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB - OUTROS RECURSOS

Funcional: 0012.0305.0023

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1001 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 891 14.018,09

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 1014 - CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE

Funcional: 0010.0301.0037

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1002 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 344 100

1003 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 345 100

1004 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 346 100

1005 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 347 100

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 2 - Departamento de Obras

Ação: 1018 - CONSTRUÇÕES EM BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Funcional: 0015.0451.0045

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1006 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 900 1.000,00

764 3449051000000000000 - Obras e instalações 900 100.000,00

Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Atividades Turísticas

Ação: 1024 - CONSTRUÇÕES EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE TURISMO

Funcional: 0023.0695.0048

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1007 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 905 1.000,00

844 3449051000000000000 - Obras e instalações 906 170.625,00

Ação: 2076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICA

Funcional: 0023.0695.0048

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1008 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 895 1.000,00

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 1 - Departamento de Agricultura

Ação: 1025 - CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES DE BENS IMOBILIZADOS PARA OS DEPARTAMENTOS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Funcional: 0020.0606.0049

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1009 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 860 1.000,00

Unidade: 3 - Dpto de Estradas de Rodagem

Ação: 1026 - OBRAS E AQUISIÇÃO DE BENS IMOBILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Funcional: 0020.0606.0049

Referência Modalidade de Aplicação Vínculo Valor

1010 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 908 1.000,00

1011 3339093000000000000 - Indenizações e restituições 903 1.000,00

TOTAL 293.043,09

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura: _____

Prefeito Municipal

Assinatura: _____

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Assinatura: _____

Assessor Jurídico

Assinatura: _____

Assessor de Comunicação Social

Assinatura: _____

Assessor de Controle Interno

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pessoas

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Materiais

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Serviços

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Informação

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Relações Públicas

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Arquivos e Documentação

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Biblioteca

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Laboratório

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Cozinha

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Limpeza

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Manutenção

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Segurança

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Saúde

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Educação

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Cultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Esportes e Lazer

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Meio Ambiente

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Agricultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pesca

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Aquicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Apicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Avicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Suinocultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Canicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Caprinocultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Ovinocultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Cunicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Piscicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Aquicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Silvicultura

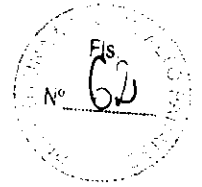
Assinatura: _____

Assessor de Gestão de Pecuária

Assinatura: _____</



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CNPJ: 01.827.715/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 17:20:37 do dia 11/01/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/07/2017.

Código de controle da certidão: **C146.0A27.3376.8681**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Valma

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 01827715/0001-85
Razão Social: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
Nome Fantasia: PROVOPAR
Endereço: AV PEDRO AMARO DOS SANTOS 900 / CENTRO / ALTO PARAISO / PR / 87528-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

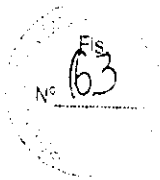
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/04/2017 a 24/05/2017

Certificação Número: 2017042502495313346615

Informação obtida em 11/05/2017, às 10:18:39.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Valma

[Signature]

[Signature]

[Signature]



Tribunal de Contas do Estado do Paraná



Certidão Liberatória

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CNPJ Nº: 01.827.715/0001-85

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

CERTIFICADO. NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 10/07/2017. MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012

	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Codigo de controle 3700.YECU.1808 Emitida em: 11/05/2017 às 10:25:40	
Dados transmitidos de forma segura.	

Vilmar

Leopoldo

Antonio

[Assinatura]

[Assinatura]



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 016287042-75

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **01.827.715/0001-85**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/09/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Guilherme

Leandro

Antonio

[Signature]

[Signature]



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

E-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



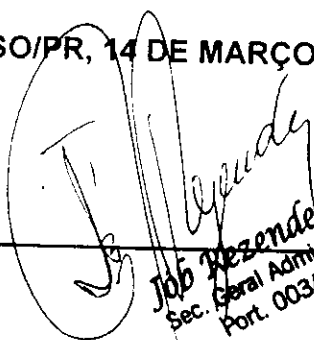
CERTIDÃO Nº. 47/2017

Certificamos, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento, protocolado nesta repartição sob n ° **67/2017**, datado de **14/03/2017**, que revendo os arquivos do cadastro geral de contribuintes desta entidade, consta que, **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, COM DOMICÍLIO FISCAL E COMERCIAL NA AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PR, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº. 01.827.715/0001-85**, se encontra em situação regular para com os cofres desta municipalidade, pelo que na forma dos dispositivos vigentes, forneço a presente **CERTIDÃO NEGATIVA**.

E, por ser a expressão da verdade para que produza os efeitos legais, vai abaixo devidamente datada e assinada.

A presente Certidão terá validade por 60 (Sessenta) dias após a data de sua emissão.

ALTO PARAISO/PR, 14 DE MARÇO DE 2017


João Rezende Neto
Sec. Geral Administração
Port. 003/2017

Guimarães

LP

Altemir

A

PR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

CGC 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1159 - CEP 87.528-000 - Fone/Fax: (044) 664-1187



CERTIDÃO N°63/2017

Certificamos, em cumprimento ao despacho exarado no requerimento protocolado nesta repartição sob n° 93/2017 datado de 19/04/2017, que revendo os arquivos do cadastro geral de contribuintes desta entidade, consta que, PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO-PR, pessoa jurídica de direito privado, com domicílio fiscal e comercial na Av. Pedro Amaro dos Santos, Município de ALTO PARAISO - PR, inscrita no CNPJ/MF nº 01.827.715/0001-85, se encontra em situação regular para com os cofres desta municipalidade, pelo que na forma dos dispositivos vigentes, forneço a presente **Certidão Negativa**.

E, por ser a expressão da verdade para que produza os efeitos legais, vai abaixo devidamente datada e assinada.

A presente Certidão terá validade por 60 (sessenta) dias após a data de sua emissão.

ALTO PARAISO/PR, 19 ABRIL DE 2017

Valma

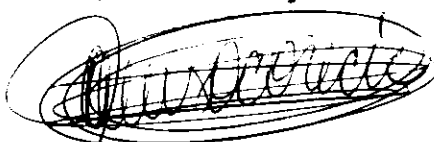
Atk.

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE SISTEMA DE CONTABILIDADE

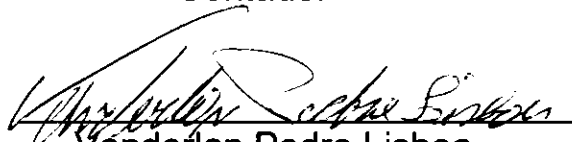
Declaramos, para os devidos fins de direito que se fizerem necessário que a **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, inscrita no CNPJ/MF. n.º 01.827.715/0001-85 com sede na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, município de Alto Paraíso – PR, possui Sistema de Contabilidade sob a responsabilidade do Contador **CICERO COSMO**, habilitado no conselho regional de contabilidade sob n.º. PR02626107, denominado de **Escritório Contábil Bela Vista**, localizado na Rua Deolindo Balan, 714, centro, CEP. 87.528-000 município de Alto Paraíso – Pr, com a finalidade de contabilizar os recursos recebidos, suas aplicações financeiras e pagamentos efetuados.

E por ser o acima exposto à expressão da verdade firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados, e estou ciente de que a declaração falsa constitui crime na forma do Artigo 299 do Código Penal.

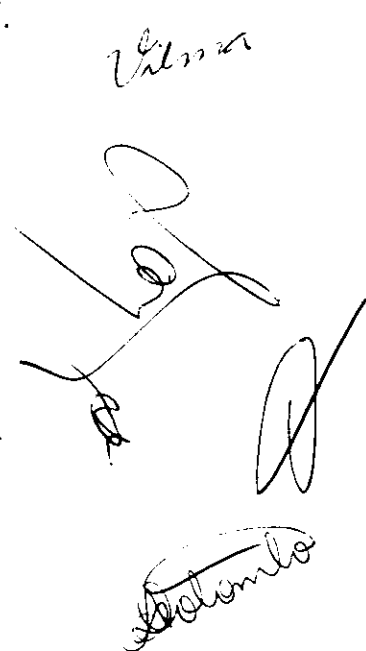
Alto Paraíso – PR, 14 de Março de 2017.



Cícero Cosmo
CRC/PR02626107
Contador



Vanderlan Pedro Lisboa
CPF/MF: 607.560.559-20
Representante Legal da Entidade



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

R MARINGA, 1014 - Q53 L13

CEP: 87528000

CPJ: 01827715000185

ALTO PARAISO - PR

01/02/2017

R\$ 330,16

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 4436641046

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0300441466 - TRIFASICO
 Medição: 02/12/2016
 Leitura Anterior: 23846
 Leitura Atual: 24272
 Medido: 427 kWh
 Constante de Multiplicação: 1,00
 Faturado: 427 kWh
 Consumo Médio/Dia: 13,34 kWh
 Apresentação: 10/01/2017
 Próxima Leitura Prevista: 08/02/2017
 COMERCIAL ASSOC DE DEFESA DIREITO SOCIAIS

Indicadores de Qualidade

Conjunto: OMORONIMA
 Realizado Mensal: 0,00 h
 Limite Mensal: 5,55 h
 Limite Trimestral: 11,10 h
 Limite Anual: 22,21 h
 FIC: 0,00
 DMIC: 0,00 h
 EUSD (R\$): 78,12
 Tensão Contratada: 127 / 220 volts
 Limite faixa adequada de Tensão: 117 - 133 / 202 - 231 volts

MES	12/16	1/17	2/17	3/17	4/17	5/17	6/17	7/17	8/17	9/17	10/17	11/17	12/17
CONS	404	411	417	377	349	272	274	311	271	207	210	262	
PGTO	16/12	16/12	08/11	20/10	06/10	09/08	06/07	17/06	03/06	01/04	28/02	10/01	

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTRATO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 1850772 SANE B
 Emitida em 10/01/2017

Produto	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	427	0,629953	268,99	268,99	29,00%
02 CONTRILUMIN PÚBLICA MUNICÍPI				64,64		
03 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				6,30		
04 JUROS CONTRA ANTERIOR				1,23		
Base de Cálculo do ICMS		268,99	Valor ICMS	78,00	Valor Total da Nota Fiscal	330,16

Composição dos Valores	Reservado ao Fisco
Energia: 98,60	
Distribuição: 58,35	
Transmissão: 4,18	
Tributos: 69,04	
Encargos: 20,62	
TOTAL: 268,99	49AA.2A20.795D.4630.379F.818C.05A6.E6EE

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 1,97 E COFINS R\$ 9,07 CONFORME RES. ANEEL 130/2006.
 O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.
 A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
 Períodos Band Tarif: Verde 10/12-10/01

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, A

063-757493811-4

04/Mar/2017

HORA DE 11:33:5

LOT. 14.10609-0
 LOCALIDADE: ICARAIMA
 AG. VINCULADA: 0570

TERM 03987

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
 COPEL DISTRIBUICAO S A

VALOR DO PAGAMENTO: 330,16

836300000038 301601110002
 001010201745 367520246961

063-757493811-4

1ª VIA

Valim

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

R. PREF. RITA HELENA GARCIA MELLO, 842 - QD 48 LT 12 CASA LAR DO
IDOSO

CEP 07628000

CPJ 01827715000186

ALTO PARAISO - PR

05/02/2017

R\$ 400,88

Responsável pela manutenção da iluminação Pública - Município 4436641048

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor 0872009014 - MONOFASICO

Mes Referência 01/2017

Leitura Atual 13/01/2017 39571
Leitura Anterior 12/12/2016 38971
Consumo 638 kWh
Faturado 638 kWh
Medição 17.93 kWh
Apresentação 13/01/2017
Proxima Leitura Prevista 13/02/2017
COMERCIALTY ASSOC DE DEFESA DIREITO SOCIAIS

Indicadores de Qualidade

Conjunto UMRARAMA
Realizado Mensal 0.00 h
Limite Mensal 5.65 h
Limite Trimestral 11.10 h
Limite Anual 22.21 h
FIC 0.00
DMIC 0.00 h
EUSD (R\$) 92.19
Tensão Contratada 127 volts
Limite faixa adequada de Tensão 117 - 133 volts

MES	01/16	02/16	03/16	04/16	05/16	06/16	07/16	08/16	09/16	10/16	11/16	12/16
CONS	429	485	372	331	367	366	335	366	421	387	510	470
PGTO	15/12	15/12	08/11	20/10	05/10	09/08	06/07	17/05	03/05	01/04	28/02	10/02

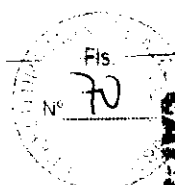
Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTRA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº. 2173189 SÉRIE B
Emitida em 13/01/2017

Produto	Un	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01. ENERGIA ELÉTRICA (CONSUMO)	kWh	638	0.629941	336.93	336.93	29.00%
02. CONTRILUMIN PÚBLICA MUNICIPAL				64.64		
03. MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO				6.27		
04. JUROS CONTRA ANTERIOR				1.04		
Base de Cálculo do ICMS			336.93	Valor ICMS	99.29	Valor Total da Nota Fiscal
Composição dos Valores			Reservado ao Fisco			
Energia		124.48				
Distribuição		71.00				
Transmissão		5.27				
Tributos		112.19				
Encargos		25.99				
TOTAL		338.93				

7AA9.D9FB 173A.3390.101A.C3DC.634B.A0DA

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 2.48 E COFINS R\$ 11.42 CONFORME RES. ANEEL 130/2006
O não pagamento da fatura a 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no
cadastro de inadimplentes CADINPR
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados
à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações
Períodos Band Tarif. Verde 15/12-13/01



CAIXA LOTARIAS

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

063-757493809-2

04/Mar/2017

HORA DE 11:33:2

LOT. 14.10609-0
LOCALIDADE: ICARAIMA
AG. VINCULADA: 0570

TERM 03987

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
COPEL DISTRIBUICAO S A

VALOR DO PAGAMENTO: 400,88

836000000049 008801110001
001010201745 386541205970

063-757493809-2

1ª VIA

Valmor

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

CONTA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

LUCIA TEIXEIRA

0995.4570

R HERMENEGILDO V COSTA
CHA NSRA APARECIDA

1179

1188

87.528-000 ALTO PARAISO

373-11-02-000-06375 2135385110-4-1 011 001 - - - -

10	5	10	-	10
10	10	10	10	10
10	10	10	10	10

ODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLACAO

2016	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2017	PAGO											
FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME				VALOR M3/R\$				TOTAIS			
					AQUA				AQUA			
									ESQOTO			
RES Minimo	10				33,74							
De 11 a 30m3	7				5,06				35,42			

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 7,12

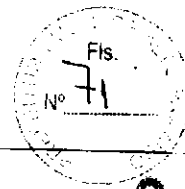
03/16 04/16 05/16 06/16 07/16 08/16 09/16 10/16 11/16 12/16 01/17
22 27 19 8 13 18 13 20 19 16 23

30 15/02/2017 699 716 17 02/2017

18 02/03/2017

17/03/2017 69,16 69,16

BAIXE O SANEPAR MOBILE - GOOGLE PLAY OU APP STORE.
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ao

046-658251785-0

15/Fev/2017

HORA DF 16:27:16

LOT. 14.20558-6

LOCALIDADE: ALTO PARAISO

AG. VINCULADA: 0570

TERM 055973

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
SANEPAR CIA SAN PARANA

VALOR DO PAGAMENTO: 69,16

826600000002 691601092014
703020995451 700220174192

046-658251785-0

19 VIA

Wilma

Lo

Ademir

da

[Signature]

NEIDE FRANCISCO FERREIRA

RPRFA RITA HELENA GARCIA MELLO 931 - QD42 LT19

CEP: 87628000

ALTO PARAISO - PR

CPF: 76043203900

R\$ 78,43

Resposta enviada pela manutenção de Iluminação Pública - Município 4455641046

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0900106692 - MONOFASICO

Mes Referência: 03/2017

Leitura Atual

10/03/2017

1327

Constante de

Multiplicação

1,00

Consumo

Médio/Dia

3,53 kWh

Próxima Leitura Prevista: 10/04/2017

RESIDE/RESIDENCIAL

Indicadores de Qualidade

Conjunto: TAMOI

Mes 01/2017

Tensão Contratada:

127 volts

Realizado Mensal

0,80 h

FIC

1,00

DMIC

0,80 h

EUSD (R\$)

21,29

Limite faixa adequada de Tensão

117 - 133 volts

Limite Mensal

5,31 h

3,36

3,03 h

Limite Trimestral

10,62 h

6,72

Limite Anual

21,24 h

13,46

MES 02/17 01/17 12/16 11/16 10/16 09/16 08/16 07/16 06/16 05/16 04/16 03/16

CONS 94 112 90 90 74 69 86 92 90 100 98 76

PGTO 13/02 10/01 22/12 18/11 20/10 20/09 22/08 18/07 17/06 20/05 18/04 21/03

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 1485419 Serie B

Emitida em 10/03/2017

Produto	Un	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	106	0,635000	67,31	67,31	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. AMARELA	kWh			1,06	1,06	29,00%
03 CONT. ILMUN. PUBLICA MUNICIPI				10,07		
Base de Calculo do ICMS	68,36	Valor ICMS	19,82	Valor Total da Nota Fiscal	78,43	

Composição dos Valores
Energia 26,23
Distribuição 13,98
Transmissão 1,03
Tributos 23,00
Encargos 5,12
TOTAL 68,36

Reservado ao Fisco

5200.CB49.4E0B.D75B.2B34.2D8F.FD03.CFE4

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 0,57 E COFINS R\$ 2,61 CONFORME RES. ANEEL 130/2006.

A PARTIR DE 01/03/2017 - PIS/PASEP 0,89% e COFINS 4,06%.

O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

A PARTIR DE 01/03/2017, BANDEIRA AMARELA COM VALOR DE R\$ 0,02/KWH.

Períodos Band. Tarif.: Verde 09/02-28/02 Amarela 01/03-10/03

Controle

01-20174575851153-46

Numero de identificação

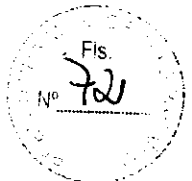
17681707

Mes

03/2017

FS [1.7.74.1]

83660000000 1 78430111000 2 00101020174 5 57585115346 1



Wilson

LoP

Antonio

[Signature]



Rua José Pedro Bezerra, 158
61200-000 - Curitiba - PR
CNPJ 04.288.909/0001-08
IE 98.233.073-99 - IN 423.902-4



www.copel.com.br

0800 51 00 116

Unidade Consumidora

VANILDA PATRICIA DE AMORIM ROQUE

R JOSE GONCALVES DE OLIVEIRA, 1099 - QD36 LT20

CEP: 87528000

ALTO PARAISO - PR

CPF: 59326208920

25344668

Vencimento

01/03/2017

Valor a Pagar

R\$ 54,03

Responsável pela manutenção da iluminação Pública: Município 4436641046

Reaviso de Vencimento

Para débitos vencidos que aguardam a unidade consumidora ao corte de energia. Após o corte, caso não haja religação em 3 meses, seu contrato com a Copel será encerrado. Neste período, haverá cobrança conf. legislação. Se estiver pago, desconsidere esta mensagem. Existindo atividade acessória, o valor pode ser excluído da fatura.

Referência 01/2017

Valor 62,32

Informações Técnicas

Nº Medidor: 0904405848 - MONOPHASICO

Mes Referência: 02/2017

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total - Faturado	Consumo Médio/Dia	Data Apresentação
1001/2017	08/02/2017	29 dias	75 kWh	75 kWh	2,59 kWh	08/02/2017
29632	29707	75 kWh	1,00			

Proxima Leitura Prevista: 10/03/2017

RESIDE/RESIDENCIAL

Indicadores de Qualidade

Conjunto OMBAROM	DIC	FIC	OMIC	EUSD (R\$)	Tensão Contratada
Realizado Mensal	0,00 h	0,00	0,00 h	14,06	127 volts
Limite Mensal	5,66 h	3,42	3,20 h		Limite faixa adequada de Tensão:
Limite Trimestral	11,10 h	6,85			117 - 133 volts
Limite Anual	22,21 h	13,70			

MES	01/10	02/10	03/10	04/10	05/10	06/10	07/10	08/10	09/10	10/10	11/10	12/10
CONS	87	74	71	102	87	83	64	85	81	77	87	88
PGTO	02/01	01/12	17/11	18/10	29/09	09/08	25/07	16/06	06/05	25/04	14/03	

Valores Faturados

Emitida em 08/02/2017						
Produto	Un	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	75	0,630800	47,31	47,31	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				7,64		
03 CRED VIOL META CONT				-0,82		
Base de Cálculo do ICMS:				47,31	Valor ICMS:	13,72
					Valor Total da Nota Fiscal:	54,03
Composição dos Valores						
Energia		17,36	Reservado ao Fisco			
Distribuição		9,59				
Transmissão		0,73				
Tributos		15,71				
Encargos		3,82				
TOTAL		47,31				

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 0,35 E COFINS R\$ 1,64 CONFORME RES. ANEEL 130/2006

A PARTIR DE 01/02/2017 - PIS/PASEP 0,80% e COFINS 3,70%.

O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

DEBITOS: 01/2017 R\$ 62,32

Períodos Band.Tarif.: Verde: 11/01-08/02

Vencimento: 01/03/2017

Valor a pagar: R\$ 54,03

Controle
01-20174467664586-9

Numero de identificação
25344668

Mes
02/2017

F3 [1 7 74 0]

83680000000 9 54030111000 8 00101020174 5 46766458609 7



Valm...

Le...

[Signature]

[Signature]

[Signature]



83600000002391801110008 0010102017453422666366

VANDERLAN PEDRO LISBOA

PCA JOSE ILTON DE OLIVEIRA, 1147 - QD26 LT07

CEP: 87628000

ALTO PARAISO - PR

CPF: 60766056920

24/02/2017

R\$ 532,66

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública: Município 4436641046

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0832241605 - TRIFÁSICO

Mes Referência: 02/2017

Leitura Atual
04/02/2017
4116

Constante de
Multiplicação
10,00

Consumo
Médio/Dia
23,67 kWh

Próxima Leitura Prevista: 07/03/2017

COMERC/SERV DE MANUT E REP ELET VEIC AUTOM

Indicadores de Qualidade

Conjunto: UMUARAMA

Mes 12/2016

Tensão Contratada:

	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)
Realizado Mensal:	0,00 h	0,00	0,00 h	
Limite Mensal:	6,66 h	3,42	3,20 h	108,35
Limite Trimestral:	11,10 h	6,66		
Limite Anual:	22,21 h	13,70		

127 / 220 volts
Limite faixa adequada de Tensão:
117 - 133 / 202 - 231 volts

MES	01/17	12/16	11/16	10/16	09/16	08/16	07/16	06/16	05/16	04/16	03/16	02/16
CONS	770	670	660	660	540	510	530	630	660	670	670	690
PGTO		23/12	09/01	23/11	21/10	23/09	23/08	22/07	23/06	23/05	22/04	18/03

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA nº 714200 Série B

Emitida em 04/02/2017

Produto	Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01	ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	710	0,630454	447,63	447,63	29,00%
02	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				75,66		
03	ACRESCIMO MORATORIO				2,60		
04	MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				7,45		
05	JUROS CONTA ANTERIOR				6,76		
06	CRED VIOL META CONT				-6,42		
Base de Cálculo do ICMS:			447,63	Valor ICMS	129,81	Valor Total da Nota Fiscal:	532,66
Composição dos Valores:							
Energia			164,28	Reservado ao Fisco			
Distribuição			93,70				
Transmissão			6,96				
Tributos			148,40				
Energias			34,30				
TOTAL			447,63				

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 3,31 E COFINS R\$ 16,28 CONFORME RES. ANEEL 130/2006.

A PARTIR DE 01/02/2017 - PIS/PASEP 0,80% e COFINS 3,70%.

O não pagamento da fatura 15 dias após o vencimento acarretará inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

DEBITOS 01/2017 R\$ 560,72

Períodos Band Tarif. Verde 06/01-04/02

Vencimento: 24/02/2017

Valor a pagar: R\$ 532,66

01-20174454087124-3 75522713

02/2017

83640000005 2 32660111000 9 00101020174 5 45408712403 7



RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES
Ata nº 001/2017

Presidente: Vanderlan Pedro Lisboa

RG: 4.957.398-7 SSP/PR

CPF/MF: 607.560.559-20

Endereço: Rua Josué Balthazar Rodrigues, 1147, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

Vice-Presidente: Francisca de Lima Pereira

RG: 8.516.528 SSP/PR

CPF/MF: 034.192.029-03

Endereço: Rua Arapongas, 669, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

Tesoureiro: Isaque Wanderley Casimiro

RG: 13.079.550-1 SSP/PR

CPF/MF: 075.596.599-00

Endereço: Avenida Pedro Amaro dos Santos, 574, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

Vice-Tesoureiro: Vanilda Patrícia de Amorim

RG: 4.416.217-2 SSP/PR

CPF/MF: 593.252.089-20

Endereço: Rua Jose Gonçalves de Oliveira, 1099, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

Secretária: Lúcia Teixeira

RG: 2.137.810-0 SSP/PR

CPF/MF: 396.803.049-49

Endereço: Rua Hermenegildo Vieira da Costa, 1179, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

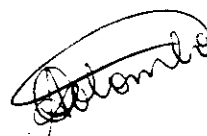
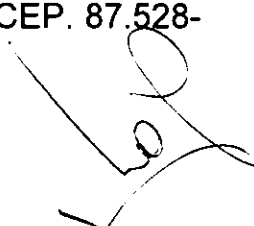
Segunda Secretária: Neide Francisco Ferreira

RG: 1.827.576 SSP/PR

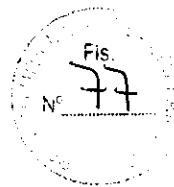
CPF/MF: 750.432.039-00

Endereço: Rua Profª Rita Helena Garcia de Melo, 931, centro, CEP. 87.528-000, Alto Paraíso-Pr.

Alto Paraíso – Pr, 14 de Março de 2017



ESTATUTO



DO

PROVOPAR

MUNICIPAL

DE

ALTO PARAÍSO

2010

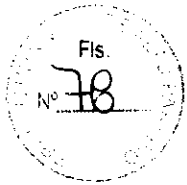
V. Lima

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'L. P.' or similar, located below the word 'ALTO PARAÍSO'.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio', located below the signature 'L. P.'.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. A.', located to the right of the signature 'Antonio'.

SUMARIO



CAPÍTULO I

Da denominação, da sede e da duração 1

CAPÍTULO II

Das finalidades..... 1

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e da Receita..... 1

CAPÍTULO IV

Da Organização..... 2

SEÇÃO I

Da Assemblêra Geral 2

SEÇÃO II

Da Diretoria 3

SEÇÃO III

Do Conselho Consultivo..... 4

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal 4

CAPÍTULO V

Dos Sócios..... 4

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais..... 5

Vilma

Leal

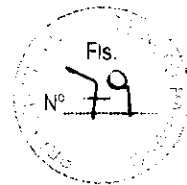
de

de

de

ESTATUTO DO PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ



CAPÍTULO I

Da denominação, da sede e da duração

Art. 1º - O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, com sede a Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná e foro em Alto Paraíso - Pr., é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópicas, com prazo de duração ilimitada e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação aplicável, tendo seu tempo de duração indeterminado, sendo que os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo PROVOPAR.

CAPÍTULO II

Das finalidades

Art. 2º - O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, inspirado na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, tem por finalidade:

I - Atender a todos os carentes, em especial a criança carente, o adolescente, a gestante, o portador de doenças especiais, os doentes crônicos, o idoso e qualquer cidadão que estiver em situação de risco e sem condições de trabalho;

II - Organizar a ação do voluntário para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais;

III - Incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação;

IV - Melhorar a condição de vida da população carente, através de programas sociais e educacionais a eles direcionados;

V - Promover a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento às Entidades Sociais.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e da Receita

Art. 3º - O patrimônio do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO será constituído:

I - Dos bens e direitos que venha a adquirir;

II - Pela incorporação dos resultados financeiros por decisão da Assembleia

Geral.

Art. 4º - Constituem receitas do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO:

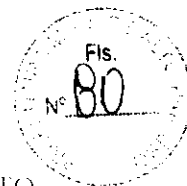
I - Contribuição Social;

II - Subvenções;

III - Rendas patrimoniais e eventuais;

IV - Auxílio e donativos.

Valmir
[Signature]
Gelson Araújo de S. Faria
ADVOGADA
OAB/PR 50083
[Signature]



V - Resultados de campanhas financeiras

Art. 5º - O patrimônio e a receita do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO destinam-se exclusivamente a manter, a desenvolver e a garantir as suas atividades e as das áreas sociais que esta for responsável.

Art. 6º - A alienação ou o gravame de bens e direitos patrimoniais dependem de prévia autorização da Assembleia Geral.

§1º - Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens, sob qualquer pretexto, a dirigentes, associados, benfeitores ou mantenedores.

§2º - Da mesma forma não serão remunerados, sob qualquer título, os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. Igualmente não remeterá por qualquer forma, valores ao exterior.

§3º - Anualmente será publicado na imprensa local o demonstrativo da Receita e das Despesas do Semestre anterior.

CAPÍTULO IV **Da Organização**

Art. 7º - São órgãos e mecanismos essenciais do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO:

- I - A Assembleia Geral;
- II - A Diretoria;
- III - O Conselho Consultivo;
- IV - O Conselho Fiscal.

SEÇÃO I **Da Assembleia Geral**

Art. 8º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO é composta pela Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

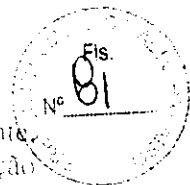
Art. 9º - A Assembleia Geral será convocada pela Presidência, por carta expedida pela Secretaria da Entidade às pessoas que compõem o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros ou, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de presentes.

Art. 11 - Anualmente haverá na Assembleia Geral para:

- I - Prestação de contas;
- II - Discussão e votação das demonstrações financeiras e relatório da Diretoria;
- III - Deliberação sobre os resultados financeiros do exercício;
- IV - Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 12 - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente mediante a forma prevista no Art. 9º, em qualquer tempo, porém, é vedada a apreciação de assuntos não enumerados no ato convocatório.



SEÇÃO II Da Diretoria

Art. 13 - A Diretoria que administra a entidade tem a seguinte composição:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Primeira Secretária;
- IV - Segunda Secretária;
- V - Tesoureiro.

Art. 14 - A Presidência do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO será assumida automaticamente, ao início de cada gestão municipal, pela esposa do Prefeito eleito ou por pessoa por ele indicada, coincidindo o período de sua administração com o mandato deste.

§ 1º - A Vice-Presidência do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO será assumida automaticamente, ao início de cada gestão municipal, pela esposa do Vice-Prefeito ou por pessoa por ele indicada, coincidindo o período de sua administração com o mandato deste.

§ 2º - Os demais membros da Diretoria serão escolhidos pela Presidente.

Art. 15 - À Presidente compete:

- I - Nomear e destituir os membros da Diretoria;
- II - Presidir as reuniões da Diretoria e aos trabalhos da Assembleia Geral;
- III - Convocar as Assembleias Gerais;
- IV - Coordenar os trabalhos durante sua gestão;
- V - Zelar pela fiel execução dos objetivos da Sociedade, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto, as resoluções da Diretoria e as Deliberações da Assembleia Geral;
- VI - Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- VII - Receber doações e demais receitas em favor do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO;
- VIII - Movimentar as contas da Sociedade juntamente com a Tesouraria;
- IX - Prestar contas, anualmente, através do relatório à Assembleia Geral;
- X - Decidir a respeito dos casos previstos neste Estatuto;
- XI - Delegar à Diretoria os poderes acima especificados através de ato formal.

Art. 16 - À Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas suas faltas e impedimentos, bem como desempenhar as atribuições que lhe forem estabelecidas pela Diretoria.

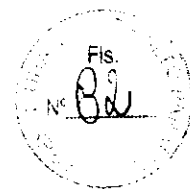
Art. 17 - A Primeira Secretária compete:

- I - Registrar as atas;
- II - Guardar a documentação;
- III - Coordenar os serviços de secretaria.

Geliane Araújo de S. Faria
ADVOGADA
OAB/PR 50083

Art. 18 - À Segunda Secretária compete:

I - Atuar na ausência da Primeira Secretária



Art. 19 - À Tesouraria compete:

I - Responder a respeito da Sociedade e realizar as despesas desta, com prévia autorização da Diretoria;

II - Manter o livro caixa da entidade;

III - Executar o balanço semestral e apresentá-lo à Presidente para apreciação, juntamente com o relatório do respectivo semestre;

IV - Assinar cheques, juntamente com a Presidente.

SEÇÃO III

Do Conselho Consultivo

Art. 20 - O Conselho Consultivo, formado por pessoal especialmente designado pela Presidente, terá as seguintes atribuições:

I - Analisar, discutir e apresentar sugestões à Diretoria;

II - Prestar assessoramento a tudo que se fizer necessário, em especial para a implantação dos projetos aprovados.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 21 - O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, terá um Conselho Fiscal, composto de 04 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos ou reeleitos anualmente pela Assembleia Geral.

Art. 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar atos administrativos e verificar o cumprimento de seus deveres estatutários;

II - Opinar sobre as contas e relatório da Diretoria emitindo parecer.

CAPÍTULO V

Dos Sócios

Vilma

Art. 23 - São sócios do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

I. Fundadores - os membros da primeira Diretoria e os que comparecerem à primeira Assembleia Geral;

II. Beneméritos - os que prestarem serviços relevantes à entidade, mediante indicação da Diretoria;

III. Colaboradores Voluntários - os que voluntariamente colaborarem semestralmente para a receita da Entidade.

Parágrafo Único - o número de sócios será ilimitado, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo, religioso ou político.

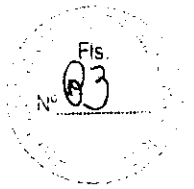
[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]
Geliene Araújo de S. Faria
ADVOGADA
OAB/PR 50083

CAPÍTULO VI
Disposições Gerais



Art. 24 - A Diretoria e o Conselho Consultivo reunir-se-ão obrigatoriamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pela Presidente.

Art. 25 - Poderá ser destituído de suas funções o membro da Diretoria e do Conselho Consultivo que, sem motivo justo, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas do órgão ou fizer uso indevido de suas atribuições.

Parágrafo Único - A destituição do membro do Conselho Consultivo será apreciada em reunião da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 26 - No caso de destituição, renúncia ou morte de qualquer dos demais membros da Diretoria, será designado, pela Presidente, um substituto que completará o mandato.

Art. 27 - A Diretoria da entidade disporá sobre o papel de apoio necessário ao expediente e demais assuntos administrativos.

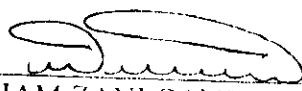
Art. 28 - A representação da Sociedade junto às instituições financeiras poderá ser feita, além da hipótese prevista no inciso IX do Art. 15, por dois integrantes da Diretoria, sempre em conjunto, independentemente de ordem ou designação especial.

Art. 29 - Em caso de dissolução da Sociedade, o seu Patrimônio reverterá em proveito de instituição congênere registrada do Conselho Nacional de Assistência Social e no Conselho Consultivo Municipal de Assistência Social, a ser indicada pela Assembléia Geral convocada para este fim.

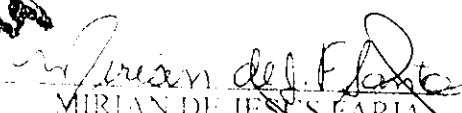
Art. 30 - Este Estatuto somente será alterado ou reformado por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

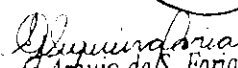
Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

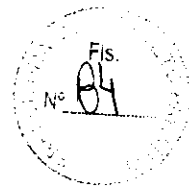



VIVIAM ZANI CANSIGREGIANIN
Presidente

Ilto Paraíso - Pr. 26 de Julho de 2010.


MIRIAN DE JESUS FARIA
Presidente do Conselho


Geliane Araújo de S. Faria
ADVOGADA
OAB/PR 50083



ESTATUTO PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA

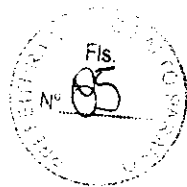
2007

Vilma

Lo

Antonio

SUMÁRIO



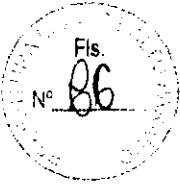
CAPÍTULO I	
Da denominação, da sede e da duração.....	1
CAPÍTULO II	
Das finalidades.....	1
CAPÍTULO III	
Do Patrimônio e da Receita.....	1
CAPÍTULO IV	
Da Organização.....	2
SEÇÃO I	
Da Assembléia Geral.....	2
SEÇÃO II	
Da Diretoria.....	3
SEÇÃO III	
Do Conselho Consultivo	4
SEÇÃO IV	
Do Conselho Fiscal	4
CAPÍTULO V	
Dos Sócios	1
CAPÍTULO VI	
Disposições Gerais	5

Vilma

1/2

1/2

1/2



ESTATUTO DO PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA

ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO I

Da denominação, da sede e da duração

Art. 1º - O PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA, com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 2352, no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná e foro em Alto Paraíso - Pr., é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópicas, com prazo de duração ilimitada e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação aplicável, tendo seu tempo de duração indeterminado, sendo que os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo PROVOPAR.

CAPÍTULO II

Das finalidades

Art. 2º - O PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA, inspirado na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, tem por finalidade:

- I- Atender a todos os carentes, em especial a criança carente, o adolescente, a gestante, o portador de doenças especiais, os doentes crônicos, o idoso e qualquer cidadão que estiver em situação de risco e sem condições de trabalho;
- II- Organizar a ação do voluntário para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais;
- III- Incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação;
- IV- Melhorar a condição de vida da população carente, através de programas sociais e educacionais a eles direcionados;
- V- Promover a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento às Entidades Sociais

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e da Receita

Art. 3º - O patrimônio do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA será constituído:

- I- Dos bens e direitos que venha a adquirir;
- II- Pela incorporação dos resultados financeiros por decisão da Assembleia Geral.

Art. 4º - Constituem receitas do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA:

- I- Contribuição Social;
- II- Subvenções;
- III- Rendas patrimoniais e eventuais;
- IV- Auxílio e donativos;

Calina

[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten signature]



V - Resultados de campanhas financeiras

Art. 5º - O patrimônio e a receita do PROVOPAR DO MUNICIPIO DE VILA ALTA destinam-se exclusivamente a manter, a desenvolver e a garantir as suas atividades e as das áreas sociais que esta for responsável.

Art. 6º - A alienação ou o gravame de bens e direitos patrimoniais dependem de prévia autorização da Assembleia Geral

§ 1º - Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens, sob qualquer pretexto, a dirigentes, associados, benfeitores ou mantenedores.

§ 2º - Da mesma forma não serão remunerados, sob qualquer título, os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. Igualmente não remeterá, por qualquer forma, valores ao exterior.

§ 3º - Anualmente será publicado na imprensa local o demonstrativo da Receita e das Despesas do Semestre anterior

CAPÍTULO IV

Da Organização

Art. 7º - São órgãos e mecanismos operacionais do PROVOPAR DO MUNICIPIO DE VILA ALTA:

- I- A Assembleia Geral;
- II- A diretoria;
- III- O Conselho Consultivo;
- IV- O Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

Da Assembleia Geral

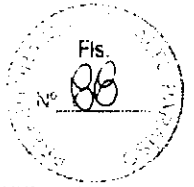
Art. 8º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do PROVOPAR DO MUNICIPIO DE VILA ALTA é composto pela Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

Art. 9º - A Assembleia Geral será convocada pela Presidência, por carta expedida pela Secretaria da Entidade às pessoas que compõem o PROVOPAR DO MUNICIPIO DE VILA ALTA, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros, ou, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de presentes.

Art. 11 - Anualmente haverá uma Assembleia Geral para

- I- Prestação de contas;
- II- Discussão e votação das demonstrações financeiras e relatório da Diretoria;
- III- Deliberação sobre os resultados financeiros do exercício;
- IV- Eleição dos membros do Conselho Fiscal.



Art. 12 - A Assembleia Geral poderá ser convocada, extraordinariamente, mediante a forma prevista no Art. 9º, em qualquer tempo, porém, é vedada a apreciação de assuntos não enumerados no ato convocatório.

SEÇÃO II Da Diretoria

Art. 13 - A Diretoria que administra a entidade tem a seguinte composição:

- I- Presidente;
- II- Vice-Presidente;
- III- Primeira Secretária;
- IV- Segunda Secretária;
- V- Tesoureiro.

Art. 14 - A Presidência do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA será assumida automaticamente, ao início de cada gestão municipal, pela esposa do Prefeito eleito ou por pessoa por ele indicada, coincidindo o período de sua administração com o mandato deste.

§ 1º - A Vice-Presidência do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA será assumida automaticamente, ao início de cada gestão municipal, pela esposa do Vice-Prefeito ou por pessoa por ele indicada, coincidindo o período de sua administração com o mandato deste.

§ 2º - Os demais membros da Diretoria serão escolhidos pela Presidente.

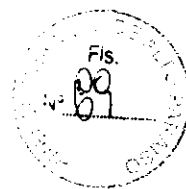
Art. 15 - À Presidente compete:

- I- Nomear e destituir os membros da Diretoria;
- II- Presidir as reuniões da Diretoria e aos trabalhos da Assembleia Geral;
- III- Convocar as Assembleias Gerais;
- IV- Coordenar os trabalhos durante sua gestão;
- V- Zelar pela fiel execução dos objetivos da Sociedade, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto, as resoluções da Diretoria e as Deliberações da Assembleia Geral;
- VI- Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- VII- Receber doações e demais receitas em favor do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA;
- VIII- Movimentar as contas da Sociedade juntamente com a Tesouraria;
- IX- Prestar contas, anualmente, através de relatório a Assembleia Geral;
- X- Decidir a respeito dos casos omissos neste Estatuto;
- XI- Delegar à Diretoria os poderes acima especificados através de ato formal.

Art. 16 - A Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas suas faltas e impedimentos, bem como desempenhar as atribuições que lhe forem estabelecidas pela Diretoria.

Art. 17 - À Primeira Secretária compete

- I- Registrar as atas,



- II- Guardar a documentação;
- III- Coordenar os serviços de secretaria.

Art. 18 - A Segunda Secretaria compete:

- I- Atuar na ausência da Primeira Secretaria.

Art. 19 - À Tesouraria compete:

- I- Resguardar a receita da Sociedade e realizar as despesas desta, com prévia autorização da Presidente;
- II- Manter o livro caixa da entidade;
- III- Executar o balanço semestral e apresentá-lo à Presidente para apreciação, juntamente com o relatório do respectivo semestre;
- IV- Assinar cheques, juntamente com a Presidente.

SEÇÃO III Do Conselho Consultivo

Art. 20 - O Conselho Consultivo, formado por pessoal especialmente designado pela Presidente, terá as seguintes atribuições:

- I- Analisar, discutir e apresentar sugestões à Diretoria;
- II- Prestar assessoramento a tudo que se fizer necessário, em especial para a implantação dos projetos aprovados.

SEÇÃO IV Do Conselho Fiscal

Art. 21 - O PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA, terá um Conselho Fiscal, composto de 04 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos ou reeleitos anualmente pela Assembléia Geral.

Art. 22 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Fiscalizar atos administrativos e verificar o cumprimento de seus deveres estatutários;
- II- Opinar sobre as contas e relatório da Diretoria emitindo parecer.

CAPÍTULO V Dos Sócios

Art. 23 - São sócios do PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA:

- I. Fundadores - os membros da primeira Diretoria e os que comparecerem à primeira Assembléia Geral;
- II. Beneméritos - os que prestarem serviços relevantes à entidade, mediante indicação da Diretoria;
- III. Colaboradores Voluntários - os que voluntariamente colaborarem semestralmente para a receita da Entidade.

Parágrafo Único - o número de sócios será ilimitado, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo, religioso ou político.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 24 - A Diretoria e o Conselho Consultivo reunir-se-ão obrigatoriamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pela Presidente.

Art. 25 - Poderá ser destituído de suas funções o membro da Diretoria e do Conselho Consultivo que, sem motivo justo, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas do órgão ou fizer uso indevido de suas atribuições.

Parágrafo Único - A destituição do membro do Conselho Consultivo será apreciada em reunião da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim

Art. 26 No caso de destituição, renúncia ou morte de qualquer dos demais membros da Diretoria, será designado, pela Presidente, um substituto que completará o mandato.

Art. 27 - A Diretoria da entidade disporá sobre o papel de apoio necessário ao expediente e demais assuntos administrativos.

Art. 28 - A representação da Sociedade junto às instituições financeiras poderá ser feita, além da hipótese prevista no inciso IX do Art. 15, por dois integrantes da Diretoria, sempre em conjunto, independentemente de ordem ou designação especial.

Art. 29 - Em caso de dissolução da Sociedade, o seu Patrimônio reverterá em proveito de instituição congênere registrada do Conselho Nacional de Assistência Social e no Conselho Consultivo Municipal de Assistência Social, a ser indicada pela Assembléia Geral convocada para este fim

Art. 30 Este Estatuto somente será alterado ou reformado por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim

Art. 32 – Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Paraiso-PR, 02 de outubro de 2007.

ANA PAULA LEME
Presidente

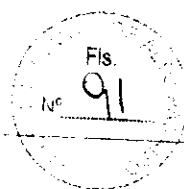
IDALINA JENISCH LUCENA
 Presidente do Conselho

10/10/1940
 10/10/1940
 10/10/1940



**PROVOPAR – Programa do Voluntariado do
Município de Alto Paraíso - Pr**

CEP – 87.528-000 CNPJ – 01.827.715/0001-85, Av. Pedro Amaro dos Santos 900
Fone/Fax (0xx) 44 3664 – 1320



**EXTRATO DO ESTATUTO DO PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO
PARAISO**

Denominação: PROVOPAR Municipal de Alto Paraíso

Sede: Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro – CEP 87.528-000 – Alto Paraíso
– Estado do Paraná

Personalidade Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos

Dos Sócios:

- Fundadores;
- Beneméritos;
- Colaboradores Voluntários;
- Obs.: números de sócios ilimitados

Finalidade:

- Atender a todos os carentes, em especial a criança carente, adolescente, a gestante, o portador de doenças específicas, os doentes crônicos, o idoso e qualquer cidadão que estiver em situação de risco e sem condições de trabalho;
- Organizar a ação do voluntário para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais;
- Incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação;
- Melhorar a condição de vida da população carente, através de uma educação popular;
- Promover a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento as entidades sociais.

Prazo de duração: Prazo Indeterminado.

Do Patrimônio:

- Bens e direitos que venha a adquirir;
- Pela incorporação dos resultados financeiros

Da Receita:

- Contribuição Social;
- Subvenções;
- Rendas patrimoniais e eventuais;
- Auxílios e doações;

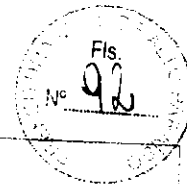
Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with 'Fis. 91' and 'Lec'.

Geliane AGUIAR
ADVOGADA
OAB/PR 5074



**PROVOPAR – Programa do Voluntariado do
Município de Alto Paraíso - Pr**

CEP – 87 528-000 CNPJ - 01 827.715/0001-85 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900
Fone/Fax (0xx) 44 3664 – 1320



- Resultados de campanhas financeiras

Da Organização:

- A Assembleia Geral;
- A Diretoria;
- O Conselho Consultivo;
- O Conselho Fiscal;

Da Diretoria:

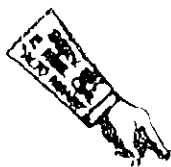
- Presidente;
- Vice-Presidente;
- Primeira Secretária;
- Segunda Secretária;
- Tesoureiro

Destinação do Patrimônio e Recita: Destinam-se exclusivamente a manter, a desenvolver e a garantir as suas atividades e as das áreas sociais que esta for responsável e a todos os fins preconizados em seu Estatuto

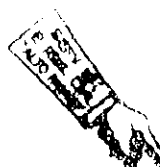
Alto Paraíso - Pr, 26 de Julho de 2010.



Presidente



Primeira Secretária



Tesoureiro

[Signature]

[Signature]



[Signature]
Gleide Araújo de S. Faria
ADVOGADA
OAB/PR 50083

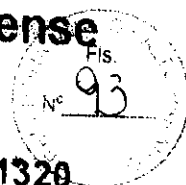
[Signature]

[Signature]

**PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense
do Município de Vila Alta**

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR



**EXTRATO DO ESTATUTO DO PROVOPAR MUNICIPAL DE
VILA ALTA**

Denominação: PROVOPAR do Município de Vila Alta

Sede: Avenida Pedro Amaro dos Santos, 1546, centro - CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - Estado do Paraná

Personalidade Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos

Dos Sócios:

- Fundadores;
- Beneméritos;
- Colaboradores Voluntários
- Obs: números de sócios ilimitados

Finalidade:

- Atender a todos os carentes, em especial a criança carente, adolescente, a gestante, o portador de doenças especiais, os doentes crônicos, o idoso e qualquer cidadão que estiver em situação de risco e sem condições de trabalho;
- Organizar a ação do voluntário para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais;
- Incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação;
- Melhorar a condição de vida da população carente, através de uma educação popular;
- Promover a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento às Entidades Sociais

Prazo de duração: Prazo Indeterminado

Do Patrimônio:

- Bens e direitos que venha a adquirir;
- Pela incorporação dos resultados financeiros

Da Receita:

- Contribuição Social;
- Subvenções;
- Rendas patrimoniais e eventuais;
- Auxílios e donativos;
- Resultados de campanhas financeiras

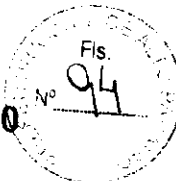
Da Organização:

- A Assembleia Geral;
- A Diretoria;

**PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense
do Município de Vila Alta**

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR



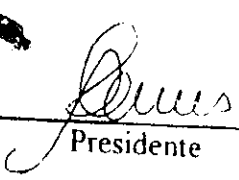
- O Conselho Consultivo,
- O Conselho Fiscal

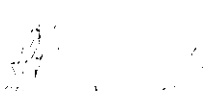
Da Diretoria:

- Presidente,
- Vice-Presidente,
- Primeira Secretária,
- Segunda Secretária,
- Tesoureiro

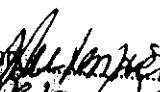
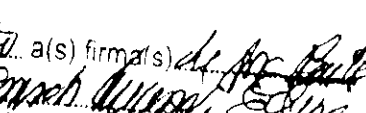
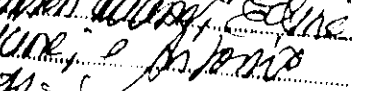
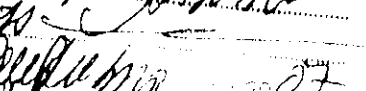
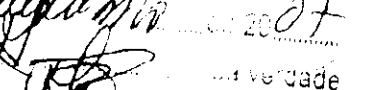
Destinação do Patrimônio e Receita: Destinam-se exclusivamente a manter, a desenvolver e a garantir as suas atividades e as das áreas sociais que esta for responsável e a todos os fins preconizados em seu Estatuto

Alto Paraíso - PR, 02 de Outubro de 2007


Presidente


Primeiro Secretário


Tesoureiro

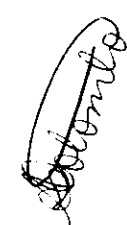
Reconheço por  a(s) firma(s) de 
e 
Porto Camargo, de  de 2007
Em test.º  da verdade

Ademar Batista da Oliveira - Tabelião Designado

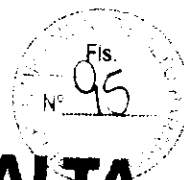
Antônio D. ...
Advogado
CPF: 340.123.456











PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA

CGC 95.640.736/0001-30

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 1159 - CEP 87.528-000 - FONE: (044) 664-1187 - FAX: (044) 664-1167

LEI Nº 019/97

SÚMULA: Declara de utilidade pública Associação sem fins lucrativos do Município de Vila Alta.

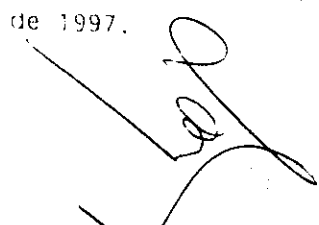
A Câmara Municipal de Vila Alta, Estado do Paraná aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

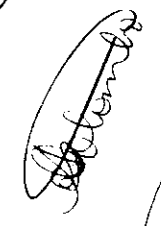
Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a associação sem fins lucrativos denominada "PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA", inscrita no CGC/ME sob nº 01.827.715/0001-85, localizada na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 2.352, nesta Cidade de Vila Alta, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Vila Alta, Estado do Paraná, aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de 1997.


MARCOS DE PAULA FARIA
Prefeito Municipal



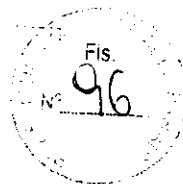



PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 20, Junho, 1997

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.827.715/0001-85		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/05/1997	
		NOME EMPRESARIAL PROVOPAR DO MUNICIPIO DE VILA ALTA		TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PROVOPAR		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas a cultura e a arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO		LOGRADOURO AV PEDRO AMARO DOS SANTOS		NÚMERO 2352	
CEP 87.528-000		BAIRRO/DISTRITO CENTRO		COMPLEMENTO ALTO PARAISO		UF PR	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/08/1999		SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Provado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007

Emitido no dia **06/08/2008** às **08:31:11** (data e hora de Brasília).

Voltar

Handwritten signatures and marks:

Vilmar

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Identificação
Lei (Promulgada
14667/2005

Data da Sanção/Promulgação
01/03/2005

Diário Oficial
Nº6939 Data: 22/03/2005

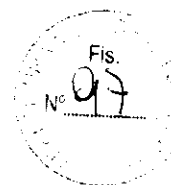
Assunto
UTILIDADE PÚBLICA

Autor(es)
NELSON GARCIA

Projetos Vinculados

Tipo	Número	Ano	Entrada	Autor
Projeto de Lei	461	2004	08/12/2004	NELSON GARCIA

Síntese
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, O PROVOPAR - PROGRAMA DO VOLUNTARIADO DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA, DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO E FORO NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA.



Síntese
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, O PROVOPAR - PROGRAMA DO VOLUNTARIADO DO MUNICÍPIO DE VILA ALTA, DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO E FORO NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA.

Integra da Lei

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 14.667 01/03/2005

Publicado no Diário Oficial Nº 6939 de 22/03/2005

Síntese: Declara de utilidade pública, o PROVOPAR - Programa do Voluntariado do município de Vila Alta, com sede no município de Alto Paraíso, e foro no município de Umuarama.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a PROVOPAR de Vila Alta, com sede no município de alto Paraíso e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de março de 2005

HERMAS BRANDÃO
Presidente.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, cadastrada no CNPJ sob o nr.º **01.827.715/0001-85**, constituída em 03/05/1997, entidade sem fins lucrativos de utilidade pública com registro no Cartório de Registros n.º 151 A/PJ em 27/08/2015, imune do imposto de renda, com ramo de atividade de associações de defesa de direitos sociais, com sede no município de Alto Paraíso – PR, na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, Centro.

02 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 (comparativas), aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Superávits ou Déficit Acumulados e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial, Lei nr.º 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis e aos Princípios Contábeis. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC n.º 1409/12: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

a) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO:

A entidade atualmente encontra-se imune do imposto de renda, portanto as demonstrações foram encerradas em 31/12 de cada exercício social para a determinação dos resultados comparativo a nível de acompanhamento tributário.

b) ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE:

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão classificados como circulantes, os ativos com realizações previstas para mais de dois exercícios sociais estão classificados como não circulantes, registrados pelos valores de aquisição originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

c) ATIVO PERMANENTE:

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear.

d) PASSIVO CIRCULANTE:

Os passivos realizáveis até o exercício seguinte estão classificados como circulantes, registrados pelos valores de aquisição originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e variações monetárias.

03 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:

A entidade declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com o ITG 2002 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC n.º 1409/12. A administração da entidade também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a entidade não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A entidade declara que foi orientada a entregar ao responsável pela contabilidade todos os documentos contábeis oriundos de suas atividades econômicas para fundamentar as Demonstrações Contábeis.

04 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da entidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e na Lei das Sociedades por Ações – 6.404/76, auxiliadas pelo CPC que desde o ano de 2008 vem pronunciando normas de adequação às estruturas de demonstrações com o objetivo de unificar os procedimentos contábeis às normas internacionais, padronizando as informações financeiras para todos os usuários.

05 – TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (IMPAIRMENT):

Atendendo ao conteúdo da ITG 2002, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC n.º 1409/12, a administração da entidade, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução levando em conta os principais indicadores de desvalorização, chegando à conclusão de que todos os ativos se encontram a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de impairment uma vez que não existia indicação relevante de não recuperabilidade.

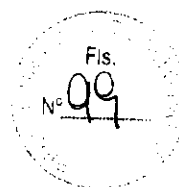
06 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

As receitas e despesas são operações de curto prazo não superior a 90 dias, assim como nos ativos e passivos não estão embutidos juros.

07- APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Sabendo que todas as demonstrações (DR, DLPA e DFC) e todos os índices e coeficientes são resultados extraídos do Balanço Patrimonial, considerar-se-á algumas explicações detalhadas desta ferramenta contábil.

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da entidade, representando, portanto, uma



posição estática, onde as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da entidade.

7.1 – BALANÇO PATRIMONIAL:

a) DISPONIBILIDADES:

Registram os valores já convertidos em espécie como caixa.

	2015	2014
DISPONIVEL	139.318,86d	0,00d
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	139.318,86d	0,00d
BANCO C. MOVIMENTO – R. PROPRIOS	100,00d	0,00d
C/C: 540524-6 - Bradesco -70% Idoso	100,00d	0,00d
BANCO C. MOVIMENTO – C.GOVERNAMENTAIS	141,97d	0,00d
C/C: 14906-3 – Brasil – SEDS/FIA	141,97d	0,00d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS – REC. PRÓPRIOS	118,92d	0,00d
Ap. Fin. C/C: 540524-6 - Bradesco -70% Idoso	118,92d	0,00d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS – C.GOVERNAMENTAIS	138.957,97d	0,00d
Ap. Fin. C/C: 13.452-X – Brasil – Idoso Alto Paraíso	4.325,85d	0,00d
Ap. Fin. C/C: 13.451-1 - Brasil – Casa Lar Alto Paraíso	952,65d	0,00d
Ap. Fin. C/C: 14906-3 – Brasil – SEDS/FIA	135.584,77d	0,00d

b) IMOBILIZADO:

Registram os ativos tangíveis, corpóreos utilizados no desenvolvimento de suas atividades econômicas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

	2015	2014
TANGIVEIS	29.166,75d	0,00d
IMOBILIZADO ASSISTENCIA SOCIAL	7.866,00d	0,00d
Móveis e Utensílios FIA	7.866,00d	0,00d
DEPRECIACAO ACUMULADA ASSISTENCIA SOCIAL	261,09c	0,00c
Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios FIA	261,09c	0,00c
IMOBILIZADO ADMINISTRATIVA	23.957,52d	0,00d
Computadores e Periféricos	1.580,00d	0,00d
Móveis e Utensílios	22.377,52d	0,00d
DEPRECIACAO ACUMULADA ADMINISTRATIVA	2.395,68c	0,00c
Depreciação Acumulada Computadores e Periféricos	157,92c	0,00c
Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	2.237,76c	0,00c

c) PASSIVO CIRCULANTE:

O passivo circulante com vencimento até o exercício seguinte, está demonstrado no Balanço Patrimonial como obrigações a curto prazo, cabendo destacar as seguintes obrigações: Impostos e Contribuições a Recolher.

	2015	2014
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	3.502,46c	0,00c
ENCARGOS S/ FOLHA À PAGAR	2.014,46c	0,00c
INSS a Pagar	1.927,44c	0,00c
IRRF s/ Folha a Pagar	3,46c	0,00c
PIS a Pagar	83,56c	0,00c
CONTAS DE CONSUMO	1.488,00c	0,00c
Alugueis e Condomínios a Pagar	1.488,00c	0,00c

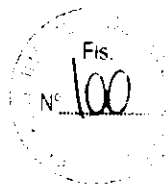
d) PATRIMONIO SOCIAL:

O saldo da conta Superávit Acumulados deve ser aqui visualizado como o excedente resultante da execução orçamentária que aferiu mais ganhos/receitas do que gastos/despesas.

	2015	2014
PATRIMONIO SOCIAL	164.983,15c	0,00c
FUNDO PATRIMONIAL	23.957,52c	0,00c
Fundo Patrimonial	23.957,52c	0,00c
SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	141.025,63c	0,00c
Superávit Acumulado	141.025,63c	0,00c

7.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

A Demonstração do Resultado do Exercício – DR, apresenta de forma resumida as operações realizadas pela entidade durante o exercício de 2015 de forma a destacar o superávit/déficit líquido do exercício, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.



apresentando em 2015, um saldo do exercício de R\$ 139.856,31 (cento e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais trinta e um centavos).

7.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO:

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido esta substituída pela DLPA (Demonstração dos Superavit ou Déficit Acumulados).

7.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS:

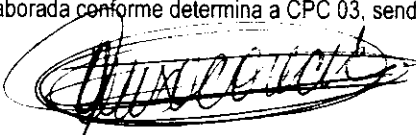
A Demonstração dos Superavit ou Déficit Acumulados apresenta de forma resumida o Superavit Líquido do Exercício.

7.5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA:

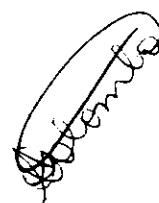
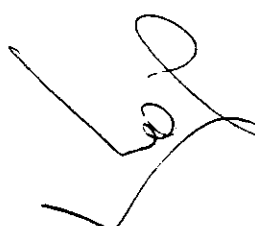
A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, foi elaborada conforme determina a CPC 03, sendo utilizado o método indireto.



VANDERLAN PEDRO LISBOA
PRESIDENTE
CPF: 607.560.559-20



CICERO COSMO
CONTADOR CRC – PR 02626107
CPF: 527.297.029-20



Empresa: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

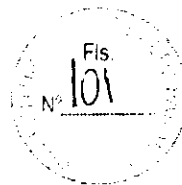
Registro no Cartório: 151 Data: 27/08/2015

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco encerrado em: 31/12/2015

Folha: 0059

Número livro: 0001



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2015	2014
	31/12/2015	31/12/2014
Superavit Acumulado	141.025,63C	0,00

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2015 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 168.485,61 (cento e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e hum centavos)

ALTO PARAISO-PR, 31 de Dezembro de 2015

VANDERLAN PEDRO LISBOA

PRESIDENTE

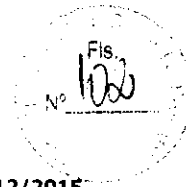
CPF: 607.560.559-20

CICERO COSMO

CONTADOR CRC No. PR02626107

CPF: 527.297.029-20

Juliana



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015

Descrição	2015	Total	2014
Receitas Operacionais Administrativas			
Convenio SEDS/FIA	130.000,00		0,00
Receita c/ Doações PF	4.379,04		0,00
Receita Rend. de Aplic. Financeira C/C 14.906-3 Seds Fia	7.812,46		0,00
Convenio Idoso Alto Paraiso	74.333,33		0,00
Convenio Casa Lar Alto Paraiso	56.047,68		0,00
Convenio Idoso Xambre	48.000,00		0,00
Convenio Casa Lar Xambre	52.591,12		0,00
Receita c/ Doações PF	7.166,90		0,00
Receita c/ Doação 70% Idoso	66.124,05		0,00
Receita c/ Festas/Eventos	7.416,35		0,00
Receita Rend. Aplic. Finan C/C 13.452-X Idoso Alto Paraiso	486,55		0,00
Receita Rend.Aplic.Finan. C/C 13.451-1 Casa Lar Alto Paraiso	345,46		0,00
Receita Rend.Aplic.Finan. C/C 14.683-8 Idoso Xambre	192,48		0,00
Receita Rend.Aplic.Finan. C/C 13.450-3 Casa Lar Xambre	279,52		0,00
Receita Rend. Conta Poupança 540524-6-Bradesco -70% Idoso	13,10	<u>455.188,04</u>	0,00
Receitas Brutas Operacionais		<u>455.188,04</u>	
Receitas Liquidas Operacionais		<u>455.188,04</u>	
Despesas Assistência Social			
Lanches/Refeições	(71,72)		0,00
Despesa com Uniformes, Tecidos e Aviamentos	(526,42)		0,00
Serviços Contabeis PJ	(7.000,00)		0,00
Despesas c/ Depreciação	(261,09)	<u>(7.859,23)</u>	0,00
Despesas Administrativa			
Salários	(117.527,74)		0,00
RPA	(5.274,55)		0,00
INSS	(33.203,66)		0,00
FGTS	(16.708,00)		0,00
Pis s/ Folha	(1.212,32)		0,00
Provisão 13º Salário	(8.130,86)		0,00
Provisão Férias	(12.666,80)		0,00
Água e Esgoto	(5.656,07)		0,00
Energia Elétrica	(7.491,48)		0,00
Material de Expediente	(953,46)		0,00
Material de Copa/Cozinha	(113,90)		0,00
Cartorios	(30,00)		0,00
Despesa c/ Material Processamento de Dados	(152,50)		0,00
Farmacia e Medicamentos	(2.954,14)		0,00
Material Gráfico	(165,00)		0,00
Alugueis e Condomínios	(17.168,00)		0,00
Eventos, Reuniões e Festas	(180,54)		0,00
Serviço de Audio, Video e Foto	(15,60)		0,00
Despesa c/ Produto de Limpeza e Higienização	(15.798,76)		0,00
Despesa c/ Cama, Mesa e Banho	(47,80)		0,00
Despesa c/ Generos Alimentícios	(47.613,58)		0,00
Despesa c/ Gas e outros Materiais engarrafado	(47,99)		0,00
Despesa c/ Tecidos, Uniformes e Aviamentos	(19,02)		0,00
Material p/ Manutenção c/ Instalações	(382,10)		0,00
Serviços Contabeis PJ	(1.000,00)		0,00
DARF	(250,00)		0,00
Despesas c/ Depreciação	(2.395,68)		0,00
Tarifas Bancarias	(1.108,54)		0,00
Juros e Encargos Bancarios	(82,19)		0,00
Certificado Digital	(420,00)		0,00
Restituição aos Cofres Públicos	(8.702,22)	<u>(307.472,50)</u>	0,00

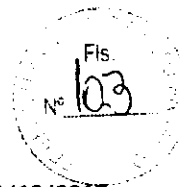
Uilma

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Empresa: **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Registro no Cartório: 151 Data: 27/08/2015



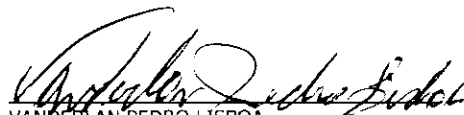
Folha: 0061
Número livro: 0001

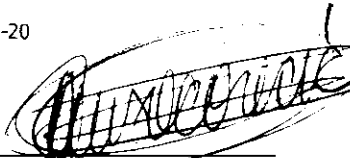
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015

Descrição	2015	Total	2014
Superavit/Deficit Operacional Líquido		<u>139.856,31</u>	
Superavit/Deficit do Exercício		<u>139.856,31</u>	

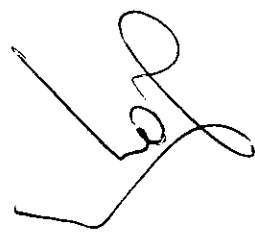
Reconhecemos a exatidão da presente demonstração, conforme acima se acha transcrita e sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

ALTO PARAISO-PR, 31 de Dezembro de 2015


VANDERLAN PEDRO LISBOA
PRESIDENTE
CPF: 607.560.559-20

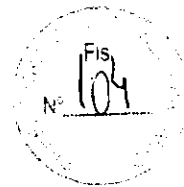

CICERO COSMO
CONTADOR CRC No. PR02626107
CPF: 527.297.029-20











Empresa: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Registro no Cartório: 151 **Data:** 27/08/2015
Realizado em 31 de Dezembro de 2015

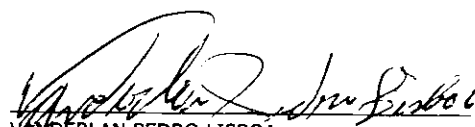
Folha: 0062
Número livro: 0001

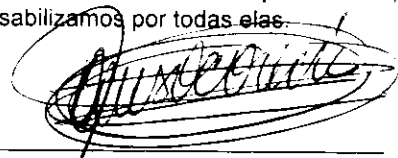
DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS

Discriminação SUPERAVIT/DEFICIT	Valor 2015	2014
Saldo Anterior de Superavit Acumulados	0,00	0,00
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores	0,00	0,00
Reversão de Reservas	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00
Superavit Líquido do Ano	139.856,31	0,00
(-)Saldo Anterior de Deficit Acumulados	0,00	0,00
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores	0,00	0,00
(-)Deficit Líquido do Ano	0,00	0,00
TOTAL	139.856,31	0,00
DESTINAÇÕES		
Transferências para Reservas	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	0,00	0,00
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00	0,00
Outras Destinações	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
 SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS	 139.856,31	 0,00

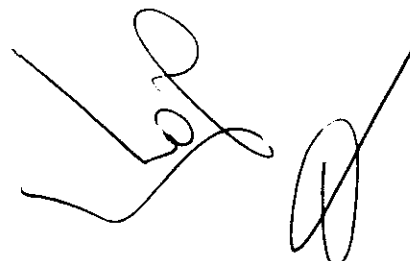
ALTO PARAISO-PR, 31 de Dezembro de 2015

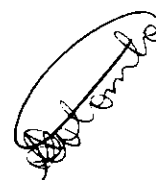
Reconhecemos a exatidão da presente demonstração, conforme acima se acha transcrita e sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.


VANDERLAN PEDRO LISBOA
PRESIDENTE
CPF: 607.560.559-20


CICERO COSMO
CONTADOR CRC No. PR02626107
CPF: 527.297.029-20

Valina

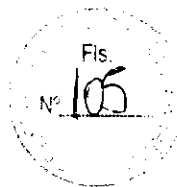




Empresa: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Período: 01/01/2015 - 31/12/2015 Registro no Cartório: 151 Data: 27/08/2015



Folha: 0063
Número: 0001

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit líquido do período	139.856,31	0,00
Depreciação e amortização	2.656,77	0,00
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	142.513,08	0,00
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	3.502,46	0,00
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	146.015,54	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	146.015,54	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	146.015,54	0,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de imobilizado	(7.866,00)	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.866,00)	0,00

Aumento nas Disponibilidades

139.318,86 0,00

ALTO PARAISO-PR, 31 de Dezembro de 2015

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração, conforme acima se acha transcrita e sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos reponsabilizamos por todas elas.

VANDERLAN PEDRO LISBOA

PRESIDENTE

CPF: 607.560.559-20

CICERO COSMO

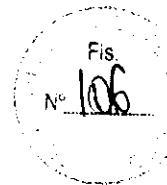
CONTADOR CRC No. PR02626107

CPF: 527.297.029-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xambê
Mantendo a tradição e a cultura

CONVÊNIO Nº 001/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAMBRÊ E O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, ENTIDADE MANTENEDORA DA CASA LAR DE ALTO PARAISO, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA CASA LAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO - PR

O MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, pessoa jurídica de direito público interno com sede e foro na Avenida Alberto Byington, 505, na cidade de Xambê, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ 76.247.360/0001-54, no presente ato representado, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor LUCAS CAMPANHOLI, brasileiro, casado, professor, agente político, residente e domiciliado na Rua Cristóvão Colombo, 208, na Cidade de Xambê, Estado do Paraná, portador do RG -4.815.043-8 SSP/PR e do CPF - 414.064.199-15, e o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica, entidade que se destina a atividade de associação de defesa de direitos sociais; atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte; mantenedora da Casa Lar de Alto Paraíso, inscrita no CNPJ nº 01.827.715/0001-85, com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 - Alto Paraíso - PR., doravante denominada ENTIDADE, neste ato representado por a sua Presidente Senhor VANDERLAN PEDRO LISBOA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº4.957.398-7 SSP/PR., e do CPF nº607.560.559-20, residente e domiciliada na Pça José Ilton de Oliveira, 1147, Centro nesta Cidade de Alto Paraíso - PR, CEP- 87528-000 com fundamento no que dispõe a autorização legislativa, Lei nº 1834, de 03 de junho de 2011; e Lei Federal nº8.666/93, e observância da Resolução nº28/2011 e Instrução Normativa nº61/2011 do Tribunal de Contas, firmam o presente convênio, de acordo com as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O referido Convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros à Entidade, destinados ao desenvolvimento de atividades de manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, destinado ao atendimento a crianças de 00 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletos, ambos os sexos. Sendo o atendimento por tempo determinado pelo Ministério Público, no sentido de encaminhamento da criança para um núcleo familiar, seja ela de origem adotiva ou não, em conformidade com a resolução da equipe técnica em consonância com a Lei 8.069/90 (ECA).

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica estabelecido que o presente Convênio celebrado entre o Município de Xambê e o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, com prazo de vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS VAGAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xamburé
Atendendo com eficiência

Fica acordado entre as partes interessadas: a disponibilidade de até 08 (oito) vagas para o Município de Xamburé - PR, no momento do abrigamento, em havendo vagas, receber mais do que 04 (quatro) crianças ao mesmo tempo, sem com isso comprometer a qualidade do atendimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - Para o atendimento do objeto deste termo de convênio o Município repassará à Entidade, o auxílio financeiro no valor total de até **R\$115.315,20 (cento e quinze mil trezentos e quinze reais e vinte centavos)**, a serem pagos conforme cronograma de desembolso anexo.

Parágrafo Primeiro: O montante do Pagamento será disponibilizado todo o 10º (décimo) dia do mês.

Parágrafo Segundo: As despesas realizadas com os recursos oriundos deste convênio deverão ser precedidos do regular processo licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e Lei 10520/2002, ou nos casos em que a entidade tomadora estiver desobrigada desta formalidade legal, deverão ser obedecidos os princípios aplicáveis à administração pública por meio da formalização de processos de compras que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, nos termos do art. 18 da Resolução 28/2011, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA QUINTA

A ENTIDADE se responsabiliza pelo atendimento de crianças de zero a dezoito anos de idade incompletos, ambos os sexos. Sendo o atendimento por tempo determinado, pelo Ministério Público, ficando o **MUNICÍPIO** responsável pela resolução dos problemas, no sentido de encaminhamento da criança para um núcleo familiar, seja ela de origem adotiva em conformidade com a resolução da equipe técnica em consonância com a Lei 8.069/90 (ECA).

CLÁUSULA SEXTA

As despesas de alimentação, assistência médica e odontológica, exceto cirúrgica e exames que o SUS não cobre, ficarão na responsabilidade da ENTIDADE, bem como, de proporcionar aos mesmos o direito a informação, lazer, esporte, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem suas condições em desenvolvimento (art. 71 e ECA).

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da dotação orçamentária vigente:
06.002.08.243.1701.6001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MENOR E DO ADOLESCENTE
3.3.50.43.00.0000 - SUBVENÇÃO SOCIAIS
1001 - DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
000 - RECURSOS LIVRES

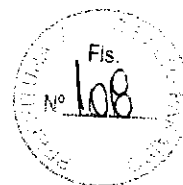
CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes e rescindido a qualquer tempo, havendo descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas e especialmente se a conveniada utilizar os recursos com finalidades estranhas a do seu objetivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBURÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xamburé
"Desenvolvendo com a Comunidade"

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Ficando o acordo entre as partes no que diz respeito a visto a fiscalização dos órgãos públicos competentes conforme:

Art. 95. As entidades governamentais e não governamentais referidas no Artigo 90, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares (ECA, 1990, pág. 18).

Parágrafo Segundo: Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a execução do objeto deste Convênio será fiscalizada pelo Município, pelo Fiscal Responsável indicado neste termo de transferência, e pela Controladoria Interna Municipal; e pela ENTIDADE, por meio de sua UGT.

Parágrafo Terceiro: A Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto deste convênio será feita pelo Município através do profissional **ALEX PACHECO PALMA**, assistente social registrada no CRESS sob o nº 9988, a qual será responsável pela emissão dos documentos destinados a atestar a adequada utilização dos recursos especificados no art. 21, incisos I, II, III, IV e V da Resolução 28/2011.

Parágrafo Quarto: A compete ao Controle Interno do município, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da transferência, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto do convenio contendo o disposto nos incisos I, II, III e IV do art. 22 da Resolução 028/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Quinto: A ENTIDADE deverá instituir uma UGT (Unidade Gestora de Transferências) com as atribuições mínimas constantes nos incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 23 da Resolução 028/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Sexto: A fiscalização, nos termos do art. 20 da Resolução 28/2011, poderá ocorrer a qualquer momento pelos órgãos e sistemas de controle.

Parágrafo Sétimo: Os responsáveis pelos trabalhos de acompanhamento e fiscalização, ao terem conhecimento de quaisquer desvios ou irregularidades, deverão informar imediatamente o Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo Oitavo: O Município e a ENTIDADE deverá garantir o acesso as informação necessária e disponibilizar bimestralmente os dados e informações enviadas ao SIT, ao fiscal responsável e Controladoria Municipal, para inspecionarem e exercerem as atividades de fiscalização referente a execução do objeto deste convênio.

CLAUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

O município ficará encarregado de dar publicidade ao presente instrumento e todos os demais atos que se fizerem necessários para a transparência da política de cooperação instituída por este convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MODIFICAÇÃO

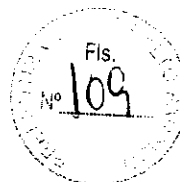
Este termo poderá ser modificado em qualquer de suas clausulas, exceto quando ao seu objetivo, mediante Termo Aditivo de comum acordo entre os convenientes, desde que tal interesse seja manifestado previamente por um dos partícipes por escrito, em tempo hábil para a tramitação do Tempo aditivo, dentro do prazo de validade do presente instrumento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xambê
Administração e Serviços Públicos

- a) Receber o auxílio financeiro e aplicá-lo no auxílio das obrigações sociais ou outras despesas advindas das atividades estatutárias das associações, sempre obedecendo o disposto no plano de trabalho em anexo;
- b) Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais de seus funcionários;
- c) Manter a contabilidade atualizada e dentro dos princípios fundamentais e das normas dos serviços públicos;
- d) Remeter ao município anualmente, copia da prestação de conta de todos os recursos recebidos de origem publica, conforme prescreve o art. 70, da Constituição Federal;
- e) Manter junto à contabilidade do município, quando solicitado, certidões atualizadas das contribuições federais, FGTS e Tribunal de Contas;
- f) Exibir, quando solicitado, cópias de guias de recolhimento de obrigações sociais, inclusive dos tributos federais a que estiver obrigada a contribuir;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PROVOPAR Municipal de Alto Paraiso deverá prestar contas o **MUNICÍPIO**, em até 60 (sessenta) dias após o repasse de recursos, cuja prestação de contas será composta pelo balancete financeiro, demonstrativo de pagamentos, cópia das notas fiscais e extratos bancários, nos termos da Resolução 28/2011 e Instrução Normativa nº61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Primeiro: A ENTIDADE deverá utilizar o SIT nos termos da Resolução nº028/2011, do Tribunal de Contas, informando e atualizando bimestralmente os dados exigidos pelo sistema;

Parágrafo Segundo: O registro inicial das informações no SIT deverá ser formalizado pelo Município dentro do bimestre em que ocorrer a celebração do instrumento de transferência.

Parágrafo Terceiro: Independentemente da realização de repasses ou despesas, em todos os bimestres deverá haver o envio de informações ao Tribunal pela ENTIDADE tomadora e pelo Município, por intermédio do SIT.

Parágrafo Quarto: O prazo final para o envio das informações no SIT será de 30 (trinta) dias para o tomador e de 60 (sessenta) dias para o concedente, contados do encerramento do bimestre a que se referem.

Parágrafo Quinto: Ao final de cada exercício financeiro e também ao final das transferências, o Município deverá informar no SIT o relatório circunstanciado de que trata o art. 22 da Resolução 28/2011 em conformidade com o prazo previsto no art. 15, §4º da Instrução Normativa nº61/2011 do Tribunal de Contas.

Parágrafo Sexto: Sem prejuízo das informações e documentos solicitados pelo Município, a prestação de contas da transferência do Tribunal se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências – SIT.

Parágrafo Sétimo: Além das informações constantes do SIT, ao final da vigência da transferência, o Município encaminhará ao Tribunal de Contas o respectivo processo de prestação de contas, para julgamento, na forma do art. 25 da Resolução 28/2011.

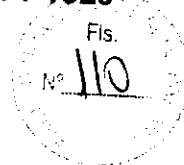
Parágrafo Oitavo: Não sendo prestadas as contas devidas pelo tomador, nos prazos estabelecidos, o Município, sob pena de responsabilidade solidária e das demais dominações legais, deverá instaurar, dentro de 30 (trinta) dias, a Tomada de Contas Extraordinária nos termos do art. 236 do Regimento Interno, sem prejuízo das penalidade previstas.

Parágrafo Nono: Além dos dados coletados bimestralmente no Sistema Integrado de Transferências – SIT, as prestações de contas serão encaminhadas ao Tribunal pelo Município, ao final da transferência,

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



Plano de Trabalho CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

Etapa ou Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unid.	Quant.	Início	Término
1	Manutenção da casa	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Salário de funcionários	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Férias - Abono Constitucional	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Contribuição Previdenciárias - INSS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	FGTS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	13º Salário	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Pis sobre a folha de Pgto	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Serviços de água e esgoto	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Locação de imóveis	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Material elétrico e eletrônico	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
2	Material de limpeza e produtos de higienização	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Abrigo	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Salário de funcionários	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Férias - Abono Constitucional	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Contribuição Previdenciárias - INSS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	FGTS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	13º Salário	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Outras despesas com gêneros alimentícios	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Gás e outros materiais engarrafados	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Uniforme, Tecidos e Aviamentos	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Material de copa e cozinha	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Material Educativo e Esportivo	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	Serviços de energia elétrica	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
		UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
		UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
		UNI	12	02/01/2016	31/12/2016

PLANO DE APLICAÇÃO R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
28 - Especificação				
	SUBVENÇÕES SOCIAIS	115.315,20	115.315,20	
29 - Total Geral		115.315,20	115.315,20	

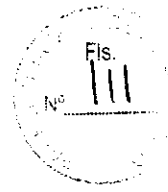
Gilma

Antonio

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



Plano de Trabalho CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Concedente						
30 - META	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Valores	9.585,08	9.899,00	9.119,00	9.999,00	9.119,00	9.899,00
7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	
Valores	9.219,00	8.505,12	9.119,00	9.949,00	10.189,00	10.714,00

Proponente (Contrapartida)						
31 - META	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Município de Alto Paraíso, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual e Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de Recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento

32 - Alto Paraíso-Pr, 02 de Janeiro de 2016
Local e Data

33 -
VANDERLAN PEDRO LISBOA

34 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Alto Paraíso-Pr, 02 de Janeiro de 2016

LUCAS CAMPANHOLI
Concedente

CNPJ: 01.827.715/0001-85

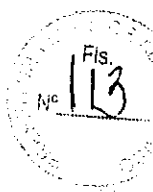
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

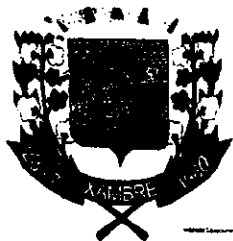
FILE
112

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/fax: (0xx) 44 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

ANEXO II														
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO														
1- PROJETO: Subvenção Municipal - PROVOPAR														
2 - LOCAL: ALTO PARAISO														
3 - PROPONENTE : PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO														
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE														
4-ITEM	5-DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	6-TOTAL (R\$)	11- MESES											
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
1	Salário de Funcionários	25.344,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00	2.112,00
2	Férias - Abono Constitucional	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	13º Salário	2.112,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Contribuição Previdenciárias - INSS	6.045,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	1.056,00
5	FGTS	2.208,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	170,00	930,00
6	Pis sobre a Folha de Pcto	284,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	254,00
7	Serviços de água e esgoto	1.800,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00	-	32,00
8	Locação de imóveis	5.280,00	-	880,00	-	880,00	-	880,00	-	880,00	-	880,00	-	300,00
9	Serviços de energia elétrica	6.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	880,00
10	Material de limpeza e produtos de higienização	14.400,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	500,00
11	Gás e outros materiais engraxados	1.200,00	-	200,00	-	200,00	-	200,00	-	200,00	-	200,00	-	1.200,00
12	Material educativo e esportivo	800,00	200,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	-	100,00	200,00
13	Material elétrico e eletrônico	400,00	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	100,00
14	Generos Alimentícios	41.642,20	4.016,08	3.250,00	4.050,00	3.250,00	4.050,00	3.250,00	4.050,00	2.156,12	4.050,00	3.200,00	3.970,00	2.350,00
15	Uniformes, tecidos e aviamentos	2.100,00	300,00	300,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00	-	300,00
16	Material de copa e cozinha	5.700,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	200,00	500,00	500,00	500,00	500,00
8-TOTAL		115.315,20	9.585,08	9.899,00	9.119,00	9.999,00	9.119,00	9.899,00	9.219,00	8.505,12	9.119,00	9.949,00	10.189,00	10.714,00
9-CONCEDENTE		115.315,20												
10-PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)														
11 - PERCENTUAL DA CONTRAPARTIDA		0.00%												

Botomelo *W* *Viana*





PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xambê
Administrando com a Comunidade

TERMO ADITIVO 001 REF. AO CONVÊNIO N°. 001/2016 FIRMADO
EM 06/01/2016, NO QUAL CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
XAMBRÊ E O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO.

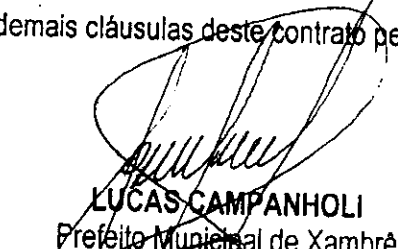
Pelo presente Termo Aditivo, o **MUNICÍPIO DE XAMBRÊ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ- sob nº 76.247.360/0001-54, estabelecida na Av. Alberto Byington, 505, na cidade de Xambê - PR, neste ato representado por **LUCAS CAMPANHOLI**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na Rua Cristovão Colombo, 208, portador do RG nº 4.815.043-8 SSP/PR, CPF nº. 414.064.199-15, doravante denominada "MUNICÍPIO", e a entidade **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil sem fins lucrativos com finalidade filantrópica, entidade que se destina a atividade de associação de defesa de direitos sociais, atividade de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, mantenedora da Casa Lar de Alto Paraíso, inscrita no CNPJ nº 01.827.715/0001-85 com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, cidade de Alto Paraíso, Pr, doravante denominada ENTIDADE, neste ato representada pelo Vanderlan Pedro Lisboa, brasileiro, Cédula de identidade Civil nº 4.957.398-7 SSP-PR e do CPF sob nº 607.560.559-20, residente e domiciliado na Praça José Ilton de Oliveira, 1147, em Alto Paraíso-PR, resolvem, de comum acordo, aditar o convênio nº.001, firmado em 27 de janeiro de 2016, nos seguintes termos:

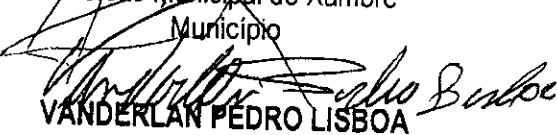
Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de vigência disposto na cláusula segunda do presente convênio para o dia 31 de março de 2017.

Cláusula Segunda: Fica acrescido na cláusula quarta o valor de até R\$ 28.603,08 (vinte e oito mil seiscentos e três reais e oito centavos) do valor do convênio inicialmente firmado, referente ao acréscimo de serviço previsto na cláusula primeira do presente aditivo, totalizando a importância de até R\$ 143.918,28 (cento e quarenta três novecentos e dezoito e vinte e oito centavos).

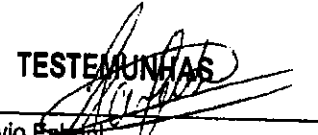
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Xambê, 29 de dezembro de 2016.


LUCAS CAMPANHOLI
Prefeito Municipal de Xambê
Município


VANDERLAN PEDRO LISBOA
Entidade

TESTEMUNHAS


Flávio Fabiani
CPF-948.364.909-53


Edevaldo Delai
CPF-526.852.849-15

DESCRIÇÃO DO PROJETO

21 - Título do Projeto		Período de Execução	
Subvenção Municipal de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO.		22 - Início 02/01/2016	23-Término 31/12/2016
24 - Identificação do Objeto			
Transferir recursos financeiros à Associação, destinados ao desenvolvimento de atividades para manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, destinado ao atendimento a crianças de zero a 18 (dezoito) anos de idade incompletos, ambos os sexos.			
25- Público Atingido (Quantitativo)			
8 (oito) crianças			
26 - Justificativa da Proposição			
Atendimento no abrigo a crianças de zero a 18 (dezoito) anos de idade incompletos, ambos os sexos. Sendo o atendimento por tempo determinado.			

Fis.
Nº 115

Handwritten signatures and initials:

- Large signature: *LOP*
- Signature: *Uilma*
- Signature: *Antônio*
- Signature: *P*
- Initials: *th*



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

CONVÊNIO Nº. 002/2016



TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAMBRÊ E O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

O **MUNICÍPIO DE XAMBRÊ**, pessoa jurídica de direito público interno com sede e foro na Avenida Alberto Byington, 505, na cidade de Xamburé, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ 76.247.360/0001-54, no presente ato representado, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor LUCAS CAMPANHOLI, brasileiro, casado, professor, agente político, residente e domiciliado na Rua Cristóvão Colombo, 208, na Cidade de Xamburé, Estado do Paraná, portador do RG 4.815.043-8 SSP/PR e do CPF 414.064.199-15, e **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica, entidade que se destina a atividade de associação de defesa de direitos sociais; inscrita no CNPJ nº 01.827.715/0001-85, com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 cidade de Alto Paraíso - PR., doravante denominada ENTIDADE, neste ato representado por a sua Presidente Senhor VANDERLAN PEDRO LISBOA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.957.398-7 SSP/PR., e do CPF nº 607.560.559-20, residente e domiciliada na Praça José Ilton de Oliveira, 1147, Centro nesta Cidade de Alto Paraíso - PR, CEP-87528-000, com fundamento no que dispõe a autorização legislativa, Lei nº 1967, de 30 de junho de 2014, firmam o presente convênio, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O referido Convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros à ENTIDADE destinados ao desenvolvimento de atividades de atendimento aos idosos do Município de Xamburé que necessitem de atividades de assistência social, de acordo com o Plano de Trabalho em Anexo, que faz parte integrante deste.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

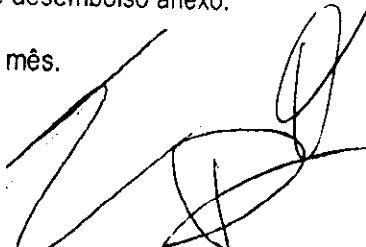
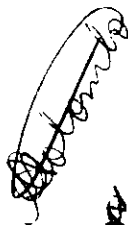
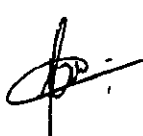
Fica estabelecido que o presente Convênio celebrado entre o Município de Xamburé e a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, com prazo de vigência iniciando partir da data da assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

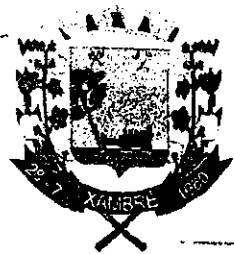
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS VAGAS

Fica acordado entre as partes interessadas a disponibilidade de vagas para o Município de Xamburé - PR, no quantitativo compatível com o previsto no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR - Para o atendimento do objeto deste termo de convênio o Município repassará à Entidade, o auxílio financeiro no valor total de até **R\$54.612,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e doze reais)**, a serem pagos conforme cronograma de desembolso anexo.

Parágrafo Primeiro: O montante será disponibilizado até o 10º (décimo) dia do mês.





PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xamburé

Parágrafo Segundo: As despesas realizadas com os recursos oriundos deste convênio deverão atender os princípios aplicáveis à administração pública por meio de procedimentos análogos à licitação na aquisição de bens e contratação de serviços que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia.

CLÁUSULA QUINTA

A ENTIDADE se responsabiliza pelo atendimento de idosos de ambos os sexos.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da dotação orçamentária vigente:
06.003.08.244.1702.2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.50.43.00.0000 – SUBVENÇÃO SOCIAIS
1002 – DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
000 – REC. ORD. LIVRE EXERCÍCIO CORRENTE

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes e rescindindo a qualquer tempo, havendo descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas e especialmente se a conveniada utilizar os recursos com finalidades estranhas a do seu objetivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

No que diz respeito à fiscalização, fica ciente a ENTIDADE que ela será efetuada pelos órgãos públicos competentes tais como Ministério Público, Conselho, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pelo Fiscal Responsável indicado neste termo de transferência, e pela Controladoria Interna Municipal.

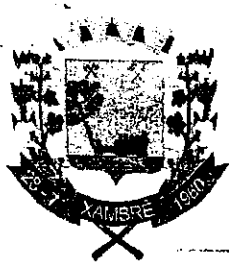
Parágrafo Primeiro: A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto deste convênio serão feitos pelo Município através do profissional **ALEX PACHECO PALMA**, assistente social registrado no CRESS sob o nº 9988, a qual será responsável pela emissão dos documentos destinados a atestar a adequada utilização dos recursos.

Parágrafo Segundo: Compete ao Controle Interno do município, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da transferência, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto do convênio.

Parágrafo Terceiro: A entidade deverá instituir uma UGT (Unidade Gestora de Transferências) com as atribuições mínimas constantes em atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Quarto: A fiscalização poderá ocorrer a qualquer momento pelos órgãos e sistemas de controle.

Parágrafo Quinto: Os responsáveis pelos trabalhos de acompanhamento e fiscalização, ao terem conhecimento de quaisquer desvios ou irregularidades, deverão informar imediatamente o Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xamburé
Transparência e Accountability

Parágrafo Oitavo: O Município e a Entidade deverão garantir o acesso as informações necessárias e disponibilizar bimestralmente os dados e informações enviadas ao SIT, ao fiscal responsável e Controladoria Municipal, para inspecionarem e exercerem as atividades de fiscalização referente a execução do objeto deste convênio.

CLAUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

Será dada publicidade ao presente convênio e todos os demais atos que se fizerem necessários para a transparência da política de cooperação instituída por este convênio.



CLAUSULA DÉCIMA – DA MODIFICAÇÃO

Este termo poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas, exceto quanto ao seu objetivo, mediante Termo Aditivo de comum acordo entre os convenientes, desde que tal interesse seja manifestado previamente por um dos partícipes por escrito, em tempo hábil para a tramitação do Termo Aditivo, dentro do prazo de validade do presente instrumento.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

- a) Receber o auxílio financeiro e aplicá-lo no auxílio das obrigações sociais ou outras despesas advindas das atividades estatutárias das associações, sempre obedecendo o disposto no plano de trabalho em anexo;
- b) Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais de seus funcionários;
- c) Manter a contabilidade atualizada e dentro dos princípios fundamentais e das normas dos serviços públicos;
- d) Remeter ao município anualmente, cópia da prestação de conta de todos os recursos recebidos de origem pública, conforme prescreve o art. 70, da Constituição Federal;
- e) Manter junto à contabilidade do município, quando solicitado, certidões atualizadas do INSS, FGTS e Tribunal de Contas;
- f) Exibir, quando solicitado, cópias de guias de recolhimento de obrigações sociais, inclusive dos tributos federais a que estiver obrigada a contribuir;

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PROVOPAR Municipal de Alto Paraíso deverá prestar contas o MUNICÍPIO, em até 60 (sessenta) dias após o repasse de recursos, cuja prestação de contas será composta pelo balancete financeiro, demonstrativo de pagamentos, cópia das notas fiscais e extratos bancários, nos termos da regulamentação expedida pelo Tribunal de Conta do Estado do Paraná.

Parágrafo Primeiro: A Entidade deverá utilizar o SIT, informando e atualizando bimestralmente os dados exigidos pelo sistema;

Parágrafo Segundo: O registro inicial das informações no SIT deverá ser formalizado pelo Município dentro do bimestre em que ocorrer a celebração do instrumento de transferência.

Parágrafo Terceiro: Independentemente da realização de repasses ou despesas, em todos os bimestres deverá haver o envio de informações ao Tribunal pela Entidade tomadora e pelo Município, por intermédio do SIT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ



Prefeitura Municipal
Xambê
Administrando com a Comunidade

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Quarto: O prazo final para o envio das informações no SIT será de 30 (trinta) dias para o tomador e de 60 (sessenta) dias para o concedente, contados do encerramento do bimestre a que se referem.

Parágrafo Quinto: Ao final de cada exercício financeiro e também ao final das transferências, o Município deverá informar no SIT relatório circunstanciado.

Parágrafo Sexto: Sem prejuízo das informações e documentos solicitados pelo Município, a prestação de contas da transferência do Tribunal se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências – SIT.

Parágrafo Sétimo: Além das informações constantes do SIT, ao final da vigência da transferência, o Município encaminhará ao Tribunal de Contas o respectivo processo de prestação de contas, para julgamento.

Parágrafo Oitavo: Não sendo prestadas as contas devidas pelo tomador, nos prazos estabelecidos, o Município, sob pena de responsabilidade solidária e das demais cominações legais, deverá instaurar, dentro de 30 (trinta) dias, a Tomada de Contas Extraordinária.

Parágrafo Nono: Além dos dados coletados bimestralmente no Sistema Integrado de Transferências – SIT, as prestações de contas serão encaminhadas ao Tribunal pelo Município, ao final da transferência, em página própria da internet, por meio do sistema de peticionamento eletrônico, portal e-Contas Paraná ou outro que venha substituí-lo, devendo ser atendido o prazo máximo de duração previsto em regulamentação.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xambê – PR, para dirimir todas e quaisquer controvérsias que se fundem neste instrumento.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xambê, 06 de janeiro de 2016.

VANDERLAN PEDRO LISBOA
Presidente do PROVOPAR

LUCAS CAMPANHOLI
Prefeito de Xambê

ALEX PACHECO PALMA
Fiscal responsável

TESTEMUNHAS:

EDEVALDO DELAI
CPF-526.852.849-15

ANDRÉ LUIZ SILVA ROCHA
CPF-072.027.959-30

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS:

Órgão / Entidade Proponente PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO				CNPJ 01.827.715/0001-85	
Endereço do Órgão / Entidade AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900, CENTRO					
Cidade ALTO PARAÍSO		UF PR	CEP 87.528-000	DDD/Telefone 44 - 3664 - 1320	
Conta Corrente 14.683-8	Banco Brasil	Agência 2119-9	Praça de Pagamento Icaraíma		
Nome do Responsável VANDERLAN PEDRO LISBOA			CPF 607.560.559-20		
CI/Órgão Exp. 4.957.398-7 - SSP/PR			Cargo Presidente	Função Presidente	
Endereço Residencial RUA JOSUE BALTAZAR RODRIGUES, 1147, CENTRO,			CEP 87.528-000		

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Subvenção Municipal de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO.		Período de Execução	
		Início jan/16	Término dez/16
Identificação do Objeto O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO, destinados ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente, no que tange aos idosos, beneficiando os idosos carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, melhorando a qualidade de vida.			
Público Atingido (Quantitativo) 15 pessoas.			
Justificativa da Proposição Subsidiar o desenvolvimento de atividades de assistência social aos idosos carente do Município, principalmente no que tange a qualidade de vida dos idosos.			
Identificação das Metas Promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos em situação de risco, auxiliando na retirada da vulnerabilidade social, assim como, organizar ações de voluntários para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais.			

Recebi em
06/04/15

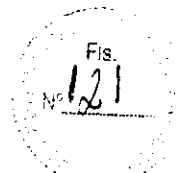
José dos Santos Silva
Dir. Controladoria Municipal
Portaria 071/2009 - PMX

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0XX44) 3664-1320

CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



Plano de Trabalho
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

Etapa ou Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unid.	Quant.	Início	Término
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	SALÁRIO DE FUNCIONÁRIOS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	13º SALARIO	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	FGTS	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	PIS SOBRE A FOLHA DE PAGO	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016
	SERVIÇO DE AGUA E ESGOTO	UNI	12	02/01/2016	31/12/2016

PLANO DE APLICAÇÃO R\$ 1,00

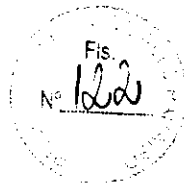
Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Especificação				
10.06.082440005.2.069000.3.3.50.43.0	Subvenções Sociais	54.612,00	54.612,00	0,00
Total Geral		54.612,00	54.612,00	0,00

[Handwritten signatures and initials]

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

Plano de Trabalho

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)



Concedente

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
VALORES	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00

MÊS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
VALORES	4.652,00	4.501,00	4.501,00	4.116,00	5.744,00	6.402,00

Proponente (Contrapartida)

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
VALORES						

MÊS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
VALORES						

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Município de Alto Paraíso, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual e Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de Recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento

Alto Paraíso-Pr, 02 de Janeiro de 2016.

Local e Data

VANDERLAN PEDRO LISBOA

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Alto Paraíso-Pr, 02 de Janeiro de 2016.

LUCAS CAMPANHOLI
Concedente

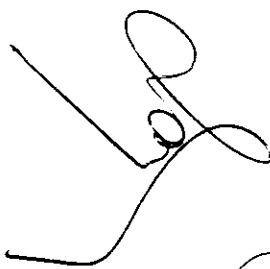
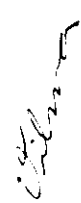
PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

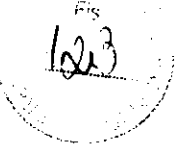
CNPJ: 01.827.715/0001-85

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

ANEXO I				
PLANILHA DE CUSTOS				
PROJETO: Subvenção Municipal - PROVOPAR				
LOCAL: ALTO PARAÍSO				
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE XAMBRE				
PROponente : PROVOPAR DE ALTO PARAÍSO				
Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNI- DADE	QUANTI DADE	TOTAL (R\$)
1	SALÁRIO DE FUNCIONÁRIOS			
2	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	UNI	12	
4	13º SALÁRIO	UNI	12	35.856,00
5	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	UNI	12	998,00
6	FGTS	UNI	12	2.988,00
7	PIS SOBRE A FOLHA DE PGTO	UNI	12	8.774,00
8	SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	UNI	12	3.196,00
				400,00
			TOTAL GERAL	2.400,00
				54.612,00

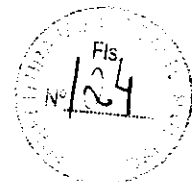




78



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
 CNPJ: 01.827.715/0001-85
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - (OXX44) 3664-1320
 CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

ANEXO II															CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												PREFEITURA MUNICIPAL											
PROJETO: Subvenção Municipal - PROVOPAR															LOCAL: ALTO PARAÍSO												PROFONENTE: PROVOPAR DE ALTO PARAÍSO											
XAMERE																																						
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS															PERIODICIDADE: 12 - MESES																							
ITEM	TOTAL (R\$)														1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º												
1	SALÁRIO DE FUNCIONÁRIOS														35.856,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00	2.988,00												
2	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL														998,00	-	-	-	-	-	410,00	294,00	-	-	-													
3	13º SALÁRIO														2.988,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-												
4	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS														8.774,00	658,00	658,00	658,00	658,00	658,00	748,00	723,00	723,00	658,00	1.494,00													
5	FGTS														3.196,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	272,00	263,00	263,00	240,00	1.316,00													
6	PIS SOBRE A FOLHA DE POTO														400,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	34,00	33,00	33,00	359,00	359,00													
7	SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO														2.400,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	45,00													
TOTAL															54.612,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.116,00	4.652,00	4.501,00	4.501,00	4.116,00	5.744,00													
CONCEDENTE															54.612,00																							
PROFONENTE (CONTRAPARTIDA)															0,00																							
PERCENTUAL DA CONTRAPARTIDA															0,00%																							



[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal
Xambê
Administrando com a Comunidade

TERMO ADITIVO 001 REF. AO CONVÊNIO Nº. 002/2016 FIRMADO EM 06/01/2016, NO QUAL CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE XAMBÊ E O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO.

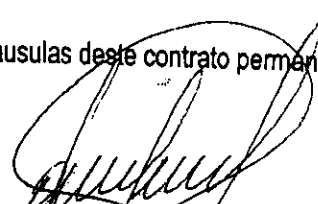
Pelo presente Termo Aditivo, o **MUNICÍPIO DE XAMBÊ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ- sob nº 76.247.360/0001-54, estabelecida na Av. Alberto Byington, 505, na cidade de Xambê - PR, neste ato representado por **LUCAS CAMPANHOLI**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na Rua Cristovão Colombo, 208, portador do RG nº 4.815.043-8 SSP/PR, CPF nº. 414.064.199-15, doravante denominada "MUNICÍPIO", e a entidade **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil sem fins lucrativos com finalidade filantrópica, entidade que se destina a atividade de associação de defesa de direitos sociais, atividade de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, mantenedora da Casa Lar de Alto Paraíso, inscrita no CNPJ nº 01.827.715/0001-85 com sede à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, cidade de Alto Paraíso, Pr, doravante denominada ENTIDADE, neste ato representada pelo Vanderlan Pedro Lisboa, brasileiro, Cédula de identidade Civil nº 4.957.398-7 SSP-PR do CPF sob nº 607.560.559-20, residente e domiciliado na Praça José Ilton de Oliveira, 1147, em Alto Paraíso-PR, resolvem, de comum acordo, aditar o convênio nº.002, firmado em 06 de janeiro de 2016, nos seguintes termos:

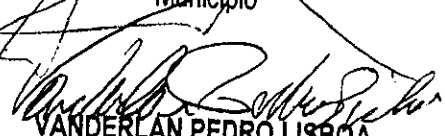
Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de vigência disposto na cláusula segunda do presente convênio, para o dia 31 de março de 2017.

Cláusula Segunda: Fica acrescido na cláusula quarta o valor de R\$ 12.348,00 (doze mil trezentos e quarenta e oito reais) do valor do convênio inicialmente firmado, referente ao acréscimo de serviço previsto na cláusula primeira do presente aditivo, totalizando a importância de R\$ 66.960,00 (sessenta e seis mil novecentos e sessenta reais).

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas

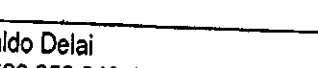
Xambê, 29 de dezembro de 2016.


LUCAS CAMPANHOLI
Prefeito Municipal de Xambê
Município


VANDERLAN PEDRO LISBOA
Entidade

TESTEMUNHAS


Flávio Fabiani
CPF-943.364.909-53


Edevaldo Delai
CPF-526.852.849-15

Av. Alberto Byington, 505 - CEP 87535-000 - Xambê - PR - Fones (44) 3632-1306 - 3632-1557
pmxambre@xambre.com.br

CNPJ 76.247.360/0001-54

CONTRATO Nº 001/2017

Contrato de locação de imóvel que fazem entre si de um lado a PROVOPAR – Programa Voluntariado Paranaense de Alto Paraíso e do outro lado o Sr. **MOACIR DA SILVA TINTI**.

Fis
126

O PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, com sede administrativa na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso – PR., inscrito no CNPJ sob nº 01.827.715/0001-85, neste ato representada por sua Presidente, Sr. **VANDERLAN PEDRO LISBOA**, portador do RG nº 4.957.398-7/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 607.560.559-20, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado o **SRº. MOACIR DA SILVA TINTI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Profª Rita Helena Garcia de Melo, 1052 – Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR, inscrito no CPF/MF sob nº 964.246.649-04, e RG 6.660.111-0/SSP-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente instrumento de contrato de locação de imóvel, e pelas seguintes cláusulas e condições:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 – (Objeto) – Locação do seguinte imóvel: Imóvel para funcionamento da Casa Lar da Criança, situado à Rua Profª Rita Helena Garcia de Melo, 1031, em Alto Paraíso – PR.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato tem o prazo de 11 (onze) meses, iniciando a sua vigência em 01 (um) de Fevereiro de 2017 e finalizando-se em 31 (Trinta e um) de Dezembro 2017.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Receberá o **CONTRATADO** pela locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 10.307,00 (Dez Mil Trezentos e Sete Reais), a serem pagos em 11 (Onze) parcelas de R\$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais), pagas impreterivelmente até o dia 10 (dez) de cada mês posterior ao da locação, mediante a apresentação de recibo, e pagamento em cheque do **CONTRATADO**, a ser previamente fornecida por este.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável durante sua vigência, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 - No caso de prorrogação do prazo deste contrato, o mesmo poderá ser reajustado com base o IGPM.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

4.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições do Código Civil e leis complementares, inerentes aos contratos de locação de imóvel.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

5.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

5.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

5.2.2 – o cometimento reiterado de falta na sua execução;

5.2.3 – o falecimento do Contratado.

5.2.4 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

5.2.5 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Do **CONTRATANTE**:

6.1.1 – efetuar os pagamentos pela locação imóvel conforme o disposto na Cláusula Terceira, item 3.1 deste instrumento;

6.1.2 – zelar pela conservação do bem, reparando qualquer dano que a ele seja causado em face de mau uso, ou mesmo por deterioração em função do uso normal;

6.1.3 – Entregar o bem, ao final do Contrato, em perfeitas condições de uso, em idênticas condições do momento de sua locação.

6.1.4 - Pagar as despesas com fornecimento de água e energia elétrica.

6.2 – Do **CONTRATADO**:

6.2.1 – Entregar em locação e pelo prazo combinado o bem objeto deste Contrato.

6.3.1 – Cumprir as demais Cláusulas contratuais.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 – Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

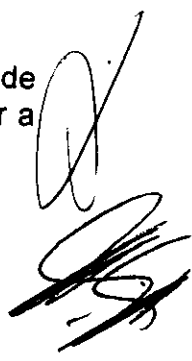
7.1.1 – advertência.

7.1.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

Fis
Nº 127

2/12/10

Alto Paraíso

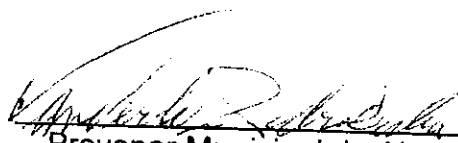


8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - O foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

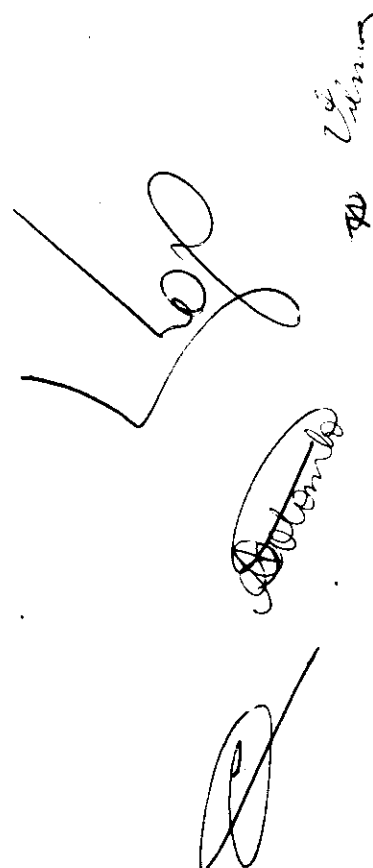
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Alto Paraíso - PR, 01 de Fevereiro de 2017.


Provopar Municipal de Alto Paraíso
Vanderlan Pedro Lisboa - Presidente


Moacir da Silva Tinti

Testemunhas:





Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Alto Paraíso – Paraná



DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins que se fizerem necessários que de acordo com a Lei Federal n.º 8.742, de 07/12/1993, Lei Orgânica da Assistência Social, e Lei Municipal n.º 359/2015, de 04/06/2015, que o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, inscrito no CNPJ n.º 01.827.715/0001-85, encontra-se inscrito neste Conselho, sob n.º 002, Livro 002, folhas 47, desde 19/07/2011, e em pleno funcionamento.

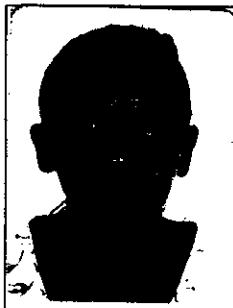
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados.

Alto Paraíso – PR, 14 de Dezembro de 2015.

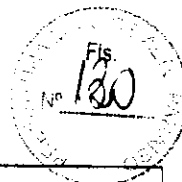
FABIANE CARDOSO ZAGOTO
PRESIDENTE DO CMAS

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor Branca
 Cabelo Castanho
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos Castanho
 Altura 1,65
 Peso 66 kg
 Sinais.....



VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Josefa Pereira dos Santos, portador da C. T. P. S.
 nº 95693 Série 00006PR; C.T.P.S. (Rural) nº..... Série.....
 C. P. F. Nº 031.159.839-05; Título de Eleitor nº 023931450.604 da 172 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 7.016.922-3 foi admitido em 05 de fevereiro de 2010 para exercer a função de zeladora com o salário de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por mes no seguinte horário de trabalho: das..... às..... horas, com..... horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>05.02.2010</u>	Data da retratação	Banco depositário
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>Jose Pereira da Silva</u>	Carteira modelo 19 nº.....	Cadastrado em <u>05.02.2010</u>
e de <u>Lidia Maria de Jesus Silva</u>	Nº Registro Geral.....	sob nº <u>1.903.882.305-6</u>
nascido em <u>Licero Santos, BA</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco <u>de Brasil</u>
a <u>19</u> de <u>Julho</u> de <u>1960</u>	Nome do cônjuge.....	endereço.....
Estado civil <u>Casado</u>	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco..... Agência.....
Nome do cônjuge <u>Vicente Ribeiro dos Santos</u>	Quantos?.....	endereço da agência.....
Grau de instrução <u>Primário incompleto</u>	Data da chegada ao Brasil:..... de..... de.....	Obs.:
Residência <u>Ilhéu Graúco</u>	Naturalizado.....	
Cart. Nac. Habilitação nº.....	Decreto nº.....	
Cert. Militar nº..... { Série..... Categ.....		

Beneficiários:.....

Ilhéu Graúco 05 de Febrero de 2010

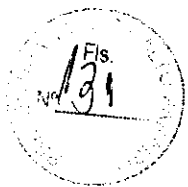
Josefa Pereira dos Santos

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor Branca
 Cabelo Preto
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos Castanhos
 Altura 1,65
 Peso 80 Kg
 Sinais.....



VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Maria Raimunda dos Santos..... portador da C. T. P. S.

nº 0.79.38 Série 00047 PR; C.T.P.S. (Rural) nº..... Série.....

C. P. F. Nº 006.036.799.78; Título de Eleitor nº 056.575.380.66.3 da 172 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 7.664.834.4 foi admitido em 05 de Fevereiro de 2010 para exercer

a função de Zeladora..... com o salário de R\$ 510,00

(Quinhentos e dez reais.....)

por mês no seguinte horário de trabalho: das..... às..... horas, com..... horas de

intervalo para repouso e alimentação.

Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>05.02.2010</u>	Data da retratação	Banco depositário
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u> Filho de <u>Sebastião Rector</u> <u>ques dos Santos</u> e de <u>Raimundo Querina</u> <u>dos Santos</u> nascido em <u>Matelandia PR</u> a <u>22</u> de <u>Dezembro</u> de <u>1965</u> Estado civil <u>Solteira</u> Nome do cônjuge..... Grau de instrução..... Residência <u>Cito Paraíso</u> Cart. Nac. Habilitação nº..... Cert. Militar nº.....	QUANDO ESTRANGEIRO Carteira modelo 19 nº..... Nº Registro Geral..... Casado(a) c/ brasileira(o)?..... Nome do cônjuge..... Tem filhos brasileiros?..... Quantos?..... Data da chegada ao Brasil: de de Naturalizado..... Decreto nº.....	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) Cadastrado em <u>05.02.2010</u> sob nº <u>1.903.882.313.7</u> dep. no Banco <u>do Brasil</u> endereço..... Códigos { Banco..... Agência..... endereço da agência..... Obs.:
	Série..... Categ.....	

Beneficiários:.....

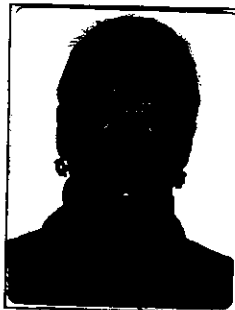
Cito Paraíso 05 de Fevereiro de 2010

Maria Raimundo dos Santos

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor.....
Cabelo.....
Barba.....
Bigode.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....
Sinais.....



Adriana Tavares Rezende, portador da C. T. P. S. nº 2198106 Série 003-D-P; C.T.P.S. (Rural) nº..... Série.....
C. P. F. Nº 060.098.589-09; Título de Eleitor nº 08948547065 da 172 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 10.161.350-0 foi admitido em 02 de Abril de 2012 para exercer a função de Assistente Social 2516-05-CBO com o salário de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) por mes no seguinte horário de trabalho: das..... às..... horas, com..... horas de intervalo para repouso e alimentação.
Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

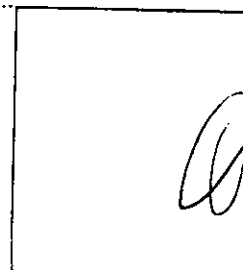
É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>02/04/2012</u>	Data da retratação/...../.....	Banco depositário
--	------------------------------------	---	----------------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u> Filho de <u>Job Rezende Neto</u> e de <u>Cleusa Tavares</u> nascido em <u>Caracul - P.</u> a <u>12</u> de <u>Junho</u> de <u>1987</u> Estado civil <u>Casado</u> Nome do cônjuge <u>Rodrigo Wesley</u> <u>Sobrinha Reversa</u> Grau de instrução <u>Curso Sup. Comp</u> Residência..... Cart. Nac. Habilitação nº..... Cert. Militar nº.....	QUANDO ESTRANGEIRO Carteira modelo 19 nº..... Nº Registro Geral..... Casado(a) c/ brasileira(o)?..... Nome do cônjuge..... Tem filhos brasileiros?..... Quantos?..... Data da chegada ao Brasil: de de Naturalizado..... Decreto nº.....	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) Cadastrado em..... sob nº <u>131.99038.49-1</u> dep. no Banco..... endereço..... Códigos { Banco..... Agência..... endereço da agência..... Obs.:.....
	Beneficiários:.....	

Alto Paraíso 2 de Abril de 2012

Adriana Tavares Rezende
ASSINATURA DO EMPREGADO

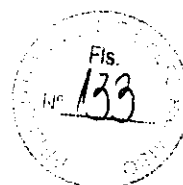
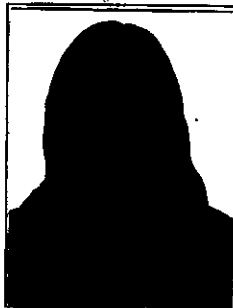
[Handwritten signature]



CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor Branca
 Cabelo
 Barba
 Bigode
 Olhos
 Altura
 Peso
 Sinais



Rosmilda Jesus de Oliveira, portador da C. T. P. S.
 nº 78904 Série 00045 - PR; C.T.P.S. (Rural) nº Série
 C. P. F. Nº 985.550.659-68; Título de Eleitor nº 52813620620 da 86 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 13694.081-3 foi admitido em 21 de novembro de 2012 para exercer a função de Baba, com o salário de R\$ 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais) por mês no seguinte horário de trabalho: das às horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

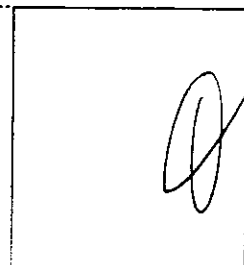
É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>21.11.2012</u>	Data da retratação	Banco depositário
--	------------------------------------	-----------------------------	----------------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u> Filho de <u>Jose salme de Oliveira</u> e de <u>Celia Aparecida de Oliveira</u> nascido em <u>Maracá - SP</u> a <u>25</u> de <u>Agosto</u> de <u>1972</u> Estado civil <u>Casado</u> Nome do cônjuge <u>Paulo da Cruz</u> Grau de instrução Residência Cart. Nac. Habilitação nº Cert. Militar nº	QUANDO ESTRANGEIRO Carteira modelo 19 nº Nº Registro Geral Casado(a) c/ brasileira(o)? Nome do cônjuge Tem filhos brasileiros? Quantos? Data da chegada ao Brasil: de de Naturalizado Decreto nº	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) Cadastrado em sob nº dep. no Banco endereço Códigos { Banco Agência endereço da agência Obs.:
	Beneficiários:	

Alto Paraíso 21 de Novembro de 2012

Rosmilda Jesus de Oliveira

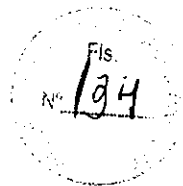
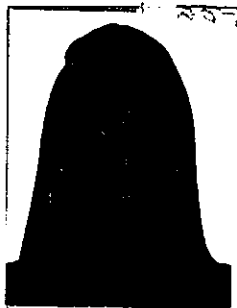
[Handwritten signature]



CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor.....
 Cabelo.....
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....



JOELMA CORTEZ MARQUES DOS SANTOS portador da C. T. P. S.
 n° 3824145 Série 0030-PR ; C.T.P.S. (Rural) n° Série
 C. P. F. N° 089.968.029-13 ; Título de Eleitor n° 100969710620 da 117 zona; Cédula de Identidade R. G. n° 10.310.587-0 foi admitido em 02 de JANEIRO de 2015 para exercer a função de TECNICO DE ENFERMAGEM com o salário de R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS)
 por mês no seguinte horário de trabalho: das às horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>02.01.15</u>	Data da retratação	Banco depositário <u>C</u>
--	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

Nacionalidade <u>BRASILEIRA</u> Filho de <u>JORGE ALVES DOS SANTOS</u> e de <u>NEUSA CORTEZ MARQUES</u> nascido em <u>IBIUNA-SP</u> a <u>21</u> de <u>MARÇO</u> de <u>1993</u> Estado civil <u>SOLTEIRA</u> Nome do cônjuge Grau de instrução <u>CURSO Tec. COMP.</u> Residência Cart. Nac. Habilitação n° Cert. Militar n° Série Categ.	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
	Carteira modelo 19 n° N° Registro Geral Casado(a) c/ brasileira(s)? Nome do cônjuge Tem filhos brasileiros? Quantos? Data de chegada ao Brasil: de de Naturalizado Decreto n°	Cadastrado em sob n° <u>16185565685</u> dep. no Banco endereço Códigos { Banco Agência endereço da agência Obs.

Beneficiários:

ALTO PARAISO 02 de JANEIRO de 2015

Joelma Cortez Marques dos Santos

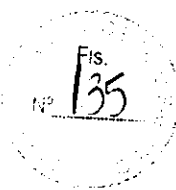
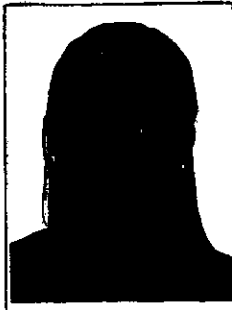
Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor
 Cabelo
 Barba
 Bigode
 Olhos
 Altura
 Peso
 Sinais



MARIA SIMONE GONÇALVES DE SOUZA, portador da C. T. P. S. nº 1789783 Série 0020 PR; C.T.P.S. (Rural) nº - - - Série - - -
 C. P. F. Nº 059.125.829-30; Título de Eleitor nº 076229630671 da 117 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 8.690.507-8-PR foi admitido em 15 de JUNHO de 2015 para exercer a função de ZELADORA, com o salário de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais - - - - -) por mês no seguinte horário de trabalho: das - - - - - às - - - - - horas, com - - - - - horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção 15.06.15	Data da retratação	Banco depositário CX ECON. FED.
--	---------------------------	-----------------------------	------------------------------------

Nacionalidade BRASILEIRA	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de JEREMIAS BATISTA DE SOUZA	Carteira modelo 19 nº	Cadastrado em/...../.....
e de LUZINETE GONÇALVES DE SOUZA	Nº Registro Geral	sob nº 209.93633.50-6
nascido em UMUARAMA-PR	Casado(a) c/ brasileira(o)?	dep. no Banco CX. ECON. FEDERAL
a 07 de JANEIRO de 1981	Nome do cônjuge	endereço AL. PRES. CAST. 300
Estado civil SOLTEIRA	Tem filhos brasileiros?	Códigos Banco 0104
Nome do cônjuge	Quantos?	Agência 0570-1
Grau de instrução ENS. MED. COMP.	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência UMUARAMA-PR
Residência R. JOSÉ N. BARDELA	de de	Obs.:
Cart. Nac. Habilitação nº - - -	Naturalizado	
Cert. Militar nº - - -	Decreto nº	

Beneficiários:

ALTO PARAISO-PR 15 de JUNHO de 2015

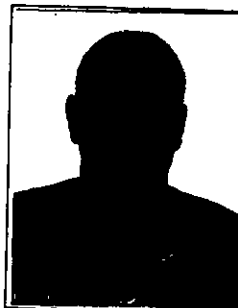
Maria Simone G. de Souza

Assinatura

Assinatura

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor.....
 Cabelo.....
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....



VISTO DA FISCALIZAÇÃO



LEIDINEIA BERGONZINI SILVA, portador da C. T. P. S. nº **1329951** Série **0010**; C.T.P.S. (Rural) nº **---** Série **---**
 C. P. F. Nº **040.265.529-00**; Título de Eleitor nº **044813190663** da **117** zona; Cédula de Identidade R. G. nº **8.957.454-4** foi admitido em **01** de **JANEIRO** de **2016** para exercer a função de **BABA** com o salário de R\$ **880,00** (oitocentos e oitenta reais) por **mês** no seguinte horário de trabalho: das às horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção 01/01/16	Data da retratação	Banco depositário CX. ECON. Fed.
--	----------------------------------	-----------------------------	--

Nacionalidade BRASILEIRA Filho de JOAQUIM JOSÉ DA SILVA e de TEREZINHA MARLI BERGONZINI SILVA nascido em UMUARAMA-PR a 12 de JULHO de 1984 Estado civil SOLTEIRA Nome do cônjuge..... Grau de instrução EN. MED. COMP. Residência R. JOSE G. DE OLIVEIRA Cart. Nac. Habilitação nº..... Cert. Militar nº.....	QUANDO ESTRANGEIRO Carteira modelo 19 nº..... Nº Registro Geral..... Casado(a) c/ brasileira(o)?..... Nome do cônjuge..... Tem filhos brasileiros?..... Quantos?..... Data da chegada ao Brasil:..... de..... de..... Naturalizado..... Decreto nº.....	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) Cadastrado em..... sob nº 128.613.684.99 dep. no Banco CX. ECON. FEDERAL endereço AV. Pres. CAST. 300 Códigos { Banco 0104 Agência 0570-1 endereço da agência UMUARAMA-PR Obs.:.....
---	--	---

Beneficiários: **FILHOS: ALEXANDRE SILVA HERNACZKI DN: 02.10.2012**

ALTO PARAÍSO 01 de JANEIRO de 2016

x Leidineia B Silva

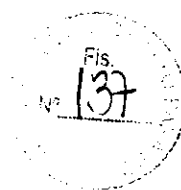
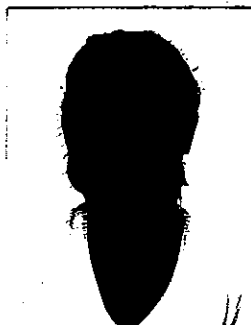
ASSINATURA DO EMPREGADO

[Handwritten signature]

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor.....
 Cabelo.....
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....



SILMARA REGINA NEVES MURTA, portador da C. T. P. S.
 nº 1567240 Série 0050-PR; C.T.P.S. (Rural) nº --- Série ---
 C. P. F. Nº 339.545.418-58; Título de Eleitor nº 0762 2047 0680 da 117 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 8.019.124-3 foi admitido em 12 de JANEIRO de 2016 para exercer a função de BABA com o salário de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta REAIS +) por mes no seguinte horário de trabalho: das às horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>12.01.16</u>	Data da retratação	Banco depositário <u>CX ECON. FED.</u>
--	----------------------------------	-----------------------------	---

Nacionalidade <u>BRASILEIRA</u> Filho de <u>JOSE ANTONIO FREIRE MURTA</u> e de <u>LUCIA DAS NEVES MURTA</u> nascido em <u>VILA ALTA - PR</u> a <u>31</u> de <u>JANEIRO</u> de <u>1982</u> Estado civil <u>SOLTEIRA</u> Nome do cônjuge..... Grau de instrução <u>ENS. MED. COMP.</u> Residência <u>R. AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA</u> Cart. Nac. Habilitação nº <u>---</u> Cert. Militar nº <u>---</u>	QUANDO ESTRANGEIRO Carteira modelo 19 nº..... Nº Registro Geral..... Casado(a) c/ brasileira(o)?..... Nome do cônjuge..... Tem filhos brasileiros?..... Quantos?..... Data da chegada ao Brasil: de de Naturalizado..... Decreto nº.....	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) Cadastrado em..... sob nº <u>160.7883.2027</u> dep. no Banco <u>CX ECON. FED.</u> endereço <u>AV. PRES. CAST. 300</u> Códigos { Banco <u>01.04</u> Agência <u>0530-1</u> endereço da agência <u>OURARAMA - PR</u> Obs.:
	Série <u>---</u> Categ. <u>---</u>	

Beneficiários: FILHOS: LUCAS GABRIEL NEVES ALVES - DN: 24.08.2006

ALTO PARAISO - PR 12 de JANEIRO de 2016

Silmara Regina Neves Murta

Vilma

[Handwritten signature]

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor.....
 Cabelo.....
 Barba.....
 Bigode.....
 Olhos.....
 Altura.....
 Peso.....
 Sinais.....



Fauciano Veleir Bresson....., portador da C. T. P. S. nº 0218746 Série 1040 - PR.....; C.T.P.S. (Rural) nº..... Série.....
 C. P. F. Nº 996.849.691-04.....; Título de Eleitor nº 059170060604 da 117 zona; Cédula de Identidade R. G. nº 6.261.218-5 foi admitido em 01 de Setembro de 2016 para exercer a função de Zeladora com o salário de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) por mês no seguinte horário de trabalho: das..... às..... horas, com..... horas de intervalo para repouso e alimentação.
 Filiado ao Sindicato.....

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim ☒ Não ☐	Data da opção <u>01.12.2016</u>	Data da retratação	Banco depositário <u>Ca. Econ. Fed.</u>
--	------------------------------------	-----------------------------	--

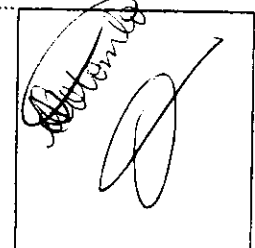
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de <u>Elpidio Jose Bresson</u>	Carteira modelo 19 nº.....	Cadastrado em.....
e de <u>Luiza Ribeiro Bresson</u>	Nº Registro Geral.....	sob nº <u>228.02636.80-3</u>
nascido em <u>Iporema - PR</u>	Casado(a) c/ brasileira(o)?.....	dep. no Banco <u>Ca. Econ. Fed.</u>
a <u>15</u> de <u>março</u> de <u>1974</u>	Nome do cônjuge.....	endereço <u>Av. Pres. Costa Br.</u>
Estado civil <u>Solteiro</u>	Tem filhos brasileiros?.....	Códigos { Banco <u>0104</u>
Nome do cônjuge.....	Quanto?.....	{ Agência <u>0570-1</u>
Grau de instrução <u>Ens. Med. Comp.</u>	Data da chegada ao Brasil:.....	endereço da agência <u>Iporema - PR</u>
Residência <u>R. Jose B. Rodrigues 946</u>	de..... de.....	Obs.:.....
Cart. Nac. Habilitação nº.....	Naturalizado.....	
Cert. Militar nº.....	Decreto nº.....	

Beneficiários: José Rodrigo Bresson Caricheli (30-05-2006)

Atto Parase-PR 01 de Setembro de 2016

Fauciano V. Bresson

Winn





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Fis.
139

Trata-se do processo de Inexigibilidade para Repasse de subvenção conforme de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017, para a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, o valor máximo a ser pago será de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), que serão repassados em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Com o objeto específico de ***“O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.”***

A validade será de 12 meses, ressalvada o direito de prorrogação.

O departamento de contabilidade informou a existência e a reserva do saldo de dotação necessário e informou ainda que os recursos são ordinários livres.

Conforme justifica o Sr. Secretário de Administração:

Os recursos que estão previstos nesse repasse obedecerão ao ordenamento legal da Lei Federal 13.019 de 31 de Julho de 2014 e suas alterações bem como o Decreto Municipal nº 1472/2017 de 30 de Janeiro de 2017 que regulamentou a referida Lei e ainda as normas de Prestação de Contas e acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado Paraná através da plataforma de Sistema Integrado de Transferência – SIT.

Cabe ressaltar que, o Processo na Modalidade Inexigibilidade de Licitação é previsto no Decreto nº 1472/17, o qual regulamentou a Lei 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, como segue:

“Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; e

II – autorização em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Visto também que foi anexado junto a este processo o Plano de Trabalho formulado pela entidade, bem como todas as documentações vigentes:

Ainda, foi anexado junto ao processo declaração emitida pelo Sr. JOB REZENDE NETO, secretário geral, confirmando a existência de apenas uma entidade no município que tem aptidão com o objeto oriundo deste processo, afastando-se todo a viabilidade de concorrência;

Diante de tudo o que foi exposto, são essas as nossas justificativas para, com fundamento no art. 25, caput da Lei 8.666/93, contratar a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, submetendo o presente à apreciação da Comissão designada através da portaria nº 105/2017, a fim de julgar a regularidade do processo.

Alto Paraíso-Pr., 16 de Maio de 2017.



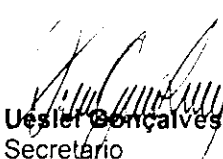
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

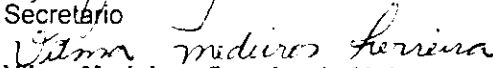
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

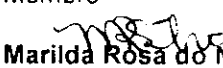
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

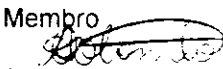
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

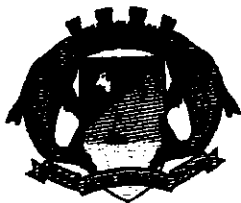

Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Secretário


Vilma Medeiros Ferreira de Melo
Membro


Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Membro


Ana Paula Colombo Pereira
Membro





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

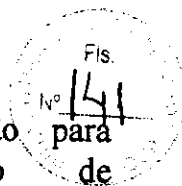
CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.bb

PORTARIA Nº 105/2017

“Institui a Comissão de Seleção
processamento e julgamento
Chamamentos Públicos.”



A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, por meio de seu **Prefeito Municipal Dércio Jardim Júnior**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1472/2017,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir, como órgão colegiado permanente, Comissão de Seleção que terá como competência o processamento e julgamento dos Chamamentos Públicos no âmbito do Município de Alto Paraíso, respeitadas as condições e os critérios de seleção estabelecidos no Edital de Chamamento respectivo.

Artigo 2º - A Comissão de Seleção de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:

Presidente - Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva - RG nº 9.691.402-4

Secretário - Emiliano Bortolone Lopes - RG nº 7.884.413-2

Membro - Roberto Gonçalves Delfim - RG nº 9.999.980-2

Membro - Marileide Pereira da Silva Lopes - RG nº 7.713.822-6

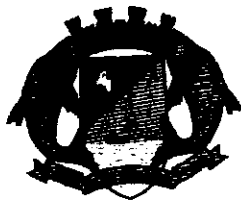
Membro - Wélita Gonçalves Rodrigues da Silva – RG nº 9.691.398-2

Artigo 3º - O membro da comissão de seleção que ora se constitui deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:

I – tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público, ou

II – sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, nos termos da Lei 12.813, de 16 de maio de 2013.

§ 1º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública federal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.bb

§2º Na hipótese do § 1º, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro substituto nomeado através do presente ato, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

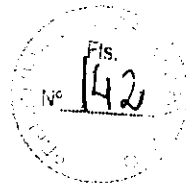
Art. 4º Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, 21 de Fevereiro de 2017



DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



**PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

EM, 22 / 02 / 17

Edição N.º 10.903

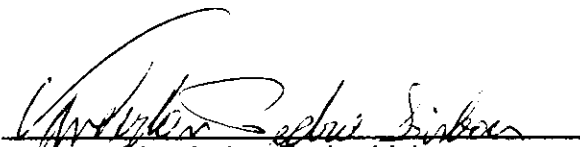
143

DECLARAÇÃO

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, pessoa jurídica de direito privado com domicílio fiscal e comercial em Alto Paraíso – Pr., na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, CEP. 87.528-000, inscrita no **CNPJ/MF. n.º 01.827.715/0001-85**, através de seu representante legal Sr. Vanderlan Pedro Lisboa, DECLARA para todos os fins de direito se fizerem necessário que a organização/entidade acima mencionada não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades, até a presente data.

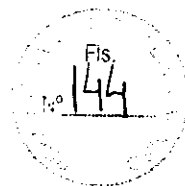
E por ser o acima exposto à expressão da verdade firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados, e estou ciente de que a declaração falsa constitui crime na forma do Artigo 299 do Código Penal.

Alto Paraíso – PR, 16 de Maio de 2017.



Vanderlan Pedro Lisboa
CPF/MF: 607.560.559-20
Representante Legal da Entidade

DECLARAÇÃO



PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, pessoa jurídica de direito privado com domicílio fiscal e comercial em Alto Paraíso – Pr., na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, CEP. 87.528-000, inscrita no **CNPJ/MF. n.º 01.827.715/0001-85**, através de seu representante legal Sr. Vanderlan Pedro Lisboa, DECLARA para todos os fins de direito se fizerem necessário que não emprega menor de idade, conforme disposto no art. 7º inciso XXXIII, da constituição federal de 1988.

E por ser o acima exposto à expressão da verdade firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados, e estou ciente de que a declaração falsa constitui crime na forma do Artigo 299 do Código Penal.

Alto Paraíso – PR, 16 de Maio de 2017.



Vanderlan Pedro Lisboa
CPF/MF: 607.560.559-20
Representante Legal da Entidade

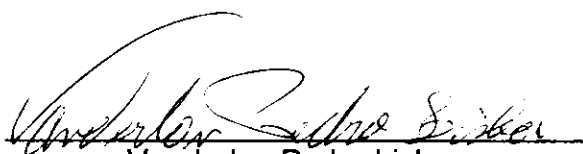
DECLARAÇÃO

145

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, pessoa jurídica de direito privado com domicílio fiscal e comercial em Alto Paraíso – Pr., na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, CEP. 87.528-000, inscrita no **CNPJ/MF. n.º 01.827.715/0001-85**, através de seu representante legal Sr. Vanderlan Pedro Lisboa, DECLARA para todos os fins de direito se fizerem necessário que o representante legal e os dirigentes da organização da sociedade civil não incorrem em qualquer das vedações previstas no decreto municipal de Alto Paraíso nº. 1472 de 30 de Janeiro de 2017.

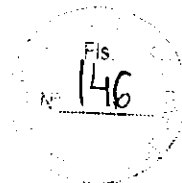
E por ser o acima exposto à expressão da verdade firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados, e estou ciente de que a declaração falsa constitui crime na forma do Artigo 299 do Código Penal.

Alto Paraíso – PR, 16 de Maio de 2017.



Vanderlan Pedro Lisboa
CPF/MF: 607.560.559-20
Representante Legal da Entidade

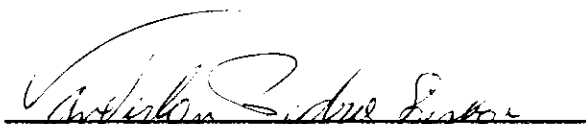
DECLARAÇÃO



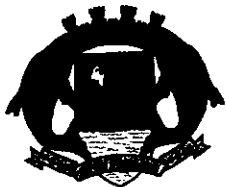
PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, pessoa jurídica de direito privado com domicílio fiscal e comercial em Alto Paraíso – Pr., na Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, CEP. 87.528-000, inscrita no **CNPJ/MF. n.º 01.827.715/0001-85**, através de seu representante legal Sr. Vanderlan Pedro Lisboa, DECLARA para todos os fins de direito se fizerem necessário que atende o disposto no inciso V, do artigo 9º da lei municipal nº. 5.454 de 1998.

E por ser o acima exposto à expressão da verdade firmo a presente para que surta os efeitos legais desejados, e estou ciente de que a declaração falsa constitui crime na forma do Artigo 299 do Código Penal.

Alto Paraíso – PR, 16 de Maio de 2017.



Vanderlan Pedro Lisboa
CPF/MF: 607.560.559-20
Representante Legal da Entidade



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PARECER 003/2017 – COMISSÃO DE SELEÇÃO

Fis.
Nº 147

Considerando a Portaria nº 105/2017 que instituiu a Comissão de Seleção para processamento e julgamento de chamamentos públicos.

Considerando o Plano de Ação apresentado pelo Provopar Municipal de Alto Paraíso referente à manutenção do Lar do Idoso de Alto Paraíso.

Considerando o plano de trabalho enviado pelo Provopar Municipal de Alto Paraíso relativo à manutenção das despesas do Lar do Idoso de Alto Paraíso referente ao acolhimento institucional de idosos em situação de vulnerabilidade social não capazes de prover seu sustento ou cuidados pessoais básicos.

Considerando a declaração do Secretário de Administração, Job Rezende Neto, que possui apenas o Provopar Municipal de Alto Paraíso no município que atende programas de assistencialismo.

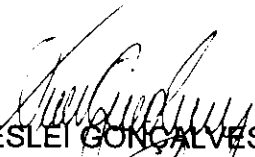
Considerando o parecer jurídico emitido pela inexigibilidade de expedição de chamamento público para a formalização de termo de fomento para programas assistenciais, sendo o beneficiário o Provopar Municipal de Alto Paraíso.

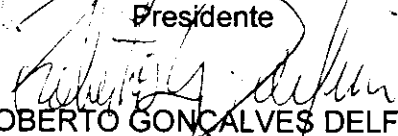
Considerando a justificativa devidamente publicada da Secretária Municipal de Promoção Social, Ana Paula Leme, reforçando a afirmação que há apenas uma entidade assistencial no município.

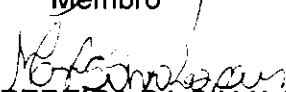
APROVAMOS a elaboração de termo de fomento junto ao Provopar Municipal de Alto Paraíso, por inexigibilidade de chamamento público, para manutenção do Lar do Idoso de Alto Paraíso para atendimento de idosos em situação de vulnerabilidade social, nos moldes dos art. 30 e 31 da Lei 13.019/2014.

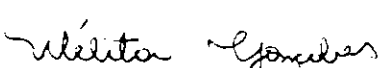
Ressaltamos que o servidor público Emiliano Bortolone Lopes nomeado como membro da Comissão de Seleção para processamento e julgamento de Chamamentos Públicos, através da Portaria nº 105/2017, não participou das análises realizadas para esse processo de inexigibilidade, pois, o mesmo encontra-se em período de atestado médico, conforme comprovante em anexo.

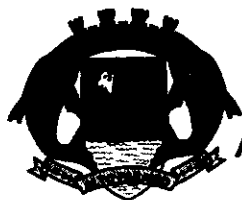
Alto Paraíso, 16 de maio de 2017.


UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
Presidente


ROBERTO GONÇALVES DELFIM
Membro


MARILEIDE PEREIRA DA SILVA LOPES
Membro


WÉLITA GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
Membro



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

Inexigibilidade Nº 011/2017

Processo Administrativo nº 092/2017



Objeto: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de "O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades sociais, tais como alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.

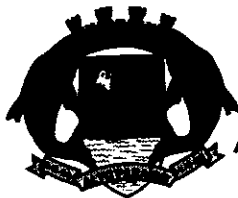
O processo em análise é aquele referente a Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017, instaurado em 16 de Maio de 2017.

Junto ao processo encontra-se: 1- comunicação e solicitação da Secretaria de Administração; 2- Solicitação de saldo orçamentário pelo Secretário Administrativo e confirmação de saldo pelo Departamento de Contabilidade; 3- Requerimento do Secretário Administrativo; 4- cópia do Decreto nº 1472/2017; 5- solicitação da PROVOPAR solicitando a realização de termo de fomento, acompanhado do plano de trabalho; 6- Declaração do Secretário de Administração acerca da exclusividade da instituição; 7- Justificativa do Prefeito acerca da inexigibilidade do chamamento público, com comprovante de publicação; documentos de habilitação da instituição beneficiária; 8- Parecer da Comissão de Seleção acerca da inexigibilidade;

Em suma é o que se extrai do encartado.

Passo à manifestação requerida.

Segundo os documentos constantes nos autos, a instituição sem fins lucrativos beneficiária do termo de fomento é a única existente no



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Município que tem como objeto o acolhimento de crianças e adolescentes em situação risco.

Dessa forma, partindo-se das justificativas apresentadas, não há outra conclusão a se chegar senão em confirmar a existência de inviabilidade de competição, não havendo que se falar em realização de chamamento público a que exige a Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 1472/2017.

O artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/14, repetido pelo art. 10, inciso I, do Decreto Municipal 1472/2017, dispõe da seguinte forma:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...)

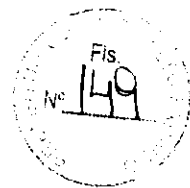
Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

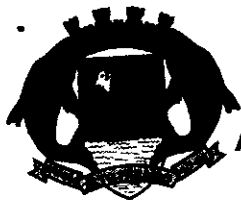
I- na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; e

(...)

Também foi apresentado pela instituição beneficiária o devido Plano de Trabalho, na forma do artigo 20 do Decreto Municipal 1472/2017, bem como apresentou todos os documentos exigidos no art. 23 do referido decreto.

Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, sendo compatível com as disposições da





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

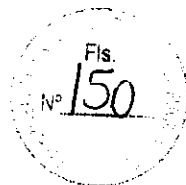
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

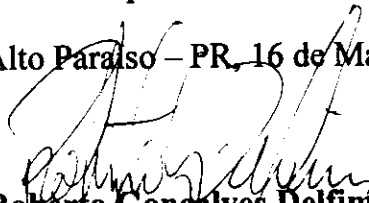
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

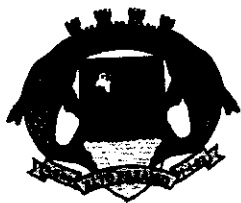
Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 1472/2017, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, realizar o termo de fomento com a entidade beneficiária denominada PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO.



É o nosso parecer.

Alto Paraíso – PR, 16 de Maio de 2017.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58768

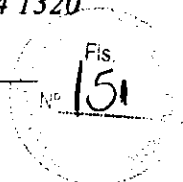


Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a contratação abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, *Caput* da Lei 8.666/93 e Artigos 6º, 196 e 199 da Constituição Federal, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017

OBJETO: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de *“O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.”*

SOLICITANTE: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESA: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil), compreendendo os meses de Maio/2017 à Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

VIGÊNCIA: 12 meses, ressalvado o direito de prorrogação.

DATA DO INICIO DO PROCESSO: 16/05/2017

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 18 / 05 / 2017
Edição N.º 10.971



DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
É inexistente licitação para a contratação abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, Caput da Lei 8.666/93 e Artigos 6º, 196 e 199 da Constituição Federal, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, existência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017
OBJETO: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de "O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como: alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida".
SOLICITANTE: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
EMPRESA: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil), compreendendo os meses de Maio/2017 e Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).
VIGÊNCIA: 12 meses, ressalvado o direito de prorrogação.
DATA DO INÍCIO DO PROCESSO: 16/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
É inexistente licitação para a contratação abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, Caput da Lei 8.666/93 e Artigos 6º, 196 e 199 da Constituição Federal, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, existência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017
OBJETO: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de "O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, com a finalidade especial de acolhimento institucional para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompleta, de ambos os sexos, provenientes do município de Alto Paraíso. Sendo em atendimento por tempo determinado pelo Ministério Público, no sentido de encaminhamento de criança para um núcleo familiar, seja este de origem adotiva ou não, em conformidade com a resolução de equipe técnica em consonância com a Lei 8.069/90 (ECA)".
SOLICITANTE: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
EMPRESA: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 146.172,00 (cento e quarenta e seis mil, cento e setenta e dois reais), compreendendo os meses de Maio/2017 e Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 12.181,00 (doze mil, cento e oitenta e um reais).
VIGÊNCIA: 12 meses, ressalvado o direito de prorrogação.
DATA DO INÍCIO DO PROCESSO: 16/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 1551/2017
DATA: 17 de Maio de 2017.
SÚMULA: Homologa resultado do processo licitatório. Modalidade Pregão, nº 040/2017.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan, DECRETA:
Art. 1º Fica homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, nº 040/2017 em favor da empresa FABRICA DE MOVEIS ESPIRITO SANTO LTDA, o lote 1, e a favor da empresa L.C. KUEMANN - ME, o lote 02, que tem como objeto: Aquisição de Urnas Funerárias e Acessórios para concessão de benefício eventual pela Secretaria Municipal de Promoção Social, benefício este destinado a pessoas/famílias carentes do Município de Alto Paraíso, sob os critérios estabelecidos em Instrumento próprio pelo Conselho Municipal de Assistência Social, conforme veiculado constante no Anexo I.
Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17 dias do mês de Maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE RESULTADO
REF: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017
O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, torna público o RESULTADO, do processo licitatório supra referido, que realizou em sua sede, sito à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, na data 17/05/2017 às 10:00 horas, na modalidade TOMADA DE PREÇO, o qual tem como objeto Contratação de uma empresa no ramo de Construção Civil para Execução de 3.514,54M2 de Pavimentação Asfáltica em T.S.T. Sinalização e Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais, a ser realizado em vias públicas do perímetro Urbano do Município de Alto Paraíso, conforme especificado no memorial descritivo em anexo ao Edital (empresita global).
VENCEDOR:
OTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
Ofício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, 17 de Maio de 2017.
LEDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0105/2017
PROCESSO DISPENSA 010/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: RAFAEL OCHOA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME
OBJETO: Contratação de empresa para realização de apresentação teatral no município de Alto Paraíso.
VALOR: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 de Julho de 2017.
FORO: Comarca de Xanxerê, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 033/2017
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2017, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida no Inciso V e VIII, do Artigo 1º, do Artigo 4º da Lei Municipal nº 666/2018, datada de 03 de novembro de 2016, (Lei Orçamentária de 2017).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R\$11.672,04 (Onze mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos) que obedecerá a seguinte classificação:
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
001.12.365.1400.7.025 - Manutenção dos CMEI's
474 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
Fonte - 63016 - Transf. FNDE - Brasil Carinhoso 2014 - Exerc. Anterior
SOMA 11.672,04
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:
1 - Na importância de R\$11.672,04 (Onze mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos), proveniente do produto Superávit Financeiro, apresentado em Balanço do Exercício de 2016, correspondente da seguinte Fonte de Recurso:
Código da Fonte Descrição da Fonte Valor
60016 TRANSF. FNDE BRASIL CARINHOSO 2014 11.672,04
SOMA 11.672,04
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Uliass Guimarães" aos 15 de maio de 2017.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

DESCRIÇÃO DOS EXAMES/PROCEDIMENTO	VALOR CISA
TROCA DE SONDA DE CISTOSTOMA MATERIAL	200,00
ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFÁGICO	700,00
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA ECOCARDIOGRAMA FETAL	200,00
TRATAMENTO DE ESPUMA ECOQUIADA POR ULTRASSOM EM AMBIENTE HOSPITALAR	
MEMBRO INFERIOR (CEAP4, 3 E 6)	750,00
CROSSLINKING UNILATERAL	3.000,00
ANEL DE FERRARA	4.000,00

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Por este Instrumento de Contrato, que entra em vigor em 1º de maio de 2017, o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISAJAMERIOS 12º R.S., inscrito no CNPJ sob nº 86.589.023/0001-70, com sede à Rua Avenida Ângelo Moreira Cardozo, 566, nesta cidade de Umuarama/PR, neste ato representado pelo Presidente e Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº _____, portadora da Cédula de Identidade nº _____, e de outro, a pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, doravante denominada _____, residente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, e inscrita no CPF sob nº _____, resolvem firmar o presente Contrato, com o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO: O presente contrato é decorrente do Edital de Chamamento Público nº 013/2017, regido pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.863/94, conforme processo licitatório realizado na cidade de _____, PR, portador da Cédula de Identidade nº _____, resolvem firmar o presente Contrato, com o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na área de saúde com a realização de exames/procedimentos _____, compreendendo:

Parágrafo Primeiro: Os exames/procedimentos serão realizados nas dependências de _____, sendo de sua exclusiva responsabilidade o fornecimento de recursos humanos, equipamentos, materiais, medicamentos e insumos necessários para a sua realização.

Parágrafo Segundo: Os resultados dos exames/procedimentos devem ser entregues na sede do CISA ou diretamente ao paciente, mediante acordo entre as partes, obedecendo aos prazos e critérios técnicos para a realização dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: Pelos serviços prestados a contratada receberá de contratante o valor de R\$ _____ (_____) anuais.

Parágrafo Único: É vedado ao CONTRATADO cobrar das pessoas atendidas, ou do responsável, qualquer valor adicional aquele pago pelo CONTRATANTE para atividades objeto deste contrato, sob pena de rescisão imediata do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução do objeto dar-se-á segundo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

CLÁUSULA QUINTA - ATENDIMENTO "PREFERENCIAL": Cabe a CONTRATADA dar prioridade no atendimento idoso (entendendo-se como tal a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos) conforme o artigo 230 da Constituição Federal e artigo 3º da Lei 10.741/03 e a criança e ao adolescente, conforme artigo 227 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela empresa contratada, sendo de responsabilidade exclusiva a integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscal e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA obriga-se a:

Parágrafo Primeiro: Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

Parágrafo Segundo: Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

Parágrafo Terceiro: Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sem a qualidade na prestação de serviços;

Parágrafo Quarto: Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle adquirente a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Cédula da Junta Comercial ou do Cartório Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA: A CONTRATADA é responsável por indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prestadores.

CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO: O CONTRATADO se obriga a observar, por seus fornecedores e subcontratados se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato;

c) "prática colusiva": equalizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prestadores do órgão licitante, visando estabelecer preço em nível artificial e não competitivo;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou suas propriedades visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

f) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

g) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

h) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

i) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

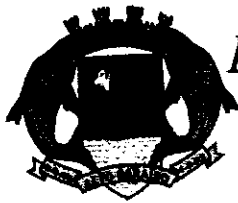
j) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

k) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

l) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

m) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;

n) "prática fraudulenta": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato; (ii) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas e prejudiciais do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a execução do contrato;



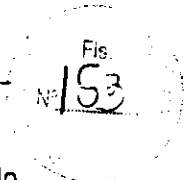
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



DECRETO N.º 1555/2017

DATA: 18 de Maio de 2017.

SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017, em favor da **PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, que tem por objeto a transferências de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.

Art.3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 18 dias do mês de Maio de 2017.


DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

**PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

EM 19 / 05 / 2017

Edição N.º 10.972

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE ESTADO DO PARANÁ

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Euclides José Tonelli
Escritor Substituto

Bel. Duvalino Inácio Pinto

Oficial

Marcelo Mendes de Oliveira
Escritor Substituto



EDITAL DE LOTEAMENTO

O BACHAREL EUDES JOSÉ TONELLI, ESCRIVENTE SUBSTITUTO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, ETC...

FAZ SABER, a todos os interessados que a empresa **LOTEADORA E INCORPORADORA ÁGUA VIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.842.997/0001-05, estabelecida na Rua Pedro Segura Alda, nº 622, 1º andar, na Cidade de Tapejara-PR, representada pelo seu Sócio Administrador **Valdeir Blanco Regina**, brasileiro, casado, técnico de produção, portador da CI RG nº 3.357.892-0-PR, inscrito no CPF/MF nº 457.233.979-15, residente e domiciliado na Rua Leonel Moro 444, Curitiba-PR, depositou nesta Serventia os documentos necessários exigidos pelo Artigo 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979, para o registro do **LOTEAMENTO DENOMINADO JARDIM AGUA VIVA I**, formado pelo Lote de terras sob nº A, subdivisão do Lote nº 153-G, subdivisão do lote nº 153-Remanescente, da Gleba nº 01, Setor nº 05, da Colônia Tapejara, do Quadro Urbano da Cidade de Tapejara, desta Comarca, com a área de 12.100,00 m², objeto da Matrícula 16273 do Livro 02 desta Serventia, os quais para os fins e efeitos previstos no Artigo 19 do aludido Diploma Legal, ficam franqueados ao exame dos interessados.

Decorrido o prazo de 15 dias, a contar da data da última publicação do presente, que será feita por 03 (três) dias consecutivos no Jornal de Circulação do Município, sem que haja qualquer impugnação, far-se-á o competente registro.

E para que ninguém possa alegar ignorância é expedido o presente que será também fixado no lugar de costume nesta Serventia.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR, aos onze (11) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017). Eu Eudes José Tonelli, Escritor Substituto, digitei, subscrevi e assino. (aa) Bel. Eudes José Tonelli Escritor Substituto

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALTO PARAÍSO

Avenida Pedro Amaro dos Santos, 900 - Alto Paraíso - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 18 DE MAIO DE 2017

SÚMULA: APROVA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 60 DIAS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FEAS/PAIF. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Alto Paraíso, no uso de suas atribuições legais, no que lhe confere a Lei nº 0359/2015,

CONSIDERANDO, a reunião extraordinária deste Conselho, conforme Ata nº 004/2017, do dia 18 de Maio de 2017, na Secretaria de Promoção Social,

CONSIDERANDO, que não houve tempo hábil para os trâmites necessários, pela atual administração para a aquisição dos equipamentos ao qual constam no Plano de Aplicação, deliberamos pela prorrogação do prazo de 60 dias para uma nova prestação de contas do referido recurso.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova prorrogação do prazo de 60 dias para prestação de contas do FEAS/PAIF.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Paraíso, 18 de Maio de 2017.

Fabiane Cardoso Zagotto

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

REPÚBLICA POR INCORREÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a contratação abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, Caput da Lei 8.666/93 e Artigos 9º, 196 e 199 da Constituição Federal, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, expedida de acordo com o art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 093/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 012/2017

OBJETO: Repasse de subvenção social a PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com o objeto específico de "O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado ao desenvolvimento de atividades de manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, com a finalidade especial de acolhimento institucional para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletas, de ambos os sexos, provenientes do município de Alto Paraíso. Sendo em atendimento por tempo determinado pelo Ministério Público, no sentido de encaminhamento da criança para um núcleo familiar, seja ela de origem adotiva ou não, em conformidade com a resolução da equipe técnica em consonância com a Lei 8.069/90 (ECA)".

SOLICITANTE: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESA: PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CNPJ: 01.827.715/0001-85

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 148.172,00 (cento e quarenta e seis mil, cento e setenta e dois reais), compreendendo os meses de Maio/2017 à Abril/2018 e será repassado em parcelas iguais de R\$ 12.181,00 (doze mil, cento e oitenta e um reais).

DECISÃO: 12 meses, resultando o direito de prorrogação.

DATA DO INÍCIO DO PROCESSO: 16/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0105/2017

PROCESSO DISPENSA 010/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: RAFAEL OCHOA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME

OBJETO: Contratação de empresa para realização de apresentação teatral no município de Alto Paraíso.

VALOR: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 de Agosto de 2017.

FORO: Comarca de Xanxirã, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO Nº 1553/2017

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 411, de 17 (dezessete) de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 19 de janeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral para o exercício de 2017 o Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de R\$ - 1.590,00 (um mil, quinhentos e noventa reais), mediante a inclusão de rubrica de despesa da dotação orçamentária:

1100

SECRETARIA DE CULTURA

1101

GABINETE DO SECRETÁRIO DE CULTURA

133920011.2.096000

Manutenção do Gabinete do Secretário de Cultura

7004.4.90.52.00.00.00

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.590,00

Fonte de Recursos

0 Recursos Ordinários (Líquidos) - Exercício Corrente

Art. 2º - Para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º o Poder Executivo Municipal reduzirá parcialmente a seguinte dotação de orçamento vigente:

0500

SECRETARIA DE ED. CULT. ESP. E TURISMO

0603

DIVISÃO DE CULTURA

133920011.2.036000

Manutenção de Divisão de Cultura

2813.1.90.11.00.00.00

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 1.590,00

0 Recursos Ordinários (Líquidos) - Exercício Corrente

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edição da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de maio de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO Nº 1555/2017

DATA: 18 de Maio de 2017

SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017 em favor da PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado a desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 18 dias do mês de Maio de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO Nº 1556/2017

DATA: 18 de Maio de 2017

SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 012/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 012/2017.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado de Inexigibilidade de Licitação nº 012/2017 em favor da PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros a INSTITUIÇÃO, destinado a desenvolvimento de atividades de manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, com finalidade especial de acolhimento institucional para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletas, de ambos os sexos, proveniente do município de Alto Paraíso. Sendo em atendimento por tempo determinado pelo Ministério Público, no sentido de encaminhamento da criança para um núcleo familiar, seja ela de origem adotiva ou não, em conformidade com a resolução da equipe técnica em consonância com a Lei 8.069/90 (ECA).

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 18 dias do mês de Maio de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 224/2017

SÚMULA: Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com base nos dispositivos legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora ANA PAULA COLOMBO PEREIRA, portadora da Cédula de Identidade/RG sob nº: 13.037.034-9, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, lotada na SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, a partir de 19 de Maio de 2017.

Art. 2º - A servidora fica licenciada do Cargo Efetivo, a partir de 19 de Maio de 2017.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de maio de 2017.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

DESPACHO

ACOLHO O Parecer da Comissão de Licitação e do Assessor Jurídico referente à Licitação na modalidade Dispensas por Limite nº 26/2017, para fornecimento de Serviços de Retiro Escavadeira Hidráulica para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Ind. e Comércio.

HOMOLOGO a presente decisão de dispensa para contratação da empresa:

G. L. TERRAPLANAGEM LTDA - ME, para fornecimento de Serviços de Retiro Escavadeira Hidráulica para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Ind. e Comércio, determinando sua publicação na Imprensa Oficial como forma de eficácia dos atos, em conformidade com o estabelecido no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93 bem como todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento da Lei.

Alto Piquiri - PR, 18 de abril de 2017.

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº 81/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.

CONTRATADA: G. L. TERRAPLANAGEM LTDA - ME

DO OBJETO: Fornecimento de Serviços de Retiro Escavadeira Hidráulica para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Ind. e Comércio.

DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 18 de maio de 2018.

DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 7.850,00 (sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Contrato de Dispensa nº 26/2017.

Alto Piquiri - PR, 18 de maio de 2017.

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO

Prefeito Municipal

Contratante

GLADIS LUIZ REAL

Representante Legal da Empresa

Contratado

Testemunhas:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO E O
PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO
PARAÍSO.

Fis.
153

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso – PR., neste ato representada pela autoridade competente, o Prefeito Municipal, DÉRCIO JARDIM JÚNIOR, agente político, brasileiro, RG: 1.649.033-4 SESP/PR, inscrito no CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso – PR., e o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, inscrito no CNPJ sob nº 01.827.715/0001-85, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso – PR., representado pelo Presidente da Entidade, VANDERLAN PEDRO LISBOA, comerciante, brasileiro, RG: 4.957.398-7 SESP/PR, inscrito no CPF: 607.560.559-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso – PR., resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o parecer da Comissão de Seleção nº 003/2017, Decreto Municipal nº 1555/2017 que adjudica e homologa o resultado do processo de inexigibilidade de licitação nº 011/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente do processo de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

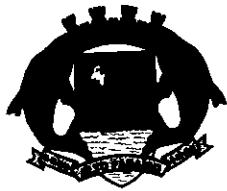
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

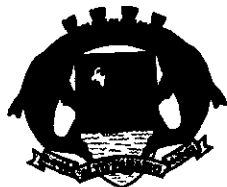


I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;
- h) prestar contas no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

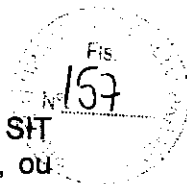
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento e no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo;

c) divulgar em locais visíveis de suas sedes sociais, nos estabelecimentos em que exerça suas ações e quando possível na internet, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

3.2 – A previsão orçamentária para execução do presente termo de fomento ocorrerá através da seguinte dotação orçamentária: 10.06.082410005.2.069000.3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais.

3.3 – O valor que compõe essa quantia será referente ao repasse de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais) mensais.

3.4 – O cronograma de desembolso refere-se aos repasses mensais de forma integral nos meses intermediários e parcialmente referentes aos dias de vigência nos meses inicial e final, totalizando, dessa forma, 12 (doze) meses completos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO transferirá os recursos em favor do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

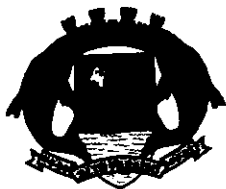
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO para:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

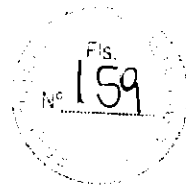
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do extrato na imprensa oficial do Município.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

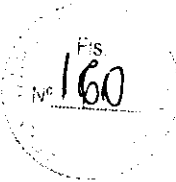
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI – fica designada a servidora pública Cinthia Laize Zagoto como principal responsável pela fiscalização do Termo de Fomento, com acompanhamento e assessoramento dos demais membros nomeados pela Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação designados pela Portaria nº 106/2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

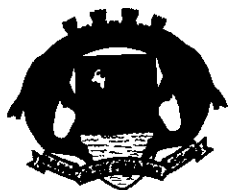
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término de cada bimestre do exercício financeiro ou do final da vigência da parceria.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho e os dados informados no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

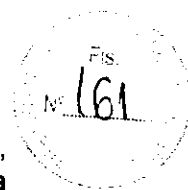
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

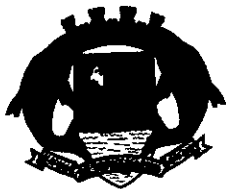
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 30 (trinta) dias por notificação, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

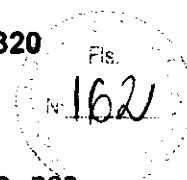
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas parcial e final no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data do encerramento bimestral do exercício financeiro.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

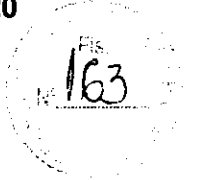
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

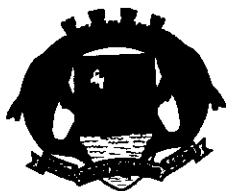
I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

10.2 – no caso de suspensão, mesmo que temporária, dos serviços prestados pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO responsável por assumir ou transferir a outra entidade a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

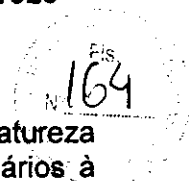
CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br



11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Alto Paraíso – PR., 19 de maio de 2017.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

VANDERLAN PEDRO LISBOA
Presidente Provopar Municipal de Alto Paraíso

Testemunhas:

Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva

Cinthia Laize Zagoto

legais



leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
TERMO DE FOMENTO Nº 004/2017 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO E O PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 800, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR, neste ato representada pela autoridade competente, o Prefeito Municipal, DERCIO JARDIM JÚNIOR, agente político, brasileiro, RG: 1.649.033-4 SESP/PR, inscrito no CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso - PR, e o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, inscrito no CNPJ sob nº 01.827.715/0001-85, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 800, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR, representado pelo Presidente da Entidade, WANDERLAN PEDRO LISBOA, comerciante, brasileiro, RG: 4.957.398-7 SESP/PR, inscrito no CPF: 607.560.559-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso - PR, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante o parecer da Comissão de Seleção nº 003/2017, Decreto Municipal nº 1555/2017 que adjudica e homologa o resultado do processo de inexigibilidade de licitação nº 012/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo de fomento, decorrente do processo de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades de manutenção da Casa Lar de Alto Paraíso, com finalidade especial de acolhimento institucional para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletas, de ambos os sexos, provenientes do Município de Alto Paraíso, sendo esse atendimento determinado pelo Ministério Público, no sentido de encaminhamento da criança para um núcleo familiar, seja ela de origem adotiva ou não, em conformidade com a resolução da equipe técnica e em conformidade com a Lei 10.669/04 (ECA), conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolver ou incluir, direta ou indiretamente, a delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

1.4 - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação as referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na renovação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até tanto o conteúdo das ações o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instalar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

k) prestar contas no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo;

l) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

m) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas consoantes aos princípios, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os seus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes da restrição à sua execução;

p) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato desta termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 148.172,00 (cento e sessenta e seis mil, cento e setenta e dois reais).

3.2 - A previsão orçamentária para execução do presente termo de fomento ocorrerá através da seguinte dotação orçamentária: 10.06.0242.0000.3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais.

3.3 - O valor que compõe essa rubrica será referente ao repasse de R\$ 05 (cinco) salários mínimos mensais, o que atualmente corresponde a R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais), e mais a quantia equivalente a um salário mínimo por criança ou adolescente em situação de acolhimento institucional, onde, o rateio máximo do abrigado será de 08 (oito) pessoas.

3.4 - O cronograma de desembolso refere-se aos repasses mensais de forma integral nos meses intermediários e exclusivamente referentes aos dias de vigência nos meses inicial e final, totalizando, dessa forma, 12 (doze) meses iniciais.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO transferirá os recursos em favor do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em cadastre de poupança de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos maiores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado descumprimento de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III - quando a entidade civil não apresentar justificativa suficiente para as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pela autoridade de controle interno ou externo;

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do órgão, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de vigência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gestão ou de similar;

II - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das que não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do extrato na imprensa oficial do Município.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO devidamente justificada e homologada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão emitidas próatas pelo prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Toda e qualquer próata deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO E O PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 800, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR, neste ato representada pela autoridade competente, o Prefeito Municipal, DERCIO JARDIM JÚNIOR, agente político, brasileiro, RG: 1.649.033-4 SESP/PR, inscrito no CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso - PR, e o PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, inscrito no CNPJ sob nº 01.827.715/0001-85, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 800, Centro, na cidade de Alto Paraíso - PR, representado pelo Presidente da Entidade, WANDERLAN PEDRO LISBOA, comerciante, brasileiro, RG: 4.957.398-7 SESP/PR, inscrito no CPF: 607.560.559-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso - PR, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante o parecer da Comissão de Seleção nº 003/2017, Decreto Municipal nº 1555/2017 que adjudica e homologa o resultado do processo de inexigibilidade de licitação nº 011/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente do processo de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolver ou incluir, direta ou indiretamente, a delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

1.4 - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação as referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na renovação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até tanto o conteúdo das ações o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instalar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

k) prestar contas no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo;

l) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

m) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas consoantes aos princípios, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os seus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes da restrição à sua execução;

p) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato desta termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

3.2 - A previsão orçamentária para execução do presente termo de fomento ocorrerá através da seguinte dotação orçamentária: 10.06.0242.0000.3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais.

3.3 - O valor que compõe essa rubrica será referente ao repasse de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais) mensais.

3.4 - O cronograma de desembolso refere-se aos repasses mensais de forma integral nos meses intermediários e parcialmente referentes aos dias de vigência nos meses inicial e final, totalizando, dessa forma, 12 (doze) meses completos.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO transferirá os recursos em favor do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em cadastre de poupança de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos maiores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado descumprimento de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III - quando a entidade civil não apresentar justificativa suficiente para as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pela autoridade de controle interno ou externo;

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do órgão, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de vigência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gestão ou de similar;

II - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das que não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do extrato na imprensa oficial do Município.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta do PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO devidamente justificada e homologada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão emitidas próatas pelo prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Toda e qualquer próata deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Av Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.



PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente PROVOPAR DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO			CNPJ 01.827.715/0001-85	
Endereço do Órgão / Entidade AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900, CENTRO				
Cidade ALTO PARAÍSO		UF PR	CEP 87.528-000	DDD/Telefone 44 - 3664 - 1320
Conta Corrente 13.452-X	Banco Brasil	Agência 2119-9	Praça de Pagamento Icaraima	
Nome do Responsável VANDERLAN PEDRO LISBOA			CPF 607.560.559-20	
CI/Órgão Exp. 4.957.398-7 - SSP/PR		Cargo Presidente	Função Presidente	
Endereço Residencial RUA JOSUE BALTAZAR RODRIGUES, 1147, CENTRO,			CEP 87.528-000	

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Subvenção Municipal de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO.	Período de Execução	
	Início mai/17	Término abr/18
Identificação do Objeto O presente tem por objeto a transferência de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO, destinados ao desenvolvimento de atividades de assistência social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, beneficiando a população idosa carente do Município com auxílios nas necessidades básicas, tais como, alimentação, transporte, saúde, higiene pessoal, priorizando a qualidade de vida.		
Público Atingido (Quantitativo) 15 (quinze) pessoas.		
Identificação das Metas e Atividades/Projetos Promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos em situação de risco, auxiliando na retirada da vulnerabilidade social, assim como, organizar ações de voluntários para melhoria dos serviços prestados nas diferentes áreas de atendimentos aos idosos.		
Forma de Execução e Cumprimento das Metas Executar a manutenção do Lar do Idoso de Alto Paraíso através do pagamento de despesas relativas a manutenção e o bom atendimento dos idosos em situação de acolhimento institucional, garantindo os direitos preconizados pelo Estatuto do Idoso até o momento que seja atingida a meta prevista da garantia de seus direitos estão sendo cumpridos fora do Lar do Idoso.		
Parâmetros para Aferição do Cumprimento das Metas O cumprimento das metas propostas serão aferidas com o acompanhamento dos atendimentos dos idosos em situação de vulnerabilidade social reintegrados a sociedade, sendo garantidos os direitos preconizados no Estatuto do Idoso.		

PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CNPJ: 01.827.715/0001-85
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - (0XX44) 3664-1320
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso - PR.

Plano de Trabalho

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Repasse do Concedente

MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR A DESEMBOLSAR
mai/17	11.000,00
jun/17	11.000,00
jul/17	11.000,00
ago/17	11.000,00
set/17	11.000,00
out/17	11.000,00
nov/17	11.000,00
dez/17	11.000,00
jan/18	11.000,00
fev/18	11.000,00
mar/18	11.000,00
abr/18	11.000,00
TOTAL	132.000,00

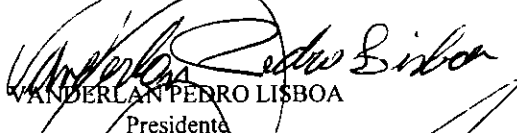
Natureza da Despesa - Concedente

10.06.082410005.2.069000.3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL (R\$)
1	Salário de Funcionários	26.988,00
2	Férias - Abono Constitucional	750,00
3	13º Salário	2.249,00
4	FGTS	2.400,00
5	Contribuição Previdenciárias - INSS	6.601,00
6	Pis sobre Folha de Pcto	306,00
7	Material de limpeza e produtos de higienização	26.100,00
8	Gás e outros materiais engarrafados	6.000,00
9	Gêneros Alimentícios	50.000,00
10	Locação de Imóveis	1.874,00
11	Material Farmacológico	8.732,00
	TOTAL GERAL	132.000,00

Pede Deferimento:

Data: 07/04/17


VANDERLAN PEDRO LISBOA
Presidente

Aprovado conforme parecer da Comissão de Seleção:

Data: 16/05/17


DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal